

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2024

DESEMPENHO
E PERSPECTIVAS

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

Jerônimo Rodrigues Souza

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO

Cláudio Ramos Peixoto

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

GABINETE DO SECRETÁRIO

Dilma Santana de Jesus

(Chefe de gabinete)

Antonio Alberto M. Pires Valença

(Assessor especial)

Lucas Pondé de Oliveira

(Assessoria de comunicação)

OUVIDORIA

Simone Máxima dos Santos

COORDENAÇÃO DE CONTROLE INTERNO

Jair de Oliveira Sento-Sé

CORREGEDORIA

Fabio Marconi Silva Fonseca

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Valnei Damasceno de Almeida

DIRETORIA-GERAL

Kalyanne Braz Ayres Mendes

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Matheus Santiago Rosas de Sousa

DIRETORIA DE FINANÇAS

Edmilson Gomes Nascimento

COORDENAÇÃO DE LICITAÇÕES

Maria Helena Macêdo Campos

COORDENAÇÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

Francisco Antônio Pinho de Castro

**UNIVERSIDADE CORPORATIVA DO SERVIÇO
PÚBLICO – UCS-SEPLAN**

Patrícia Miranda dos Santos

**COORDENAÇÃO EXECUTIVA DE
PLANEJAMENTO TERRITORIAL E ARTICULAÇÃO
PARA CONSÓRCIOS PÚBLICOS**

Thiago dos Santos Xavier

**SUPERINTENDÊNCIA DE
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO**

Raniery Murici Barreto

**DIRETORIA DE PLANEJAMENTO DE POLÍTICAS
ECONÔMICA E DE INFRAESTRUTURA**

Nícia Moreira da Silva Santos

**DIRETORIA DE PLANEJAMENTO DE
POLÍTICAS SOCIAIS**

Natã Silva Vieira

SUPERINTENDÊNCIA DE ORÇAMENTO PÚBLICO

Ninon Fonseca Fernandes da Silva

**DIRETORIA DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DA ÁREA SOCIAL**

Rosana Santana Dourado

**DIRETORIA DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DA ÁREA INSTITUCIONAL**

Cíntia Maria Deiró

**DIRETORIA DE PROGRAMAÇÃO
ORÇAMENTÁRIA DAS ÁREAS ECONÔMICA E DE
INFRAESTRUTURA**

Luiz Carlos Cerqueira Lima Júnior

**DIRETORIA DE INFORMAÇÕES E
SISTEMATIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

César Barbosa

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA

Milton de Souza Coelho Filho

DIRETORIA DE MONITORAMENTO ESTRATÉGICO

Maria Aparecida Fortes de

Almeida Presídio

**DIRETORIA DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS
PÚBLICAS**

Antônio Marcos Barreto Silva

**SUPERINTENDÊNCIA DE CAPTAÇÃO DE
RECURSOS FINANCEIROS**

Luiza Amélia Guedes Machado Mello

DIRETORIA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Paulo Tadeu Gaspar de Freitas

**DIRETORIA DE TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E
PARCERIAS FINANCEIRAS**

Leonardo de Andrade Ribeiro

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

**SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS
ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA**

José Acácio Ferreira

DIRETORIA DE INFORMAÇÕES GEOAMBIENTAIS

Cláudio Emílio Pelosi Laranjeira

DIRETORIA DE PESQUISAS

Rodrigo Barbosa de Cerqueira

DIRETORIA DE ESTUDOS

Edgard Porto

DIRETORIA DE INDICADORES E ESTATÍSTICAS

Armando Affonso de Castro Neto

Governo do Estado da Bahia
Secretaria do Planejamento

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2024

DESEMPENHO
E PERSPECTIVAS

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS PELA CONSOLIDAÇÃO DO RELATÓRIO

Maria Lúcia Cunha de Carvalho (Seplan)

Suzana Sodré de Aragão Vasconcellos (Seplan)

PRODUÇÃO EDITORIAL

PRODUÇÃO

Elisabete C. T. Barretto Guanais (SEI)

João Teixeira (Seplan)

Lucas Pondé (Seplan)

EDITORIA DE ARTE

Ludmila Nagamatsu Dias (SEI)

REVISÃO DE LINGUAGEM

2Designers (SEI)

PROJETO GRÁFICO

Julio Vilela (SEI)

Vinícius Luz (SEI)

DIAGRAMAÇÃO

Alderlan Oliveira (SEI)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
INTRODUÇÃO	7
PLANEJANDO A BAHIA	8
Planejamento estratégico e plurianual	8
Programa de Desenvolvimento Socioeconômico de Santo Antônio de Jesus	10
Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	12
Mapeamento dos programas especiais do PPA 2024-2027	12
Aprimoramento das matrizes estratégicas do PPA	13
Planejamento de projetos - Infraestrutura e desenvolvimento socioeconômico	13
Diretrizes orçamentárias e orçamento anual	15
GESTÃO ESTRATÉGICA DO PLANEJAMENTO	21
Governança do Sepege	21
Governança do PPA	21
Avaliação de desempenho do PPA	24
Gestão orçamentária	30
Governança territorial	32
Captação de recursos	35
Carteira de transferências voluntárias	36
Carteira de operações de crédito interno	39
Carteira de operações de crédito externo	41
CONHECENDO A BAHIA	44
Dados e indicadores	45
Pesquisas e estudos estatísticos	47
Projetos de produção e sistematização de informações	50
Informações geoespaciais	54
APRENDIZAGEM ORGANIZACIONAL	59
Educação corporativa	59
Qualificação e capacitação	63
GESTÃO DA SEPLAN	66
Planejamento setorial	66
Gestão organizacional	77
Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)	79

Comunicação organizacional	81
Comunicação institucional – Fortalecendo a imagem da Seplan.....	81
Comunicação mercadológica – Divulgando ações e projetos	82
Comunicação administrativa/legal – Divulgando processos	82
Gestão de recursos administrativos e financeiros	85
Modernização das instalações.....	89
Controle interno.....	90
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	92
Avanços	92
Na articulação externa:	92
No planejamento:	93
Na gestão e inovação:.....	94
Na comunicação:	94
Na gestão da informação:	95
Perspectivas	95
APÊNDICES.....	96
I – Participação de servidores da Seplan em eventos de capacitação.....	96
II – Representação da Seplan em órgãos colegiados.....	99
III – Publicações da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) – 2024 ..	104

APRESENTAÇÃO

O ano de 2024 marcou o início da execução do Plano Plurianual 2024-2027 e consolidou a Secretaria do Planejamento da Bahia como protagonista na construção de uma nova cultura de planejamento público, baseada na integração de esforços, na escuta qualificada da sociedade e na articulação estratégica com instituições locais, nacionais e internacionais.

Ao mesmo tempo, o avanço da estratégia de longo prazo, por meio do Plano de Desenvolvimento Integrado (PDI) – Bahia 2050, foi pauta de interlocuções que visaram mapear perspectivas, tendências e incertezas, buscando a construção da visão de futuro, a partir de cenários e de uma avaliação diagnóstica que permitirão identificar iniciativas convergentes com o planejamento estadual e estruturar uma carteira de projetos estratégicos.

No cenário nacional, o protagonismo da Seplan se destacou na interlocução com o Ministério de Planejamento e Orçamento, nos campos do planejamento de longo prazo e avaliação de políticas públicas e na articulação com instituições locais (Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB) e regionais – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e Banco do Nordeste (BNB) –, culminando com a participação na missão internacional do Conselho Nacional dos Secretários de Planejamento (Conseplan) à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e União Europeia. A experiência ampliou horizontes e possibilitou o intercâmbio de boas práticas, reafirmando o compromisso da Bahia com a integração entre o planejamento, orçamento e sustentabilidade fiscal.

No plano interno, a aprovação do novo regimento da Seplan refletiu no amadurecimento institucional e a valorização da gestão estratégica e da avaliação das políticas públicas baseadas em evidências, e no fortalecimento do Sistema Estadual de Planejamento e Gestão Estratégica (Sepege), reafirmando o papel da secretaria como indutora de políticas públicas de médio e longo prazos.

No campo da governança territorial – essencial para o planejamento e a execução participativos – a eleição dos novos representantes do Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial (Cedeter) representou um marco importante para a sociedade civil. O processo ratificou o valor da aprendizagem coletiva e evidenciou o quanto a governança territorial contribui para políticas públicas mais reais, espelhando, de fato, as demandas sociais.

O lançamento do edital para atualização dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Sustentável é outra iniciativa relevante. Ele vai permitir ao Cedeter um conhecimento mais aprofundado sobre os 27 Territórios de Identidade e sua contribuição para o desenvolvimento regional, for-

talecendo o planejamento governamental e a execução da política territorial de forma coesa e integrada com a Seplan e as demais secretarias.

Em 2024, teve início um projeto inovador, sob a coordenação da Seplan, fruto de um convite do Tribunal de Contas do Estado (TCE) e realizado em parceria com Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas dos Municípios, Ministério Público e a Procuradoria-Geral do Estado. Trata-se do Mestrado Profissional em Gestão e Políticas Públicas da FGV/São Paulo, com a participação de 45 servidores públicos, representando um marco na formação de quadros técnicos especializados no setor público.

Com foco no fortalecimento da infraestrutura logística e na inclusão das populações em situação de vulnerabilidade social, a Seplan intensificou suas ações de captação de recursos para programas e projetos alinhados ao Plano Plurianual Participativo (PPA) 2024-2027. As operações de crédito contratadas ao longo do ano somaram R\$ 4,6 bilhões, destinados a áreas prioritárias, tais como meio ambiente, saúde, segurança e infraestrutura.

Entre os destaques financiados estão: Programa de Fortalecimento do SUS na Bahia (ProSUS II), Programa Integrado de Infraestrutura Governamental (Proinfra IV), Projeto Sistema Viário Integrado – Ponte Salvador-Ilha de Itaparica, Projeto de Desenvolvimento Sustentável da Mata Atlântica (Parceiros da Mata), Programa de Segurança do Estado da Bahia (Prosegurança II) e o projeto Bahia Mais Digital, voltado à transformação digital.

A Seplan também impulsionou agendas estruturantes, como o Plano Estratégico Ferroviário do Estado da Bahia, promovendo articulações com a Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM) e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), com foco na logística regional e na economia de baixo carbono.

Este relatório traduz uma trajetória consistente de articulação, inovação e compromisso com o futuro. Ao longo de 2024, a Seplan reafirmou seu papel como referência em planejamento público, conectando o presente às aspirações do amanhã.

Porque planejar o futuro é, acima de tudo, agir com responsabilidade no presente.

INTRODUÇÃO

A elaboração deste relatório, que registra e narra as atividades desenvolvidas pela Secretaria do Planejamento no ano de 2024, utilizou informações ofertadas pelas unidades que a compõem, sintetizadas em formulário específico e desenvolvido pela Assessoria de Planejamento e Gestão, unidade responsável por coordenar a formulação e consolidação deste relatório. A utilização do instrumento facilitou e simplificou a visão consolidada das atividades realizadas no ano.

Com efeito, neste relatório haverá a oportunidade de conhecer o desempenho das áreas de atuação da Seplan, tendo como partida o sumário que as nomeia, percorrendo as atividades que materializam o ciclo de planejamento de curto, médio e longo prazos.

O item *Planejando a Bahia* nomina o desempenho do planejamento estratégico, notadamente os avanços empreendidos na estratégia de longo prazo. A *Gestão Estratégica* envolve e aborda instrumentos e fluxos que integram os elementos viabilizadores das ações e iniciativas projetadas, sem esquecer de dissertar sobre práticas relacionadas a informações e estudos sobre a Bahia, constantes no item *Conhecendo a Bahia*. No aspecto da Educação Corporativa, Qualificação e Capacitação, o item *Aprendizagem Organizacional* nos apresenta as atividades realizadas pela Universidade Corporativa da Seplan, dando continuidade às ações do Plano Mestre de Capacitação e ao elenco de parcerias realizadas. Por fim, o item *Gestão da Seplan* aborda ações e realizações internas, buscando a eficiência e transparência dos seus processos, de modo a garantir o suporte institucional, legal e operacional necessário para o alcance da finalidade e objetivos da secretaria. São apresentados seu planejamento setorial – evidenciando especialmente as realizações associadas ao Programa Planeja Bahia do PPA 2024–2027 –, as iniciativas e entregas do desenvolvimento organizacional, da comunicação institucional, da gestão da tecnologia, dos recursos administrativos e financeiros, além das condições materiais adequadas e necessárias para o funcionamento da Seplan.

As *Considerações finais* apresentam uma síntese, categorizada por temas, que abrange uma série de ações e projetos especificados no relatório, oferecendo, dessa forma, um panorama das principais realizações que marcaram o ano, bem como as direções e perspectivas para a continuidade do trabalho realizado.

PLANEJANDO A BAHIA

Planejamento estratégico e plurianual

Instrumento estratégico de longo prazo, que orienta a formulação de políticas públicas na Bahia, o Plano de Desenvolvimento Integrado (PDI) Bahia 2035 foi elaborado no período de 2017-2019. Em consonância com o Plano de Governo Participativo (PGP), do governador Jerônimo Rodrigues, e alinhado à Estratégia Brasil 2050, em curso no Ministério do Planejamento, está sendo revisado para atualizar a estratégia de desenvolvimento para a Bahia até 2050, com ênfase na redução da pobreza e desigualdade, além de promover um desenvolvimento socialmente inclusivo e ambientalmente sustentável. Esse processo inclui diagnósticos detalhados, análise de tendências e cenários prospectivos para o horizonte de 2050.

Figura 1



Fonte: Seplan.

Em janeiro de 2024, foi elaborado o relatório *Cenários Prospectivos para Atualização do PDI Bahia 2035*,¹ apresentando tendências e *insights* para a visão de futuro da Bahia, abordando 13 temas centrais: 1) Polaridade e multipolaridade mundial; 2) Mudanças climáticas; 3) Energia; 4) Crescimento demográfico mundial; 5) Inovações tecnológicas; 6) Saúde; 7) Educação; 8) Segurança; 9) Alimentos e segurança alimentar; 10) Sustentabilidade econômica; 11) Novas configurações econômicas; 12) Ambiente sociopolítico; e 13) Política e gestão pública.

Foram realizadas dez rodadas de discussão, com o objetivo de internalizar, socializar e debater os resultados, como etapa preliminar para a atualização do PDI 2050. A análise dos estudos gerou a identificação de novas possibilidades, como cenários, temas e estratégias, que aperfeiçoarão o documento, com especial atenção à matriz de problemas (estratégica), aos eixos estratégicos, às dimensões e visão de futuro, focando no horizonte de 2050. Nesse processo, foi elaborada a apropriação crítica dos elementos que subsidiarão a atualização do PDI 2050: diagnósticos, tendências e cenários prospectivos.

Os Planos Estratégicos Estaduais também foram temas de diálogo relacionado à revisão e atualização do PDI 2050. Como parte do processo de aprimoramento contínuo do conhecimento sobre metodologias, estruturas e integrações com instrumentos semelhantes, foram realizadas discussões sobre os planos de longo prazo dos estados do Ceará, Minas Gerais, Pernambuco, Piauí e São Paulo.

No que diz respeito ao aprimoramento e qualificação do PPA 2024-2027, foram realizadas duas revisões nesse período, resultando na Lei nº 14.756, de 26 de junho de 2024, e na Lei nº 14.811, de 26 de dezembro de 2024, esta última por demanda de emenda parlamentar.

Nesse sentido, com a colaboração da Superintendência de Orçamento Público (SPO), foi selecionado um conjunto de ações orçamentárias vinculadas à estrutura programática do PPA, identificadas como convergentes ao escopo de cada um dos Programas Especiais do PPA 2024-2027, de modo a integrar esses programas. As informações analisadas tiveram como fonte de consulta a base de dados do Sistema Fiplan, resultando na seleção final do acervo de ações orçamentárias que deverão compor cada programa especial, a exemplo dos programas Bahia Sem Fome, Juventude Mais Bahia e Elas à Frente.

Foram realizadas discussões sobre os planos de longo prazo dos estados do Ceará, Minas Gerais, Pernambuco, Piauí e São Paulo

¹ Trabalho realizado com apoio de consultoria contratada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

O Programa de Desenvolvimento Socioeconômico/SAJ contempla ações em seis linhas previstas pela sentença

Programa de Desenvolvimento Socioeconômico de Santo Antônio de Jesus

Em outubro de 2020, a Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) emitiu sentença responsabilizando o Estado brasileiro pelas violações de direitos humanos ocorridas em decorrência da explosão de uma fábrica clandestina de fogos de artifício em Santo Antônio de Jesus, Bahia, em 1998. A sentença determinou que o Estado brasileiro adotasse medidas de reparação e prevenção para garantir a não repetição de tragédias semelhantes. São 22 pontos resolutivos, cuja obrigação de cumprimento é repartida entre União, Estado e Município.

Dentre as medidas, destaca-se o Ponto Resolutivo 18, que ordena a criação e implementação de um programa de desenvolvimento socioeconômico para a população de Santo Antônio de Jesus, em consulta com as vítimas e seus familiares. Esse programa visa à reparação dos danos causados pela explosão e promover o desenvolvimento social e econômico da comunidade, com foco na geração de emprego e renda, na melhoria da qualidade de vida e na superação dos traumas causados pela tragédia.

Coube à Seplan, por meio da Superintendência de Planejamento Estratégico (SPE), coordenar a elaboração do referido programa, constituindo-se num programa especial, consoante metodologia do PPA 2024-2027. Para tanto, foi constituída a Comissão para Estruturação do Programa Estadual de Desenvolvimento Socioeconômico do Município de Santo Antônio de Jesus (SAJ),² formada por 13 secretarias, de acordo com suas respectivas temáticas (Setre, SPM, Setur, Sec, SDR, Seagri, SDE, Sefaz, Secult, SJDH, Seplan, Seades, Secti).

O Programa de Desenvolvimento Socioeconômico/SAJ contempla ações eminentemente transversais e de gestão especial, em seis linhas previstas pela sentença: Educação e profissionalização; Inclusão socioproductiva e empreendedorismo; Assistência social e segurança alimentar e nutricional; apoio às famílias em situação de vulnerabilidade social; Acesso à alimentação adequada e serviços de saúde; Agricultura e produção rural; Política para as mulheres.

Para garantir a construção desse programa, com a participação daqueles atingidos pela tragédia, foi fundamental a realização do processo de Escuta Social, ocorrido nos dias 8 e 9 de novembro de 2024, em Santo Antônio de Jesus, com a colaboração, além da Superintendência

2 Comissão instituída por meio do [Decreto nº 23.355/2025](#).

de Planejamento Estratégico (SPE), da Coordenação de Planejamento Territorial e Articulação de Consórcios Públicos (CEPT) e da Superintendência de Gestão Estratégica (SGE). Objetivando ampliar o alcance desse processo de escuta, também foi criada uma plataforma digital, que ficou disponível entre 8 e 30 de novembro de 2024, para que qualquer pessoa pudesse encaminhar propostas.

O evento proporcionou um espaço de encontro entre as comunidades atingidas e o poder público, com a participação de 135 pessoas, incluindo familiares de vítimas, integrantes do Movimento 11 de Dezembro, representantes de diversas secretarias e órgãos estaduais e dos governos municipal e federal, instituições de ensino superior e demais membros da comunidade.

As propostas de Escuta Social sistematizadas totalizaram o número de 154, sendo 125 oriundas da audiência pública e 29 coletadas pela plataforma digital disponibilizada, constituindo-se, dessa forma, no principal insumo para a estruturação do Programa de Desenvolvimento Socioeconômico/SAJ, previsto para ser finalizado em julho de 2025.

Figura 2



Fonte: Seplan.

O componente do PPA Iniciativa foi utilizado para referenciar o alinhamento, tendo em vista representar as ações governamentais

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Ainda em 2024, foram concluídos os estudos e as recomendações para o alinhamento dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pelas Nações Unidas como parte da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, aos objetivos do Plano Plurianual 2024-2027 do Poder Executivo estadual.

A metodologia de alinhamento do PPA 2024-2027 aos ODS foi concebida a partir de um alinhamento prévio dos ODS 2030, que usou como base o Projeto de Lei do PPA 2024-2027, sendo apresentado às secretarias e entidades estaduais em formato

de oficinas (março/2024), visando à inserção de alterações e à validação do alinhamento. Nesse processo, foram realizados alinhamentos do PPA com as 175 metas dos 17 ODS, considerando, para tanto, as metas adaptadas pelo IPEA para a realidade brasileira e as metas redigidas conforme constam no documento da ONU. Vale destacar que o componente do PPA **Iniciativa** foi utilizado para referenciar o alinhamento, tendo em vista representar as ações governamentais associadas ao orçamento e que viabilizam entregas de bens e serviços à população.³

Os ODS deverão ser incorporados como um elemento estratégico de governança do Plano de Desenvolvimento Integrado, constituindo parte da sua governança estratégica, que deve estar alinhada e retroalimentada pelo PPA.

Mapeamento dos programas especiais do PPA 2024-2027

Essa atividade consistiu na validação, junto às secretarias do Poder Executivo, desses programas que traduzem a transversalidade das políticas públicas refletidas no Plano Plurianual. Coordenada pela SPE e com a participação do Gabinete do Secretário (Gasec), Superintendência de Gestão Estratégica (SGE) e SPO, foram cumpridas as seguintes etapas:

- i. Mapeamento dos programas especiais e interlocução com as secretarias líderes dos programas, visando à revisão e validação;
- ii. Definição de novos escopos dos programas especiais, junto às secretarias líderes e se necessário; e
- iii. Inclusão e cadastramento dos programas especiais no Sistema Fiplan.

³ Esse trabalho foi realizado por meio da contratação de uma consultoria do PNUD.

O cumprimento dessas etapas resultou na elaboração das matrizes estratégicas e programáticas das políticas transversais, identificando problemas e causas críticas, propostas de Escuta Social, ações críticas, bem como os indicadores de programa e de compromissos, iniciativas e ações orçamentárias. A realização dos encontros entre as secretarias líderes e as executoras dos programas especiais objetivou a pactuação do escopo prioritário programático da política no PPA e no orçamento anual com suas entregas, oportunizando a apresentação da política, seus problemas, e a focalização de públicos e territórios, dentre outros.

Aprimoramento das matrizes estratégicas do PPA

As lacunas existentes nas matrizes estratégicas dos programas do PPA 2024-2027 foram analisadas, revisadas e estruturadas num banco de dados único, resultando no seu aprimoramento. Esse trabalho foi realizado em articulação com os órgãos e entidades do Estado, qualificando os processos de coleta, tratamento e gestão de dados, cumprindo os seguintes passos:

- i. Definição de método e critério para aprimoramento das matrizes estratégicas;
- ii. Análise das matrizes estratégicas de cada eixo;
- iii. Inserção dos elementos das matrizes estratégicas; e
- iv. Elaboração de nota técnica.

Planejamento de projetos - Infraestrutura e desenvolvimento socioeconômico

Em 2024, a Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (Seplan) conduziu atividades essenciais para o desenvolvimento socioeconômico do estado e foram tratados alguns temas de alta relevância para a economia estadual. A realização de iniciativas de apoio e suporte ao planejamento estratégico em que a Seplan, como agente-chave do progresso do estado, demonstrou seu contínuo compromisso com a sustentabilidade, inovação e promoção da inclusão social, com destaque para a promoção de infraestrutura e desenvolvimento regional da Bahia, a saber:

- ✓ Articulação com empresas nacionais e internacionais, visando à busca de recursos para o Complexo Industrial da Saúde, de modo a assegurar a sustentabilidade e expansão dos projetos de infraestrutura da Saúde, com ênfase na geração de empregos e no fortalecimento da indústria local;
- ✓ Participação na organização e elaboração de projetos voltados para o aumento da capacidade produtiva, fortalecimento da gestão financeira e promoção da autossuficiência na cadeia de insumos da BahiaFarma, empresa pública farmacêutica fundamental para a produção de medicamentos e insumos de saúde no estado da Bahia;

- ✓ Representação no Grupo de Trabalho de Economia do Mar, voltado ao desenvolvimento de estratégias de aproveitamento dos recursos marítimos, incluindo temas como logística portuária e desenvolvimento da indústria naval, com foco na atração de investimentos e sustentabilidade;
- ✓ Elaboração de propostas para o Departamento de Estudos Técnicos do Banco do Nordeste (BNB), voltadas ao fortalecimento da representação do governo baiano na instituição e o financiamento pelo Fundo Constitucional do Nordeste (FNE) dos setores prioritários regionais, tais como infraestrutura e desenvolvimento rural;
- ✓ Monitoramento da economia internacional, de modo a identificar oportunidades de financiamento e cooperação junto às instituições multilaterais, como Banco Mundial e Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) do Brics, voltadas à infraestrutura e desenvolvimento regional do estado;
- ✓ Elaboração de estudos e análises, de modo a dinamizar e aumentar a eficiência das atividades de planejamento e integração das políticas públicas, promovendo a articulação necessária ao bom andamento das iniciativas governamentais não previstas formalmente no PPA. A Seplan participou da elaboração das notas técnicas apresentadas no quadro a seguir.

Quadro 1 – Notas técnicas elaboradas

Tema	Descrição
Infraestrutura, planejamento financeiro, desenvolvimento regional e estratégias culturais	Análises encaminhadas ao Gabinete do Governador, visando embasar as decisões do governo e contribuindo para a formulação de políticas públicas eficazes.
Ferrovia Centro-Atlântica (FCA)	Análise crítica sobre a renovação da concessão, propondo investimentos em tecnologia e modernização.
Ponte Salvador-Itaparica	Estudo sobre o financiamento e o impacto socioeconômico da construção da ponte, incluindo detalhes do consórcio de construtoras chinesas.
Captação de patrocínios	Estratégias de captação de recursos para projetos de infraestrutura e manutenção do mapa estratégico da Bahia.
Plano de Desenvolvimento Integrado Bahia 2050	Análises envolvendo eixos prioritários de infraestrutura, desenvolvimento social e sustentabilidade.
Nova proposta de matriz ferroviária	Estudo sobre o planejamento da expansão ferroviária, visando aumentar a integração com outros estados e foco na redução de custos logísticos, subsidiando a audiência pública realizada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Fonte: Seplan/Gasec.

As atividades relacionadas ao planejamento de infraestrutura são fundamentais para o desenvolvimento socioeconômico do estado, fornecendo a base física e logística para o crescimento econômico, favorecendo a criação de empregos e o acesso a serviços básicos e promovendo, dessa forma, inclusão social e melhoria da qualidade de vida da população.

Diretrizes orçamentárias e orçamento anual

O planejamento orçamentário governamental é uma peça central do planejamento público especificamente ligado ao Plano Plurianual (PPA). Nesse contexto, o ciclo quadrienal de planejamento corresponde aos ciclos orçamentários que o implementam, por meio dos instrumentos Diretrizes Orçamentárias e Orçamentos Anuais. No período de vigência do PPA, os ciclos anuais desses instrumentos orçamentários, representados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA), têm sua elaboração e implementação coordenados pela Superintendência de Orçamento Público (SPO).

Em 2024, as ações de planejamento e de elaboração dos instrumentos orçamentários projetados para o exercício subsequente iniciou-se com o processo de elaboração da LDO para, conforme os prazos determinados pela legislação, dar sequência ao processo de elaboração da LOA para o exercício seguinte.

A LDO, que tem o papel de orientar a elaboração da LOA, apresenta as prioridades para a administração pública estadual, estabelece diretrizes e metas de política fiscal, e, de acordo com o estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), aborda temas como metas e riscos fiscais e equilíbrio de receitas e despesas.

Durante o processo de elaboração da LDO 2025, as principais contribuições dos parceiros compreenderam:

- » da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI): prestação de informações sobre parâmetros e cenário macroeconômico do Estado da Bahia;
- » da Secretaria da Fazenda (Sefaz): discussões e definições sobre grandes receitas, política de aplicação dos recursos da Desenhavia, despesas com as Parcerias Público-Privadas (PPP) e a consolidação dos anexos fiscais;
- » da Secretaria da Administração (Saeb): prestação de informações sobre despesas com pessoal, receitas e despesas do Fundo de Custeio do Plano de Saúde dos Servidores Públicos Estaduais (Funserv), receitas e despesas do Fundo de Proteção Social dos Policiais Militares e Bombeiros Militares do Estado da Bahia (FPSM), do Fundo Financeiro da Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado da Bahia (Funprev) e do Fundo Previdenciário dos Servidores Públicos do Estado da Bahia (Baprev) e definições sobre a política de pessoal do Estado.

Para a estimativa da receita, a SPO realizou uma série de reuniões técnicas, buscando discutir e formular a projeção sobre as grandes receitas orçamentárias, e a indicação das receitas próprias de cada unidade orçamentária, culminando com a publicação da Instrução Operacional SPO/SEPLAN nº 01/2024. A referida instrução e seus anexos atualizados sobre

A seleção das prioridades para 2025 envolveu todos os órgãos setoriais do sistema com um teto máximo pactuado de cinco proposições de destaque por secretaria ou órgão e suas entidades vinculadas

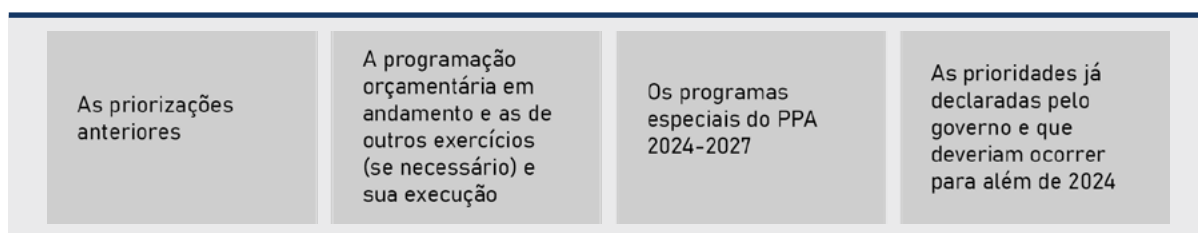
Classificação Institucional, Natureza de Receitas e Fontes de Recursos Bahia e Federação foram disponibilizados nos portais Seplan e Sepege.

Dispondo sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2025, a Lei nº 14.757, de 26 de junho de 2024, compreende as metas fiscais e as prioridades da administração pública estadual; a estrutura e organização dos orçamentos; as diretrizes para elaboração e execução dos orçamentos do Estado e suas alterações; as disposições relativas à política e à despesa de pessoal do Estado, dentre outras.

Cabe destacar a nova metodologia e formato de apresentação estabelecido para as prioridades de governo. A seleção das prioridades para 2025 envolveu todos os órgãos setoriais do sistema, com a realização da etapa de Proposição de Destaques da Programação Orçamentária para 2025, com um teto máximo pactuado de cinco proposições de destaque por secretaria ou órgão e suas entidades vinculadas. A construção

desses destaques versou sobre as iniciativas, de modo a considerar para seleção aquelas relacionadas às ações orçamentárias previstas para 2025, não se levando em conta custeio finalístico, ações finalísticas de caráter continuado e/ou obrigatório. No processo de construção e análise, foram observados:

Figura 3



Fonte: Seplan.

A partir do estudo desses destaques, foi construído o quadro de prioridades para 2025, por eixo estratégico, detalhado por programa temático, compromisso e iniciativa e com a incorporação de dois novos elementos:

- A forma de como as prioridades poderão ser atendidas na programação orçamentária de 2025 (com base no acervo existente em 2024); e

b. A vinculação da iniciativa com o Programa Especial do PPA 2024-2027.

O quadro de prioridades, após aprovação pela Casa Civil, subsidiou a elaboração do Anexo I (Prioridades da Administração Pública Estadual) da LOA 2025, com 107 prioridades elencadas, distribuídas entre o Poder Executivo (51), Poder Legislativo (15), Poder Judiciário (17), Ministério Público (13) e Defensoria Pública (11).

O processo de elaboração da lei orçamentária para o exercício seguinte é decorrente do Plano de Trabalho Anual (PTA) dos órgãos e entidades estaduais, em conformidade com o PPA e a LDO, gerando insumos para o cronograma de execução mensal de desembolso e a programação financeira. Dentre as atividades envolvidas na elaboração do orçamento para 2025, merecem destaque:

- » Definição e cadastro da ação orçamentária e suas modificações para uso no processo de programação anual e seu acompanhamento;
- » Análise de cenário e revisão dos parâmetros macroeconômicos;
- » Tratativas e lançamento das informações que compõem o orçamento de investimentos das empresas;
- » Estudo com valores da previsão das Emendas Parlamentares Individuais (EPI);
- » Estimativa da Receita Corrente Líquida (RCL);
- » Estimativa dos valores nominais do PIB Bahia para os anos do PLOA;
- » Estimativa da receita líquida de impostos que servirá de base para os limites mínimos constitucionais (Saúde e Educação);
- » Análise das despesas líquidas de pessoal com relação à RCL;
- » Revisão das receitas orçamentárias e definição do cenário fiscal;
- » Definições acerca da metodologia e cenário fiscal das grandes receitas – ICMS, FPE, IPVA, ITD, IPI, dentre outras;
- » Definição e distribuição das cotas para cada órgão;
- » Lançamento das propostas setoriais, realizando análises e ajustes para a consolidação da LOA;
- » Elaboração do quadro de compatibilidade das metas fiscais do PLOA com a LDO e dos quadros de receita e despesa.

Figura 4 – Equipes técnicas da Seplan e Sefaz em mais uma fase da elaboração da proposta orçamentária para 2025



Fonte: Seplan/Ascom.

Após conclusão desse processo, o projeto da LOA propondo a estimativa da receita e fixação da despesa do Estado, no montante de R\$ 70,8 bilhões, foi encaminhado à Assembleia Legislativa da Bahia (Alba), nos termos das normas das Constituições Federal e Estadual e da LDO nº 14.757, de 26 de junho de 2024. A LOA 2025 foi aprovada pela Alba em 17 de dezembro de 2024.

O ponto que merece atenção no processo de elaboração do orçamento governamental relaciona-se à estruturação da base da programação orçamentária, qual seja, a distribuição das cotas dos diversos órgãos e entidades estaduais. Destaca-se a importante participação das operações de crédito e de convênios na composição das cotas orçamentárias para o exercício de 2025, considerando que os recursos próprios do Tesouro não são suficientes para atender às ações e demandas previstas, em especial na área de projetos e obras.

**Projeto
Suporte a
Emendas
Parlamentares
Individuais
(EPI),
destacando-
se no conjunto
das atividades
associadas
ao processo
de elaboração
da LOA para o
exercício 2025**

Em 2024, a perspectiva de estruturar um suporte à elaboração, análise técnica, incorporação e gestão das emendas parlamentares individuais de natureza impositiva ao orçamento estadual resultou no projeto Suporte a Emendas Parlamentares Individuais (EPI), destacando-se no conjunto das atividades associadas ao processo de elaboração da LOA para o exercício 2025.

Com relação a esse processo de elaboração da LOA 2025 e preliminarmente à sanção do governador, foi indispensável proceder à análise de 3.168 emendas parlamentares impositivas propostas. A Seplan (SPO) procedeu ao recebimento, tratamento, análise, agregação e correlação dos dados das ações orçamentárias, com vistas à incorporação no Sistema Fiplan e, posteriormente, na LOA 2025, por meio da publicação da Lei nº 14.813, de 8 de janeiro de 2025. Essas atividades foram executadas considerando os procedimentos e instrumentos de compilação de dados constantes do projeto Suporte a Emendas Parlamentares Individuais (EPI).

Iniciado em julho, o projeto contou com a participação direta e efetiva da Assessoria de Planejamento e Gestão (APG) e a colaboração da Superintendência de Gestão Estratégica (SGE), da Universidade Corporativa do Serviço Público (UCS Seplan), da Superintendência de Captação de Recursos Financeiros (SPF) e da Coordenação de Controle Interno (CCI).

Na concepção e desenvolvimento do projeto participaram, também, a Superintendência de Administração Financeira (SAF)/Departamento do Tesouro (Depat) e a Diretoria de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (Dicop) da Secretaria da Fazenda (Sefaz); a Coordenação de Assuntos Legislativos (Coal) da Secretaria de Relações Institucionais (Serin); e as diretorias da Escola do Legislativo e de Tecnologia da Informação da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia (Alba).

A estratégia de execução do projeto foi definida em duas etapas:

- E1. Introdução de melhorias processuais na formulação e apropriação das EPI ao orçamento de 2025, a partir da base legal e tecnológica disponível;
- E2. Aplicação de nova regulamentação e recursos tecnológicos, dando sustentação à qualidade da formulação e gestão das EPI, de forma pactuada com a Alba.

Foram realizadas, no período, as atividades destacadas no quadro a seguir:

Quadro 2 – Atividades do projeto Suporte a Emendas Parlamentares Individuais (EPI)

Atividade
Sistematização e compartilhamento das informações disponíveis
Sistematização das proposições de aprimoramento a serem viabilizadas na Etapa 1 do projeto
Atualização do fluxo dos procedimentos envolvendo EPI
Encontros com equipes técnicas visando: viabilizar ajustes no sistema de emendas utilizado pela Alba com órgãos executores (SEC e Sudesb); conhecer como gerenciam as EPI, com Sefaz/Depat, para a recepção de sugestões a serem aplicadas na EPI, e com Serin/Coordenação de Assuntos Legislativos e Casa Civil/Sistema Monitora Bahia
Elaboração da regulamentação sobre EPI
Participação, na Alba, de evento de abertura do sistema para lançamento das emendas ao Orçamento 2025
Realização de capacitações dos assessores parlamentares para lançamento das emendas ao Orçamento 2025
Elaboração de procedimentos e orientações para formulação, incorporação e gerenciamento de emendas parlamentares individuais de natureza impositiva ao orçamento anual e montagem de planilha com recursos de programação para uso na verificação de conformidade (https://www.ba.gov.br/seplan/emendas-parlamentares)

Fonte: Seplan/SPO.

O projeto Suporte a Emendas Parlamentares Individuais (EPI) resultou no desenvolvimento de atividades que ensejaram a inserção de órgãos do Poder Executivo, assim como da Assembleia Legislativa Estadual, traduzindo-se num trabalho em rede e com forte impacto na operacionalização das emendas parlamentares impositivas, com perspectivas de trazer mais qualidade ao processo. Com efeito, observa-se positividade pertinente a:

- ✓ Avaliação da capacitação, pelos assessores parlamentares, registrada em relatório específico, com evidências de reflexos na qualidade das formulações das emendas parlamentares apresentadas;

“Agradeço pela oportunidade e disponibilidade [...] foi importante esse embasamento técnico para auxiliar positivamente no Gabinete.” (Turma 04)
- ✓ Impacto na articulação com outros órgãos e entidades, no esforço de efficientização de processos relacionados às EPI, tornando visível a atuação sistêmica da Seplan;
- ✓ Maior interlocução com a Serin e perspectiva de contribuição do projeto na produção de informações para subsidiar as relações político-institucionais.

Vale destacar e enfatizar a exigência de um modelo de gestão específico, construído em bases sólidas de pactuação, para que seja assentado em princípios e regras que, de um lado, permita convergência com os instrumentos de planejamento governamental e, de outro, assegure o rastreamento dos recursos aplicados, revelando as contribuições efetivas de cada parlamentar.

GESTÃO ESTRATÉGICA DO PLANEJAMENTO

Governança do Sepege

A evolução necessária do Sistema Estadual de Planejamento, no sentido de fortalecer e aprimorar a concepção sistêmica do planejamento e da gestão estratégica, está consolidada na formulação do Sistema Estadual de Planejamento e Gestão Estratégica (Sepege). Essa abordagem enfatiza um modelo sistêmico, colaborativo e focado em resultados por uma atuação em rede, articulada, participativa e integrada.

Em 2024, essa perspectiva se concretizou em iniciativas e realizações relevantes, destacadas nos seguintes pontos deste relatório:

- » Constituição do Subcomitê de Gestão Integrada – estabelecido como um espaço para a gestão dialogada e de aprendizagem coletiva, conforme detalhado no item 5.2 (Gestão organizacional);
- » Trilha de aprendizagem do Plano Mestre de Capacitação (PMC) desenhada com foco no desenvolvimento de competências para atuação no Sepege e realizada conforme relatado no item 4.1 (Educação corporativa); e
- » Elaboração e lançamento do projeto Sou Sepege – com o propósito de introduzir um ambiente inovador e orientado para resultados, integrando o grupo dirigente da Rede Sepege, conforme especificado no item 5.2 (Gestão organizacional).

Essa evolução é fundamental, na perspectiva de uma cultura organizacional em que atitudes colaborativas e de confiança são conquistadas ao se trabalhar em rede. Portanto, essa busca não se restringirá a resultados imediatos, devendo ser perseguida, considerando um crescimento contínuo e adaptável, por um ambiente dinâmico e diversificado. Ademais, a construção de uma cultura organizacional forte e a implementação de uma gestão do conhecimento, criadas e impulsionadas pelo Sepege, são investimentos de longo prazo, que geram valor público sustentável.

Governança do PPA

A Constituição Federal prevê um ciclo quadrienal de planejamento com diretrizes, objetivos e metas para as ações governamentais de médio prazo, por meio do Plano Plurianual (PPA), elaborado no primeiro ano de mandato do governo e com vigência para os quatro anos seguintes. As práticas sistêmicas se aplicam ao ciclo quadrienal, envolvendo, além do PPA, as Diretrizes orçamentárias e os orçamentos, a estratégia, liderança e controle, que visam assegurar a direcionalidade estratégica da ação governamental estabelecida nos instrumentos

Apresentado o modelo de governança para o PPA 2024-2027

do ciclo. Os processos que constituem a governança do PPA são orientados por diretrizes que buscam o fortalecimento da atuação sistêmica da Seplan, com vistas ao aperfeiçoamento das políticas públicas.

Em 2024, foi iniciado o primeiro ciclo de governança do PPA 2024-2027, que teve como marco a realização da Reunião de Alinhamento Conceitual e Processual, em 10 de abril, no Instituto Anísio Teixeira (IAT), com a participação de 225 servidores, integrantes das Assessorias de Planejamento e Gestão (APG ou equivalentes), Coordenações de Controle Interno (CCI ou equivalentes), das unidades executoras dos órgãos e entidades do Estado e da Auditoria-Geral do Estado (AGE). Na ocasião, foi apresentado o modelo de governança para o PPA 2024-2027, complementado pelas orientações sobre a execução dos processos de planejamento para o Monitoramento e Avaliação (M&A do PPA).

Figura 5 – Instituto Anísio Teixeira (IAT) – Reunião de alinhamento conceitual e processual



Fonte: Seplan/Ascom.

Na concepção da gestão estratégica e integrada, com foco em resultados, o conceito do monitoramento estratégico é característica essencial para o modelo de governança do PPA 2024-2027. Nesse sentido, em 2024, foi iniciada a implementação do processo do monitoramento estratégico, nas dimensões sistêmica e setorial.⁴

Esse monitoramento estratégico é responsável pelo impulsionamento da colaboração interinstitucional para a efetivação das ações planejadas, a partir das informações e análises relacionadas à:

⁴ O escopo da dimensão sistêmica de governança é definido com base na programação do PPA e seus orçamentos, a partir de critérios de criticidade, relevância e materialidade, considerando, primordialmente, as Iniciativas prioritárias consignadas na LDO e aquelas constitutivas dos programas especiais; já o escopo da dimensão setorial é definido com base na programação do PPA e seus orçamentos, de responsabilidade dos órgãos e entidades pertinentes à setorial do Sistema Sepege.

- » Execução física das ações orçamentárias;
- » Evolução das Iniciativas;
- » Atendimento das propostas de escutas sociais;
- » Alcance dos Indicadores de Compromisso;
- » Evolução dos Indicadores indicadores de Programa

**65 reuniões de
colaboração
institucional,
com cada
secretaria
de Estado e
cerca de 970
servidores**

Entre maio e junho, foram realizadas 65 reuniões de colaboração institucional, com cada secretaria de Estado e cerca de 970 servidores, objetivando realizar o planejamento das metas anuais e quadrienais dos Indicadores de Compromisso e a identificação dos componentes da *Gestão de Entregas*.⁵ Essas reuniões oportunizaram aos seus participantes a reflexão sobre as Iniciativas de sua responsabilidade e o ambiente em que as ações se desenvolvem, internalizando o caráter antecipatório às suas práticas de gestão e ao êxito das entregas públicas.

Sob a coordenação da Superintendência de Gestão Estratégica (SGE), nesses encontros foram definidas as entregas (bem ou serviço) para cada Iniciativa que compõe a dimensão sistêmica de monitoramento, e disponibilizada às APG (ou equivalentes) a metodologia e a ferramenta tecnológica (Sistema Fiplan) para realizar essas definições para as demais Iniciativas componentes da dimensão setorial.

A parceria entre Seplan e AGE, visando à introdução da gestão de risco no monitoramento estratégico, resultou na análise de cada iniciativa da dimensão sistêmica de monitoramento, quando foram identificados elementos requeridos para consubstanciar o monitoramento baseado na metodologia do Programa de Gestão de Riscos. O Quadro 3 apresenta o quantitativo desses elementos, quais sejam:

- » Atividades críticas: uma ou mais atividades indispensáveis para a execução da entrega;
- » Fatores rítricos críticos de contexto: riscos que podem afetar a execução da atividade crítica;
- » Ações preventivas: ação que visa evitar uma não conformidade ou situação indesejável que coloque em risco a atividade crítica;
- » Ações corretivas: ação adotada para corrigir falhas ou mitigar danos causados na execução da atividade crítica, após a ocorrência de não conformidades ou situações indesejáveis.

⁵ Entrega é o bem ou serviço vinculado à iniciativa, que se viabiliza por meio de uma ou mais ações orçamentárias associadas.

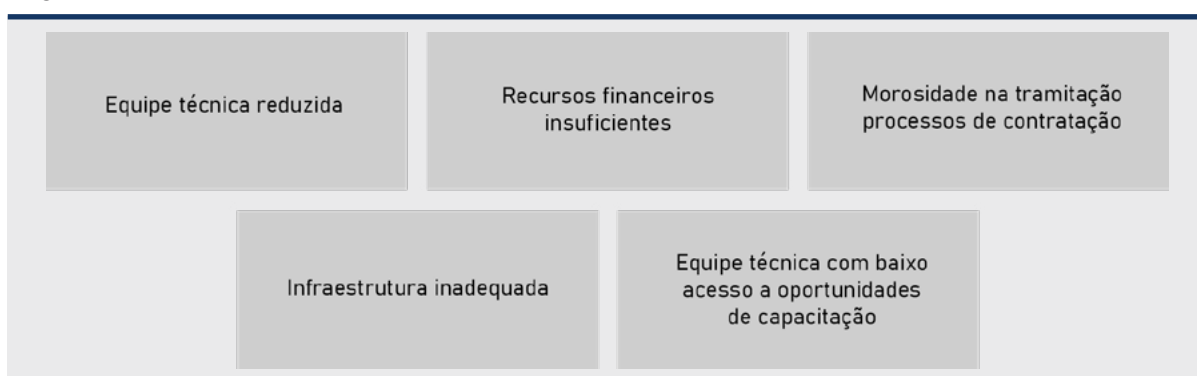
Quadro 3 – Dimensão sistêmica do monitoramento – Elementos identificados⁶

Qt. iniciativas	Qt. entregas	Qt. atividades críticas	Qt. fatores críticos de contexto	Qt. ações preventivas	Qt. ações corretivas
245	338	533	653	746	431

Fonte: Seplan/SGE.

Em escala decrescente, foram identificados os seguintes fatores críticos de contexto ou riscos mais recorrentes identificados na dimensão sistêmica:

Figura 6



Fonte: Seplan.

Com relação à dimensão setorial, foi facultado às secretarias realizar o processo de monitoramento baseado na gestão de risco, a partir da metodologia e ferramentas disponibilizadas.

Como desdobramento desse processo, teve início a aplicação de ações de melhoria, visando ao tratamento dos comprometimentos incidentes sobre as atividades críticas em execução, impactadas por fatores críticos de contexto. Desse modo, a oportunidade de gestores adotarem medidas preventivas ou corretivas sobre comprometimentos identificados na execução das atividades sob sua responsabilidade configurou-se como um avanço importante. A reflexão prévia, concernente a fatores de contexto com potencial de impactar suas entregas, contribuiu para o aumento da probabilidade de sucesso e o alcance dos objetivos do PPA.

Avaliação de desempenho do PPA

Por meio do processo de avaliação de desempenho do PPA (ADP), são produzidas informações qualificadas que apoiam a gestão e auxiliam na tomada de decisão, além de alimentar o ciclo do planejamento, qualificando a execução da política pública e, consequentemente, os resultados desejados.

⁶ As informações da dimensão sistêmica do monitoramento complementam a matriz estratégica/programática das políticas transversais.

Em 2024, o processo de ADP 2023 foi realizado com a elaboração do *Relatório da Avaliação de Desempenho*, iniciado após a data de corte de 31 de dezembro de 2023, e concluído, entregue e publicado nos portais Sepege e Seplan em 31 de março de 2024. Esse relatório teve a sua denominação alterada, a partir do PPA 2024-2027, para *Relatório de Avaliação de Desempenho dos Programas de Governo*, integrando a prestação de contas do governador e substituindo o *Relatório de Execução do PPA*.

No período de dezembro de 2023 a janeiro de 2024, o *Relatório de Execução do PPA – Ano IV – 2023* foi elaborado pela SGE, de forma participativa com as APG (ou equivalente), Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) e as superintendências de Orçamento Público (SPO) e de Cooperação Técnica e Financeira para o Desenvolvimento (SPF), e publicado em dois volumes:

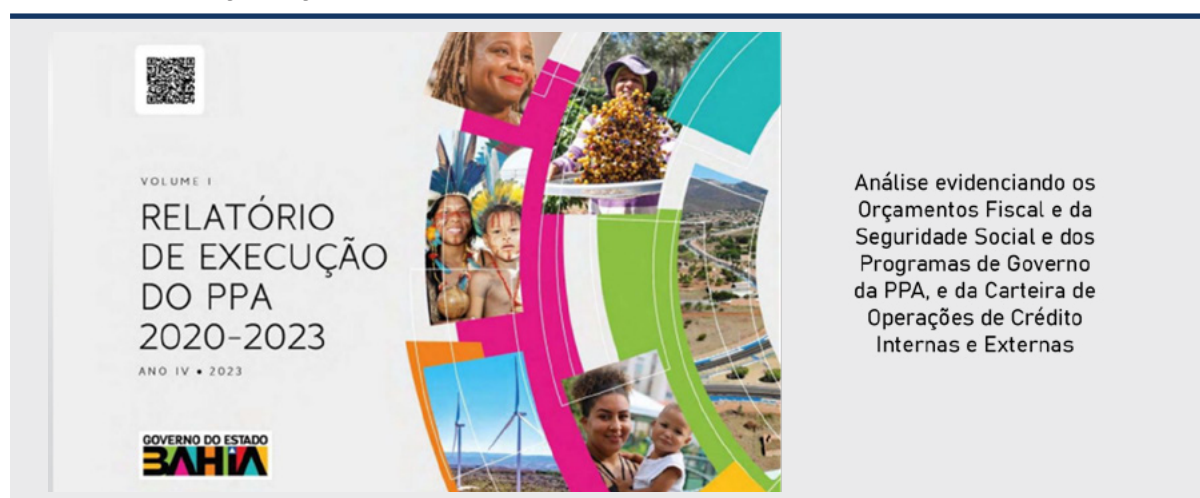
Figura 7 – Relatório de Avaliação de Desempenho dos Programas de Governo(1)



Fonte: Seplan.

Nota: (1) Volume II (em formato exclusivamente digital)

Figura 8 – Indicadores Socioeconômicos da Bahia; Gestão Financeira – Receitas e Despesas Públicas; e Execução Orçamentário-financeira(1)



Fonte: Seplan.

Nota: (1) Volume I (em formato impresso e digital)

Em 2024, na perspectiva do PPA 2024-2027 (Lei nº 14.647, de 26 de dezembro de 2023), o processo de avaliação do PPA, sob coordenação da SGE, concentrou-se no aperfeiçoamento da metodologia de avaliação de desempenho e, de forma articulada com os órgãos e entidades executores, nas orientações com relação aos conteúdos avaliativos a serem informados no Sistema Fiplan.

Diante disso, com o apoio e a parceria da Companhia de Processamento de Dados do Estado da Bahia (Prodeb) e coordenação da Diretoria de Avaliação de Políticas Públicas⁷ da SGE, foi desenvolvida uma aplicação para a geração do *Relatório de Avaliação de Desempenho dos Programas de Governo – 2024*.⁸

Vale destacar, ainda, a apuração de indicadores de programas do PPA 2024-2027, ano 2024, atividade que exige uma análise articulada de consistência e conformidade dos dados e conteúdos apresentados pelos órgãos e entidades responsáveis por esses indicadores. Essas informações foram registradas no Sistema Fiplan entre a primeira quinzena de dezembro e a segunda quinzena de janeiro do ano seguinte (2025), período em que os registros realizados foram checados e validados, buscando a máxima qualidade possível das informações.

Ainda no âmbito da gestão estratégica do ciclo quadrienal de planejamento, materializada no PPA pela iniciativa que trata do seu aperfeiçoamento, associada ao compromisso do programa Planeja Bahia “Fortalecer a concepção sistêmica e a integração do planejamento e gestão estratégica”, foram realizadas, no período, as entregas indicadas a seguir:

- » Regulamentação do modelo de governança do Plano Plurianual Participativo – PPA 2024-2027;⁹
- » Definição dos escopos da dimensão sistêmica de monitoramento e dimensão setorial de monitoramento;
- » Planejamento, identificação e disseminação dos componentes e instrumentos da Gestão de Entregas;
- » Relatório de indicativos de melhoria para a programação anual, tratando sobre propostas de ajustes e alterações de programação, quanto à vinculação de ações orçamentárias às iniciativas e seus elementos estruturais (descritivo, objetivo e produto);
- » Relatório de indicativos de melhoria para a programação quadrienal, tratando sobre as demandas de alteração, em relação a componentes do PPA;

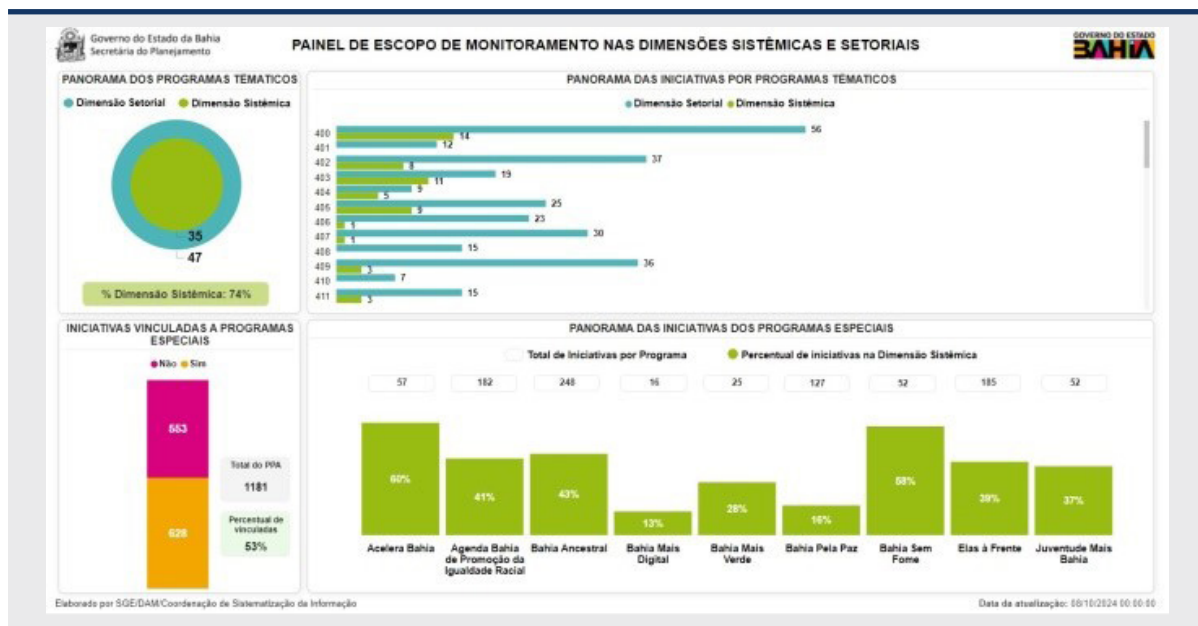
⁷ Com a publicação do regimento da Seplan (Decreto nº 23.207, de 6 de novembro de 2024) houve uma reestruturação da SGE alterando a denominação e competências das suas diretorias.

⁸ Por meio de um ambiente de desenvolvimento integrado para a linguagem de programação R (“RStudio”).

⁹ Modelo regulamentado no Decreto nº 22.770, de 17 de abril de 2024.

- » Disponibilização do Painel BI (*Business Intelligence*), Escopo de Monitoramento nas Dimensões Sistêmicas e Setoriais, para auxiliar os trabalhos de planejamento, apresentando os elementos das iniciativas vinculadas ao monitoramento da dimensão sistêmica, além do desempenho agregado das execuções física e orçamentário-financeira da ação orçamentária, as entregas de bens e serviços e o tratamento de risco das entregas, na dimensão sistêmica;

Figura 9

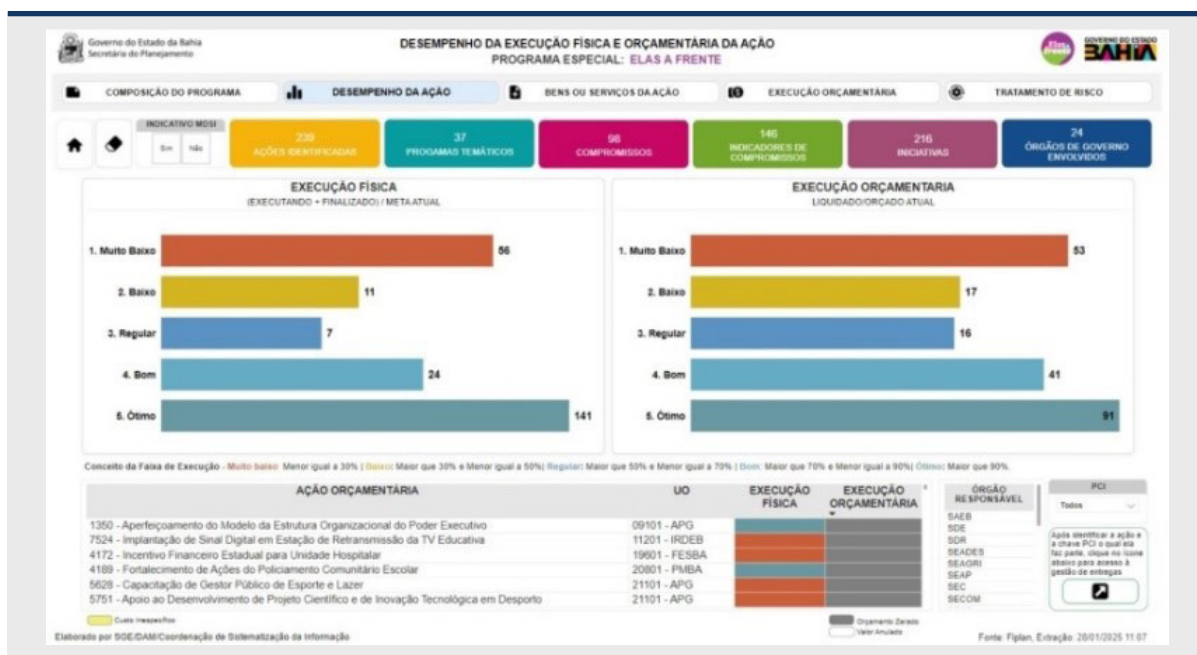


Fonte: Seplan.

- » Painel BI (*Business Intelligence*), Acompanhamento de Programas Especiais do PPA, a partir do mapeamento da transversalidade originada dos programas temáticos do PPA;¹⁰

¹⁰ Vale observar que cada programa especial tem sua dinâmica de governança, com diferentes graus de maturidade. Esse painel possibilitará a colaboração interinstitucional na execução das ações, na dimensão setorial, na retroalimentação e no aprendizado coletivo, a partir da geração de informações sistêmicas para as partes interessadas, em especial para os colegiados territoriais e a sociedade.

Figura 10



Fonte: Seplan.

- » Painel BI (*Business Intelligence*), Monitoramento da Dimensão Sistêmica (MDSI), cortes 30/09/2024 e 31/12/2024;
- » Síntese Avaliativa do Desempenho do PPA 2020-2023 – Caderno Informativo de M&A – Ano IV – 2023 (global e dos programas);
- » Relatório de Avaliação de Desempenho dos Programas do PPA 2020-2023 – Ano IV;
- » Boletim Avanços e Oportunidades de Melhoria – PPA 2020-2023 – Ano IV – 2023;
- » Relatório de Avaliação de Desempenho dos Programas de Governo – 2024, a ser publicado em fevereiro de 2025.

Em 2024, foi dada continuidade à revisão dos processos de monitoramento e avaliação do PPA especialmente impactados pelo seu novo modelo de governança e pelo aproveitamento das oportunidades de melhoria percebidas no processo de gestão do PPA 2020-2023. Essa atividade de revisão foi realizada juntamente com a Assessoria de Planejamento e Gestão (APG), resultando nos produtos indicados no quadro abaixo:

Quadro 4 – Processos de monitoramento e avaliação do PPA

Atividade	Estágio de execução
<u>Manual do macroprocesso: monitorar e avaliar o desempenho dos programas de governo</u>	Validado e publicado
Processo: Gerenciar processos de M&A	Desenhado
Processo: Planejar monitoramento e avaliação	Desenhado
Processo: Realizar registro para o acompanhamento	Desenhado
Processo: Realizar monitoramento estratégico	Desenhado
Processo: Avaliar desempenho de programa	Desenhado
Funcionalidades do Fiplan de apoio aos processos	Requisitos especificados

Fonte: Seplan/APG.

O novo modelo de governança do PPA é um instrumento da maior relevância para efetivar o planejamento plurianual, com a disponibilização de informações consistentes e confiáveis resultantes dos processos de M&A dos Programas. Desse modo, requer especial atenção as dimensões Pessoas, Tecnologia e Gestão, que reúnem oportunidades e possibilidades de impactar, positiva e negativamente, o alcance dos objetivos e resultados pretendidos.

Outrossim, perspectivas positivas em relação à governança podem ser demonstradas pelas melhorias introduzidas que propõem a ampliação da forma interativa e integradora dos vários atores governamentais. Essa ampliação é favorecida pela estruturação dos registros e das análises dos múltiplos parâmetros vinculados às ações orçamentárias, de modo articulado com as informações inerentes aos diversos componentes do PPA, melhor qualificando a execução das políticas públicas nas múltiplas áreas da atuação governamental.

A participação do controle interno no modelo de governança do PPA 2024-2027, sob orientação técnica da AGE, viabilizando a verificação periódica da tempestividade, fidedignidade e rastreabilidade das informações registradas, no âmbito dos processos de M&A do PPA, é uma demonstração inequívoca da ampliação interativa e integradora referida acima.

De fato, a ênfase na colaboração interinstitucional torna-se fundamental para o aprendizado coletivo e o trabalho em rede, na medida em que se verifica uma reaproximação dos órgãos e entidades executoras ao processo de monitoramento estratégico, uma maior compreensão dos gestores sobre o PPA e a execução ágil e eficiente das atividades planejadas.

Assim, melhorar a tomada de decisão apoiada em evidências produzidas no processo de acompanhamento da ação governamental, gera conhecimento para fortalecer a governança da política pública contemplada no PPA, o que demonstra os significativos avanços metodoló-

No campo da gestão do orçamento, em 2024, é destaque a atuação da Seplan na Junta Orçamentária do Estado

gicos da avaliação. Isso se verifica na análise evidenciada nos níveis estratégico, tático e operacional, sinalizando avanços e oportunidades de melhoria, com base nos indicadores de programas, indicadores de compromissos e da execução física e execução orçamentário-financeira dos componentes dos instrumentos do ciclo quadrienal de planejamento.

Vale lembrar, ainda, que todos os modelos de gestão estratégica do planejamento de curto, médio e longo prazos devem ser vistos como geradores de conhecimento, que agregam valor público ao pensar e fazer do planejamento estadual. Nesse

aspecto, insere-se tanto o novo modelo de governança do PPA 2024-2027 como o projeto de implementação de uma sistemática de avaliação de políticas públicas no Executivo estadual. Em 2024, foram realizadas as articulações necessárias para a validação desse projeto junto aos envolvidos nessa iniciativa.

Gestão orçamentária

Ferramenta essencial do planejamento público, o orçamento governamental representa a previsão de receitas e autorização de despesas do governo para o período de um exercício. Nessa perspectiva, a Superintendência de Orçamento Público (SPO), em articulação com os órgãos integrantes do Sepege, é a responsável pela coordenação dos processos envolvidos no macroprocesso *Gerir Orçamento Anual*. A gestão orçamentária, portanto, tem como objetivo manter o orçamento anual adequado para fins de execução, observadas as exigências legais, as prioridades estabelecidas nos programas de trabalho dos órgãos e entidades e as perspectivas estratégicas das políticas públicas.

No campo da gestão do orçamento, em 2024, é destaque a atuação da Seplan na Junta Orçamentária do Estado. Sob a coordenação do Gabinete do Governador, integrada pela Casa Civil, Secretaria da Fazenda (Sefaz), Secretaria da Administração (Saeb), Secretaria de Relações Institucionais (Serin) e Seplan, foram realizadas reuniões trimestrais secretariadas pela Seplan/SPO, apresentando demandas orçamentárias relacionadas a programações e modificações do orçamento em curso, para apreciação, deliberação e encaminhamento de soluções.

Vale ressaltar que, desde 2023, a gestão acerca da alocação de novos recursos ao orçamento tem sido facilitada pela atuação da Junta Orçamentária que, a depender do valor, delibera sobre as demandas nesse sentido.

Por outro lado, considerando a nova orientação estabelecida pela Instrução Normativa nº 01/24, a Seplan passou a gerenciar as necessidades de créditos suplementares sem fontes de financiamento do Poder Executivo. Nesse sentido, apenas as ocorrências de maior valor ou com a exigência de decisão de instância superior passaram a ser discutidas diretamente com a Sefaz ou, se necessário, submetidas à Junta Orçamentária.

Vale ressaltar, entretanto, as frequentes discrepâncias havidas entre o volume de recursos pleiteados pelos executores e aqueles disponibilizados pela Sefaz, seja por superávit financeiro ou por excesso de arrecadação. Dessa forma, a decisão sobre onde alocar os recursos suficientes para atender às demandas que surgem durante o exercício se constitui num entrave no macroprocesso *Gerir Orçamento Anual*.

Em paralelo, visando ao atendimento das demandas de modificações orçamentárias dos órgãos e entidades, bem como alterações advindas da captação de recursos por convênios ou operações de crédito, foram analisados 23.425 processos de modificação orçamentária (PMO), sendo 78,9% intrassistemas, ou seja, ajustes de caráter exclusivamente programático e realizados no Sistema Fiplan, e 21,1% referentes aos créditos adicionais e outras modificações equivalentes, nos termos da LDO, que demandam publicação de ato legal modificativo (Decreto Financeiro) e registro no Sistema Fiplan (Tabela 1).

Tabela 1 – Processos de Modificação Orçamentárias (PMO) – 2024

(Continua)

Tipo de Instrumento	Tipo de Crédito	Quant. PMO	PMO por situação						
			Inicial	Cadastrado	Excluído	Encaminhado	Indeferido	Confirmado	Efetivado
Decreto	100 – Remanejamento Interno de Recursos	2033	62	0	93	1	96	8	1773
	102 – Transposição de Recursos	1387	95	2	95	3	28	2	1162
	110 – Inclusão de Ação Financiada por Anulação	168	15	0	16	0	2	0	135
	120 – Inclusão de Ação Financiada por Incorporação de Recursos	86	5	0	8	0	1	1	71
	140 – Incorporação de Operação de Crédito	26	1	0	3	0	0	0	22
	150 – Incorporação de Excesso de Arrecadação	326	9	5	30	1	1	0	280
	160 – Incorporação de Superávit Financeiro	716	46	3	54	0	13	0	600
	170 – Incorporação de Excesso de Convênio	205	5	0	11	1	1	0	187
Subtotal Decreto		4947	238	10	310	6	142	11	4230

Tabela 1 – Processos de Modificação Orçamentárias (PMO) – 2024

(Conclusão)

Tipo de Instrumento	Tipo de Crédito	Quant. PMO	PMO por situação						
			Inicial	Cadas-trado	Excluído	Encami-nhado	Indefe-rido	Confir-mado	Efetivado
Intrassistema	400 - Reprogramação entre Ações	3489	136	0	131	0	44	5	3173
	402 - Alteração de Modalidade de Aplicação	353	20	0	10	0	0	0	323
	404 - Reprogramação de Regionalização	2366	62	0	52	0	14	0	2238
	406 - Alteração de Destinação de Recursos	71	12	0	9	0	1	0	49
	407 - Alteração de Tipo de Gasto	2133	63	0	65	0	49	43	1913
	408 - Remanejamento entre Elemento de Despesa	10066	23	0	47	0	0	0	9996
Subtotal Intrassistema		18478	316	0	314	0	108	48	17692
Total		23425	554	10	624	6	250	59	21922

Fonte: Fiplan.

Governança territorial

A Política de Desenvolvimento Territorial do Estado da Bahia foi estabelecida pela Lei nº 13.214, de 29 de dezembro de 2014, que dispôs sobre os princípios, diretrizes e objetivos da política territorial e instituiu o Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial (Cedeter) e os Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Sustentável (Codeter).

No decorrer dos anos, o governo vem buscando maior aderência às distintas necessidades territoriais, visando ampliar a efetividade das suas ações por meio de instrumentos que articulam as políticas públicas com os Territórios de Identidade, tais como Escuta Social e Planos Territoriais de Desenvolvimento Sustentável (PTDS).

A elaboração do PDI 2050 requereu a atualização dos planos territoriais e, nesse sentido, foi publicado, em dezembro de 2024, um termo de referência baseado nos dez eixos do PDI, objetivando o lançamento de um edital para contratação de serviços visando à elaboração dos PTDS para os 27 Territórios de Identidade da Bahia.

Uma iniciativa voltada à incorporação da Política de Desenvolvimento Territorial, com participação social, no ciclo do planejamento e gestão governamental, é a Agenda de Participação Territorial, que tem o propósito de construir uma matriz de políticas públicas a serem desenvolvidas em parceria com os Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Sustentável (Codeter) e consórcios públicos. Foram realizados encontros e articulações com as secretarias de Estado, visando mapear as ações que possam ser realizadas e executadas de forma colaborativa e parceira com os colegiados territoriais e consórcios públicos.

Caderno de Oportunidades representa uma experiência de trabalho em rede que qualifica e dá destaque à inteligência coletiva

Outrossim, as reuniões realizadas com as secretarias e suas unidades vinculadas, inclusive a Ouvidoria-Geral do Estado, objetivaram a construção do *Caderno de Oportunidades*, buscando com isso incentivar a ampliação das parcerias com consórcios públicos, representando uma experiência de trabalho em rede que qualifica e dá destaque à inteligência coletiva.

Figura 11 - Reuniões da Agenda de Participação Territorial



Foto: Seplan/CEPT.

No que se refere à governança territorial, foi realizada a IV Conferência Estadual de Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Sustentável (IV Cecter), em 6 de dezembro de 2024, no Instituto Anísio Teixeira, com a finalidade de dialogar sobre os dez anos da instituição da Política de Desenvolvimento Territorial do Estado da Bahia e suas perspectivas. Nesse evento, antecedido por 27 plenárias realizadas nos Territórios de Identidade,¹¹ também foram eleitos os representantes da sociedade civil (15 titulares e 12 suplentes) que irão compor o Cedeter.

Figura 12 - IV Conferência Estadual de Colegiados Territoriais de Desenvolvimento



Foto: Seplan.

Vale destacar que, os aprimoramentos no processo de monitoramento do PPA 2024-2027 repercutirão na governança territorial, propiciando:

- » Acompanhamento, por meio do Sistema Fiplan, das associações das propostas de Escutas Sociais, junto aos órgãos e entidades executoras;
- » Informações atualizadas sobre o andamento das Escutas Sociais incorporadas para execução no PPA 2024-2027;
- » Análise dos lançamentos efetuados pelos órgãos e entidades executoras, a partir de relatórios do Sistema Fiplan;
- » Elaboração de indicadores de melhoria, complementação de informações, redação e justificativas para serem encaminhadas aos órgãos e entidades executoras;
- » Elaboração de relatórios gerenciais sobre as situações e posições das Escutas Sociais.

¹¹ Plenárias convocadas por Decreto nº 22.949/2024.

O consorciamento é uma forma de associação que, compartilhando recursos, competências e responsabilidades, objetiva a realização de serviços ou entregas de interesse comum, sendo os consórcios públicos¹² ferramentas importantes na execução de políticas públicas. Nesse intento, buscam promover ações associadas ao desenvolvimento territorial, fomentando a estruturação de parcerias, cabendo à CEPT promover o incentivo e apoio técnico-institucional necessários à implementação das iniciativas da Política de Desenvolvimento Territorial do Estado.

As atividades voltadas ao fortalecimento dos consórcios públicos multifinalitários¹³ resultaram em dois convênios firmados para a aquisição de equipamentos de informática, mobiliário, materiais permanentes e veículo, por meio do repasse de recursos, no valor de R\$ 428.764,78, para a estruturação das sedes de consórcios nos Territórios de Identidade Bacia do Rio Corrente e Sudoeste. Os bens adquiridos permitem dotar os consórcios de uma estrutura física adequada para o desenvolvimento de ações que beneficiam os municípios dos territórios, por meio da implementação de políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade de vida da população dos municípios consorciados.

Além disso, desenvolveu-se um trabalho centrado na interlocução para o assessoramento técnico aos consórcios públicos multifinalitários, orientador da sua constituição e de temas relacionados à celebração de convênios e prestação de contas. Desse modo, os consórcios são apoiados para aprimorar a sua atuação, especialmente no que se refere às parcerias firmadas com outros órgãos do Executivo estadual.

A Seplan participou da Comissão Central de Gestão para Promoção do Desenvolvimento Organizacional dos Consórcios Intermunicipais Multifinalitários, em parceria com a Coordenação de Consórcios do Gabinete do Governador, que atuou na elaboração do planejamento estratégico dos consórcios, promovendo a capacitação em planejamento e gestão para seus técnicos.

Captação de recursos

As atividades relacionadas ao financiamento de programas e projetos desempenham um papel essencial no planejamento governamental, e a captação de recursos é estratégica para viabilizar projetos de desenvolvimento econômico e social.

A Seplan, buscando promover uma aplicação coordenada de investimentos captados, realiza ações de negociação de parcerias e de mobilização de recursos junto a organismos nacionais

¹² Os consórcios públicos são associações com personalidade jurídica própria, regulamentados pela [Lei Federal nº 11.107/2005](#).

¹³ Consórcios públicos multifinalitários são associações entre entidades da administração pública, que têm como objetivo atender a múltiplas finalidades de interesse comum. Abrangem diversas áreas de atuação, permitindo que os entes consorciados realizem projetos e serviços em conjunto, de forma mais ampla e integrada.

e internacionais, públicos e privados e de forma articulada com outros órgãos e entidades da administração pública estadual, federal e outras esferas de governo.

A Superintendência de Captação de Recursos Financeiros (SPF), responsável pela identificação e gestão de financiamentos e recursos captados, apresentou, em 2024, um desempenho relatado conforme a seguir.

Carteira de transferências voluntárias

A carteira ativa de transferências voluntárias acumulou um montante da ordem de R\$ 8,8 bilhões, representando um incremento de 59% em relação a 2023, sendo R\$ 8,1 bilhões provenientes de repasses oriundos do Orçamento-Geral da União (OGU), e de demais repassadoras públicas e privadas, e R\$ 690 milhões de contrapartida estadual (Tabela 2). O Gráfico 1 demonstra a execução financeira de R\$ 2,2 bilhões dos recursos liberados, representando 79,3%. Importante observar que os recursos relacionados aos Termos de Compromisso – PAC Seleções ainda não foram liberados, já que se encontram em processo de regulamentação.

Gráfico 1 - Carteira ativa de transferências voluntárias – Investimento total, por instrumento de captação

Em R\$ 1.000,00



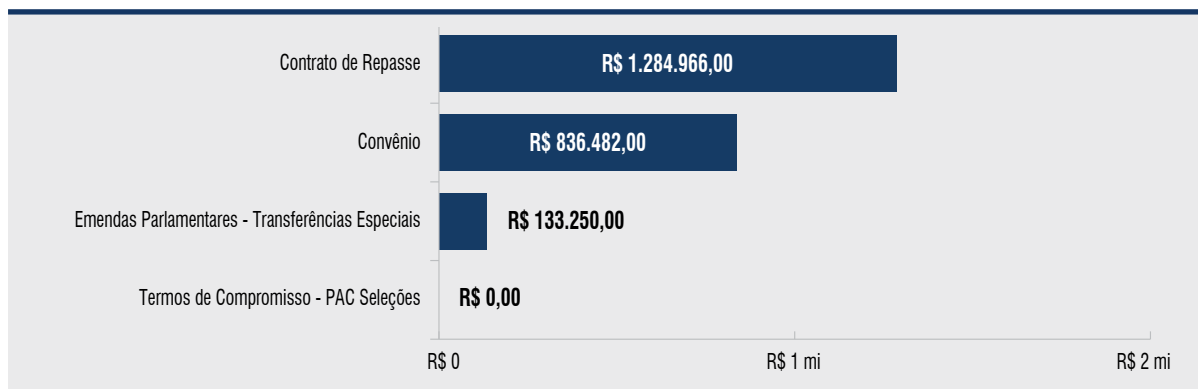
Fonte: Fiplan - GRC 82, em 07/01/2025.

Gráfico 2 - Carteira ativa de transferências voluntárias – Valor dos recursos liberados



Fonte: Fiplan - GRC 82, em 07/01/2025.

Gráfico 3 - Carteira ativa de transferências voluntárias – Execução financeira (%)



Fonte: Fiplan - GRC 82, em 07/01/2025.

Tabela 2 – Carteira ativa de transferências voluntárias

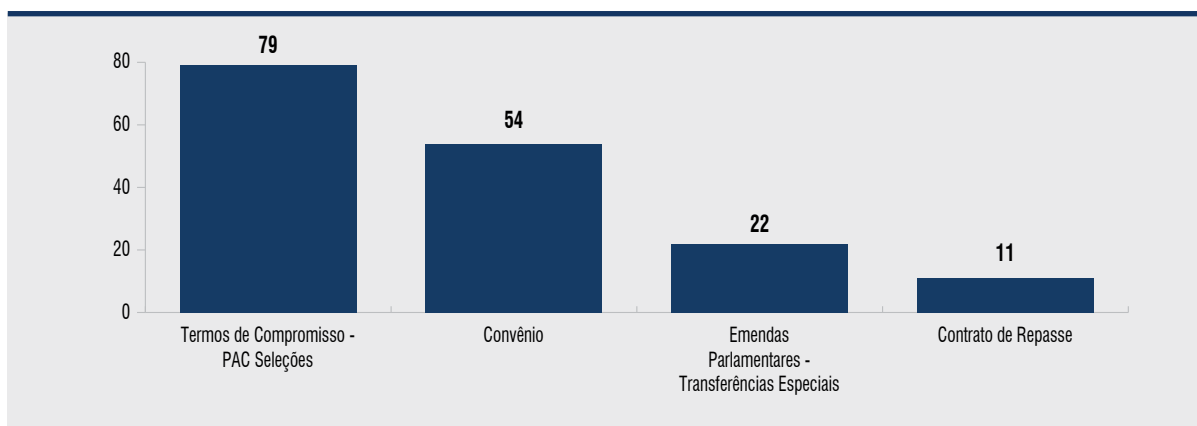
Em R\$ 1.000,00

Instrumento de captação	Valor repasse	Valor contrapartida	Total investimento	Recursos liberados	Execução financeira (%)
Contrato de repasse	2.726.675	535.335	3.262.010	1.497.833	85,8%
Convênio	1.368.125	108.398	1.476.523	1.028.563	81,3%
Emendas Parlamentares - Transferências especiais	317.644	-	317.644	317.644	41,9%
Termos de Compromisso - PAC Seleções	3.714.045	46.596	3.760.641	-	-
Total	8.126.489	690.329	8.816.818	2.844.040	79,3%

Fonte: Fiplan - GRC 82, em 07/01/2025.

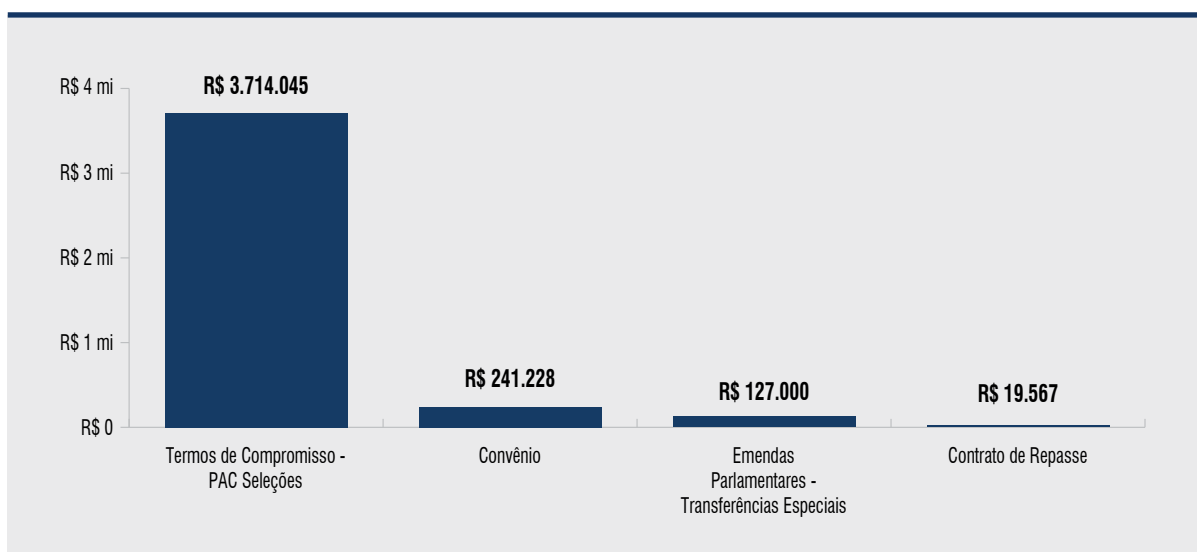
Os recursos de transferências voluntárias financiam as áreas de desenvolvimento da agricultura familiar, qualificação profissional e incentivo ao esporte e lazer, destacando-se os instrumentos de captação celebrados em 2024, conforme demonstrado nos Gráficos 4 e 5:

Gráfico 4 - Número de instrumentos de captação celebrados no exercício de 2024



Fonte: Fiplan - GRC 82, em 07/01/2025.

Gráfico 5 - Valor dos instrumentos de captação celebrados no exercício de 2024



Fonte: Fiplan - GRC 82, em 07/01/2025.

A Tabela 3 apresenta a execução dos recursos de transferências voluntárias, por secretaria, salientando que o montante de R\$ 281,4 milhões, destinados à Secretaria da Cultura, refere-se aos recursos da Lei Paulo Gustavo¹⁴ e da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura.¹⁵

¹⁴ Lei Complementar nº 195, de 8 de julho de 2022, que dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural.

¹⁵ Instituída pela Lei nº 14.399, de 8 de julho de 2022.

O registro de 8,1% de execução da Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento (SIHS) deve-se ao fato dos recursos do PAC Seleções estarem ainda em processo de regulamentação.

Tabela 3 – Execução das transferências voluntárias da União, por secretaria

Em R\$ 1.000,00

Secretaria executora	Valor orçamento 2024	% execução
Casa Civil	505	80,59%
Secretaria da Administração (Saeb)	3.995	66,28%
Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE)	642	0,00%
Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR)	56.123	69,96%
Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social (Seades)	56.418	63,42%
Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura (Seagri)	40.349	38,72%
Secretaria do Meio Ambiente (Sema)	5.267	82,46%
Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização (Seap)	7.832	18,42%
Secretaria da Educação (SEC)	139.844	22,99%
Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (Secti)	10.334	65,71%
Secretaria de Cultura (Secult)	281.407	58,64%
Secretaria de Desenvolvimento Urbano (Sedur)	156.139	40,87%
Secretaria de Infraestrutura (Seinfra)	59.652	12,80%
Secretaria de Promoção da Igualdade Racial e dos Povos e Comunidades Tradicionais (Sepromi)	1.201	100,00%
Secretaria da Saúde (Sesab)	6.817	36,67%
Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (Setre)	27.872	38,82%
Secretaria de Turismo (Setur)	53.727	41,66%
Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento (SIHS)	346.687	8,10%
Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (SJDH)	16.340	85,67%
Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM)	2.957	38,21%
Secretaria da Segurança Pública (SSP)	30.208	29,87%
Total	1.304.316	47,61%

Fonte: Fiplan - Relatório Plan 61, em 07/01/2025.

Carteira de operações de crédito interno

Essa carteira, constituída por agentes financeiros nacionais, públicos e privados, apresentou um aumento, em relação a 2023, da ordem de 22,8%, passando de R\$ 4,9 bilhões para R\$ 6,1 bilhões (Tabela 4).

Registram-se as negociações em curso relativas ao Programa Integrado de Infraestrutura Governamental (Proinfra V), Sertão Vivo e Prosegurança, junto aos agentes financeiros Banco do Brasil, BNDES e Santander/Itaú, respectivamente, cujos recursos não foram incluídos no orçamento anual 2024.

Tabela 4 – Execução orçamentário-financeira da carteira de operações de crédito interno – 2024

Em R\$ 1.000,00

Operação de crédito interno	Vigência	Executor	Valor financiamento	Valor contrapartida	Total investimento	Execução 2024 (%)
CEF Pró-Moradia – Falha geológica 2A Etapa	30/06/2025	Sedur	52.997,49	3.702,51	56.700,00	76%
CEF Pró-Transporte – Setor PUB – Pavimentação e qualificação das vias urbanas do Centro Antigo de Salvador (CAS)	31/05/2025	Sedur	115.100,00	10.639,00	125.739,00	90%
CEF Saneamento Para Todos – Programa de manejo de águas pluviais – MAP 1 –Lauro de Freitas	30/09/2024	Sedur	177.175,00	9.498,00	186.673,00	87%
CEF Pró-Transporte – Metrô de Salvador, Linha 1, Tramo 3	31/10/2024	Sedur	800.000,00	-	800.000,00	100%
BB Proinfra III – 2ª Etapa- Programa Integrado de Infraestrutura Governamental	29/03/2025	Seplan, Sedur, Seinfra e SSP	1.272.000,00	-	1.272.000,00	97%
BB Proinfra IV – Programa Integrado de Infraestrutura Governamental	31/12/2025	SIHS, Seinfra, Sefaz, Sedur e Seplan	1.600.000,00	-	1.600.000,00	98%
CEF Finisa – Ligação Avenida 29 de Março/BA-526 (Cia- Aeroporto) e Via Metropolitana	31/11/2026	Seinfra	400.000,00	-	400.000,00	0%
BB Proinfra V – Programa Integrado de Infraestrutura Governamental	31/12/2026	SIHS, SSP, Seinfra e Sedur	1.000.000,00	-	1.000.000,00	0%
BNDES Sertão Vivo – Projeto Semeando Resiliência Climática em Comunidades Rurais no Nordeste – Projeto Sertão Vivo – Bahia	31/12/2028	CAR	252.000,00	-	252.000,00	0%
Santander/Itaú Pró- Segurança II – Programa de Investimento na Área de Segurança Pública do Estado da Bahia	31/12/2025	SSP	400.000,00	-	400.000,00	0%
Total			6.069.272,49	23.839,51	6.093.112,00	57,9%

Fonte: Seplan/SPF – 07/01/2025.

Carteira de operações de crédito externo

A carteira de operações de crédito externo, constituída por agentes financeiros estrangeiros e internacionais, públicos e privados, apresentou um contrato em execução, uma operação já contratada e seis operações em processo de negociação, situação demonstrada na Tabela 5:

Tabela 5 – Execução orçamentário-financeira da carteira de operações de crédito externo – Ano 2024

Em R\$ 1.000,00

Operação de crédito externo	Vigência	Executor	Valor financiamento	Valor contrapartida	Total investimento	Situação em 2024
Programa de Modernização e Fortalecimento da Gestão Fiscal do Estado da Bahia -Profisco II	19/04/2027	Sefaz	40.000	4.500	44.500	Em execução
Sistema Viário Ponte Salvador-Itaparica	04/12/2029	Sefaz	150.000	37.500	187.500	Contratado
Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS II)	-	SDR/CAR	100.000	50.000	150.000	Em negociação
Programa de Manutenção Proativa e Resiliência das Rodovias do Estado da Bahia - Pró-Rodovias	-	Seinfra	150.000	37.500	187.500	Em negociação
Programa de Fortalecimento do SUS no Estado da Bahia	-	Sesab	150.000	37.500	187.500	Em negociação
Parceiro da Mata/BID	-	SDR/CAR	100.000	27.100	127.100	Em negociação
Parceiro da Mata/FIDA	-	Sedir/CAR	18.000	4.900	22.900	Em negociação
Bahia Mais Digital	-	SAEB	42.000	10.500	52.500	Em negociação
Total			750.000	209.500	959.500	

Fonte: Seplan/SPF - 07/01/2025

Caso as contratações em negociação sejam efetivadas, haverá uma elevação de 29,6% dos recursos oriundos de operações de crédito externo, reveladora da capacidade da Bahia e do governo do Estado em captar recursos oriundos dessas operações.

Com relação aos programas temáticos do PPA 2024-2027, conforme indicado na Tabela 6, 41 deles (87% dos programas) tiveram iniciativas financiadas com recursos do orçamento geral da União e de agentes financeiros nacionais e internacionais. Destacam-se os programas Bahia Antirracista; Povos e Comunidades Tradicionais; Meio Ambiente e Mudança de Clima; Cultura em Toda a Bahia; e Acesso à Justiça em Direitos Humanos, cujos percentuais de exe-

cução registrados foram os mais elevados. Já o programa Bahia Mais Segura apresentou o maior volume de investimentos, da ordem de R\$ 736,162 milhões.

(Continua)

Tabela 6 – Proramas do PPA financiados com recursos captados – 2024

Em R\$ 1.000,00

Programa temático do PPA	Valor investimento orçado	Execução (%)
400 - Acesso à Justiça e aos Direitos Humanos	14.353	84,57%
403 - Segurança Alimentar e Nutricional com Justiça Social	53.188	62,69%
404 - Cuidado em Liberdade: Reduzindo Danos	3.230	75,39%
405 - Bahia Mais Inovadora: Estímulo e Difusão da Ciência, Tecnologia e Inovação	7.494	53,12%
406 - Cultura em Toda a Bahia	156.566	96,18%
407 - Memória e Patrimônio Cultural	930	45,38%
408 - Economia da Cultura e Inovação	69	0,00%
409 - Cresce Mais Bahia	942	0,00%
411 - Viva Bahia: Turismo e Desenvolvimento	53.446	41,56%
412 - Trabalho Decente	2.446	15,74%
413 - Bahia Solidária e Artesanal	2.654	54,42%
414 - Esporte por Toda Parte	22.772	39,48%
415 - Minha Terra Legal: Acesso à Terra e Garantia de Direitos no Campo	631	0,00%
416 - Cultive Conhecimento: Assistência Técnica e Extensão Rural para o Sucesso no Campo	30.650	0,00%
417 - Campo Sustentável: Cultivando a Vida e o Futuro	182.822	27,38%
418 - Bahia Minha Casa	68.453	18,78%
419 - Mobilidade Bahia	676.889	39,24%
420 - Universalização do Saneamento Básico	280.024	18,70%
422 - Escola Presente: Permanências e Aprendizagem	14.187	80,74%
424 - Educação Superior da Bahia: Ensino, Pesquisa e Extensão	48.021	27,32%
425 - Escola Democrática: Participação Social e Qualidade	74.021	6,63%
426 - Bahia Antirracista	450	100,00%
427 - Povos e Comunidades Tradicionais	550	100,00%
429 - Mulher, Viver Sem Violência	1.365	4,84%
430 - Direitos e Inclusão Socioproductiva das Mulheres	988	55,97%
431 - Bahia Mais Energia: Potencializando o Desenvolvimento	3.300	0,00%
432 - Bahia em Movimento: Logística para o Crescimento	2.206.765	66,57%

(Conclusão)

Tabela 6 – Proramas do PPA financiados com recursos captados – 2024

Em R\$ 1.000,00

Programa temático do PPA	Valor investimento orçado	Execução (%)
433 – Meio Ambiente e Mudança do Clima	492	98,02%
434 – Segurança Hídrica	236.498	6,40%
435 – Cuidar Mais	5.502	45,44%
436 – SUS Mais Forte	22.999	0,00%
437 – Bahia Mais Segura	736.162	1,43%
438 – Ressocializar é o Caminho: Transformando Vidas	7.832	18,42%
439 – Gente Boa no Trânsito	975	34,93%
440 – Planeja Bahia	2.710	62,25%
441 – Gestão Fiscal	62.382	46,35%
443 – Governo Digital	2.372	0,00%
444 – Bahia Participativa	240	24,17%
446 – Gestão do Patrimônio e da Logística de Suprimento	15.874	28,93%
464- Defesa da Sociedade e Promoção da Cidadania	3.356	79,05%
465- Proteção dos Direitos Humanos e a Defesa Judicial e Extrajudicial dos Cidadãos e Cidadãs	397	24,94%

Fonte: Fiplan – Relatório Plan 61, em 07/01/2025.

A captação de recursos a serem aplicados em ações estruturantes para promover o desenvolvimento do Estado, prevista no Programa Planeja Bahia, resultou na assinatura dos seguintes contratos de operação de crédito, totalizando R\$ 4,6 bilhões:

- » Projeto e obras de infraestrutura para via de contorno São Cristóvão–ligação da Avenida 29 de Março à BA-526–Finisa; agente financeiro: Caixa Econômica;
- » Projeto Ponte Salvador–Ilha de Itaparica; agente financeiro: CAF;
- » Programa de Fortalecimento do SUS no Estado da Bahia; agente financeiro: BID;
- » Programa de Segurança do Estado da Bahia; agente financeiro: Santander/Itaú;
- » Projeto de Desenvolvimento Sustentável da Mata Atlântica da Bahia; agente financeiro: BID;
- » Projeto de Desenvolvimento Sustentável da Mata Atlântica da Bahia; agente financeiro: FIDA.

CONHECENDO A BAHIA

O planejamento governamental e a gestão estratégica de políticas públicas desempenham papéis essenciais para o desenvolvimento do estado. São funções imprescindíveis para responder às necessidades, desafios e oportunidades que se apresentam, de modo a construir cenários e perspectivas para o desenvolvimento econômico e social, a melhoria da qualidade de vida da população e o bem-estar social.

Conhecer a Bahia, por meio de estudos, produção e análise de dados, informações e indicadores, é de fundamental importância para compreender a complexidade do Estado e tomar decisões. Dessa forma, a Secretaria do Planejamento, por meio da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), entidade da administração indireta a ela vinculada, atua na perspectiva de coordenar, promover e fomentar a produção e compartilhamento de informações estatísticas, geográficas, cartográficas, demográficas e gerenciais do estado, fornecendo elementos, referências e subsídios voltados para a compreensão da realidade e a prospecção e análise de tendências embasadas em informações precisas e atualizadas.

Com a finalidade estabelecida a partir da Lei nº 14.521, de 15 de dezembro de 2022, qual seja, executar, coordenar, gerir e fomentar pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico e o desenvolvimento de novos produtos, serviços ou processos, a SEI desenvolveu, em 2024, um conjunto de ações e atividades, considerando sua condição de instituição de inovação e pesquisa.

A edição da Portaria SEI nº 58/2024 estabeleceu a política de inovação da SEI, possibilitando constituir parcerias com instituições de pesquisa estaduais e nacionais, e estabelece sobre:

- ✓ Processos que orientam a transferência de tecnologia e a geração de inovação no ambiente produtivo, em consonância com as prioridades da política nacional de ciência, tecnologia e inovação, bem como com a política industrial e tecnológica nacional;
- ✓ Estudos, projetos, pesquisa, modelos, produção e disseminação de dados e informações, com vistas à formulação e avaliação de políticas públicas, planos e programas de desenvolvimento do estado;
- ✓ Celebração de parcerias e medidas de gestão e apoio, incluindo os critérios para compartilhamento e repartição dos resultados, voltados à inovação, pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, difusão do conhecimento e proteção da propriedade intelectual.

Também nesse período, como entidade de provimento e difusão de informações estatísticas e geográficas, a SEI desenvolveu um conjunto de projetos voltados para ampliar o conhecimento sobre o território da Bahia, além de coordenar as atividades de geração e sistematização

zação de dados e informações regionalizadas necessárias ao funcionamento de um sistema de contas regionais.

Adotando a estratégia de aproximação com o governo federal, a SEI está instalando um escritório de representação em Brasília, evidenciando o seu caráter de instituição de inovação e pesquisa e, com isso, captar recursos federais para o desenvolvimento de estudos e pesquisas em cooperação técnico-científica e interoperabilidade com instituições de pesquisas nacionais e internacionais.

Vale ressaltar a elaboração do primeiro Plano de Integridade Pública, sob a coordenação do Comitê de Integridade Pública e Gestão de Riscos, cujas principais ações de implementação definidas foram:

- » Criação de ciclos de palestras institucionais aos servidores sobre a temática de integridade e gestão de riscos;
- » Criação de canal permanente para divulgação da CIPGR/SEI com os principais conceitos de integridade (Pílulas de Integridade), tanto na intranet quanto em amplos canais de divulgação (SEIcolab, TV-SEI, informativos da SEI, redes sociais, dentre outros);
- » Diagnóstico sobre a gestão de riscos locais e globais da instituição;
- » Construção e publicação do regimento interno do CIPGR/SEI;
- » Identificação dos principais riscos da instituição visando a elaboração do Plano de Gestão de Riscos para 2024.

Com efeito, a atuação da SEI, cujo planejamento estratégico organizacional foi finalizado em 2024, densifica sua missão de gerir o conhecimento sobre a realidade física, ambiental, econômica e social do estado da Bahia, contribuindo para o aprimoramento das políticas públicas e a disseminação de informações científicas para a sociedade.

Dados e indicadores

Com vistas à melhor governança e gestão dos dados, o Comitê de Governança Digital da SEI criou, em 2024, câmaras técnicas responsáveis por elaborar políticas e normas para a governança de dados:

- » Câmara Técnica de Segurança da Informação; e
- » Câmara Técnica de Governança de Dados.

Nesse sentido, foi elaborada e aprovada pelo Conselho de Administração da SEI uma proposta para a Política de Governança de Dados, já com avaliação favorável da Procuradoria-Geral do Estado (PGE), a ser considerada como referência para o Executivo baiano.

Complementarmente, também foi elaborada a Política de Segurança da Informação e um conjunto de 15 normas de segurança que estão em fase de revisão para posterior deliberação do Comitê de Governança Digital da SEI.

Ainda na temática da governança de dados, foram realizadas duas ações de cultura e letramento de dados:

- » *Workshop*: Os Benefícios de uma Organização Orientada a Dados, em parceria com a empresa Gartner;
- » Seminário Políticas Públicas e Gestão de Dados, em parceria com a PGE.

Também nesse período, foi realizado um trabalho integrado entre a Secretaria da Administração (Saeb), Seplan e SEI, com o objetivo de identificar oportunidades de melhorias no conjunto das políticas realizadas no curso do PPA 2020-2023 e daquelas planejadas para o PPA 2024-2027, identificando possíveis aprimoramentos que possam influenciar na posição do estado da Bahia no *ranking* de competitividade dos estados.¹⁶

A SEI identificou, dentre os Indicadores do *ranking* de competitividade, aqueles em que o estado da Bahia possui condição e capacidade de melhorar seu posicionamento frente aos demais estados da Federação, atribuindo-lhes uma classificação de sensibilidade à atuação governamental no curto prazo.

Mapeados indicadores e respectivos órgãos estaduais responsáveis pela temática de referência, foram identificadas as iniciativas, tanto no PPA 2020-2023 quanto no PPA 2024-2027, cujas ações orçamentárias associadas reunissem potencial de impactar na posição do estado nesse *ranking*, a partir dos respectivos indicadores classificados como sensíveis.

Esse trabalho foi sistematizado pela SGE/Seplan no relatório *A Bahia no ranking de competitividade dos Estados* (CLP): *uma análise a partir das políticas públicas executadas de 2020 a 2024* e no Painel *Ranking* dos Indicadores, que apresenta a vinculação dos indicadores do *ranking* de competitividade com as iniciativas e ações orçamentárias, contendo valores gastos, entregas realizadas, estatísticas descritivas das vinculações e comparativos entre os PPA 2020-2023 e PPA 2024-2027.

O *ranking* de competitividade, que apresenta alinhamento estratégico com os objetivos de desenvolvimento sustentável, disponibiliza uma análise fundamentada em parâmetros globalmente reconhecidos e capazes de orientar as ações dos estados frente aos desafios da

¹⁶ Esse ranqueamento é calculado pelo Centro de Liderança Pública (CLP), organização suprapartidária, que utiliza dados secundários abertos para construção de 99 indicadores, em dez pilares temáticos que, normalizados e ponderados, dão origem a um indicador sintético geral e, para cada pilar e indicador, por unidade da Federação.

sustentabilidade. No entanto, a conclusão desse trabalho está condicionada à revisão e validação das vinculações identificadas e à compatibilização entre as bases do PPA 2020-2023 e PPA 2024-2027, o que permitirá dar seguimento à tarefa de impulsionar boas práticas na formulação e implementação de políticas e investimentos públicos baseadas nas potencialidades e desafios evidenciados nesses Indicadores.

**O propósito
dessa
iniciativa é
promover o
debate sobre
a economia
do mar**

Pesquisas e estudos estatísticos

Na área de estudos e pesquisas, foi assinado um termo de cooperação técnica, firmado entre a SEI e a Fundação Aleixo Belov, com vigência de dois anos, tendo por objeto produzir edições da publicação *Série de Estudos e Pesquisa (SEP)* com a temática Economia do Mar, além da realização de estudos de diagnóstico sobre a economia do mar na Bahia. O propósito dessa iniciativa é promover o debate sobre a economia do mar, setor gerador de riqueza e emprego, e incentivar, mediante estudos e pesquisas, maior visibilidade a um setor cientificamente pouco explorado.

Com o objetivo de também divulgar as pesquisas de satisfação dos serviços públicos realizadas pela Diretoria de Pesquisas, foi criado um painel no [Infovis Bahia](#), cujo projeto piloto foi executado por meio da pesquisa de satisfação da rede SAC. Está prevista a inclusão de outras pesquisas a serem realizadas em parceria com o Conquali e Seplan.

Outra pesquisa continuamente realizada diz respeito a informações sobre o custo mensal da cesta básica em Salvador, por meio de pesquisa que investiga mais de 90 estabelecimentos comerciais (supermercados, açougues, padarias e feiras livres), com mais de 2.700 cotações. A pesquisa de cesta básica de Salvador, que sofreu ajustes em 2023, passando de 12 para 25 produtos pesquisados, é considerada uma das pesquisas mais completas do Brasil, estando, inclusive, em conformidade com o [Decreto Federal nº 11.936/2024](#).

Já a Pesquisa de Confiança do Empresariado Baiano, realizada mensalmente, é o principal insumo para construção do Indicador de Confiança do Empresariado Baiano (ICEB), constituindo-se na principal medida do nível de confiança do empresariado sobre os rumos da economia local e nacional. São analisados representantes das federações, associações e sindicatos patronais dos segmentos agropecuário, industrial, de comércio e serviços, que avalia o nível de confiança em 12 itens como inflação, emprego, PIB, entre outros.

Realização do II Fórum Bahia-China de Cooperação para Estudos, Projetos e Negócios, com a participação de 350 pessoas

Vale destacar que a área de estudos e pesquisas tem sido fortalecida e ampliada com o estreitamento da relação do governo da Bahia com a China. Entre 2023 e 2024, 50 técnicos da autarquia participaram, na China, de seminários técnicos na Academia para Oficiais de Negócios Internacionais (AIBO) do Ministério do Comércio da República Popular da China, atividade financiada pelo governo chinês, por meio da Iniciativa Cinturão e Rota.¹⁷

Uma comitiva do governo chinês visitou a SEI para conhecer os dados socioeconômicos e os estudos estratégicos de infraestrutura logística da Bahia, sendo constituída por representantes do Consulado-Geral da República Popular da China, o cônsul comercial, Jing Yanhui (também representando o Ministério do Comércio da China) e o cônsul-geral adjunto, Wang Haitao, entre outros.

Além do diretor-geral da SEI, estiveram presentes os secretários de Ciência Tecnologia e Inovação (Secti), Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (Setre), representantes do PNUD, Bahia-Farma, do Parque Tecnológico da Bahia e de outros órgãos e entidades do Estado.

Nesse encontro também esteve presente a equipe técnica da SEI, que participou, na China, dos seminários técnicos já mencionados. Durante essa visita foram divulgados os novos seminários a serem realizados em 2025, quando será enfatizado o aprendizado do combate à extrema pobreza que o governo da China realiza por meio da *Academy for International Business Officials* (AIBO).

Outra iniciativa relevante foi a realização do II Fórum Bahia-China de Cooperação para Estudos, Projetos e Negócios, com a participação de 350 pessoas. O vínculo Bahia-China foi fortalecido por um Memorando de Entendimentos entre a SEI e a Academia de Pesquisas Macroeconômicas de Shandong (China), para a realização de estudos e projetos nas áreas de logística de transportes, energias renováveis (economia de baixo carbono) e cidades inteligentes.

¹⁷ Informações disponíveis em: <https://www.ipea.gov.br/revistas/index.php/rtm/article/download/259/248/873> e <https://www.observachina.org/pt/articles/a-iniciativa-cinturao-e-rota>.

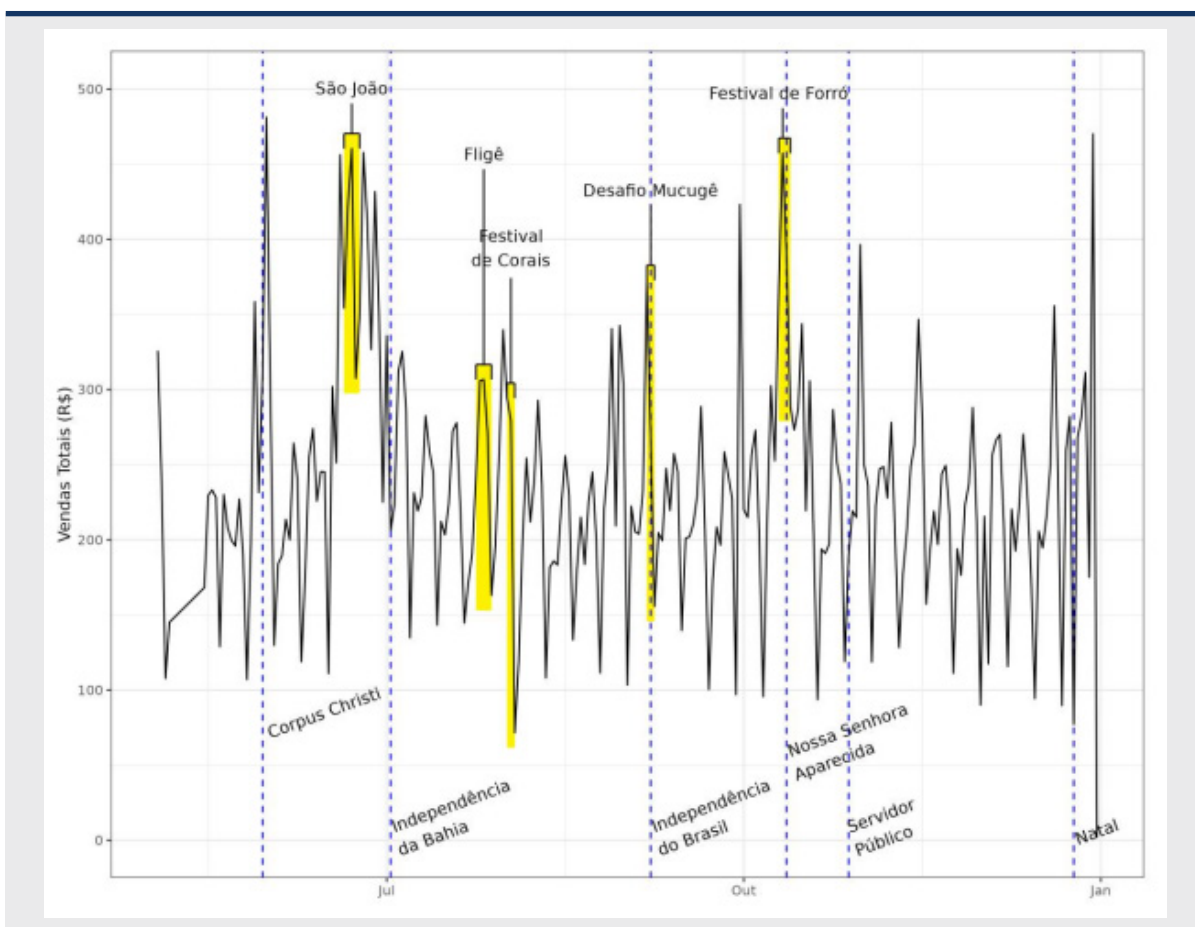
Figura 13 - II Fórum Bahia-China de Cooperação para Estudos, Projetos e Negócios



Foto: Seplan/SEI.

Na área de pesquisa, vale destacar o início do piloto do subprojeto “Cálculo de impactos de eventos na atividade econômica regional com utilização de big data”, que analisou um conjunto de eventos culturais realizados no município de Mucugê, quais sejam: São João, Feira Literária de Mucugê (Fligê), Festival Vozes na Chapada, Desafio Mucugê e Festival de Forró da Chapada, conforme demonstrado no Gráfico 6. O subprojeto destina-se a analisar o impacto desses eventos na atividade econômica do município, considerando o monitoramento do volume de notas fiscais de consumidor eletrônicas. O projeto ainda não foi finalizado face às dificuldades no processo de carga dos dados relativos às notas eletrônicas.

Gráfico 6 - Arrecadação no município de Mucugê – 2024



Fonte: Seplan/SEI.

Projetos de produção e sistematização de informações

As pesquisas e estudos realizados pela SEI se constituem objeto de conhecimento da sociedade, utilizando instrumentos de comunicação distintos – impresso e digital – a exemplo de boletins, revistas, informes conjunturais, informes do comércio exterior e das plataformas SEIColab, SEI Geo e Infovis Bahia.

No ano de 2024, foram elaborados e publicados mais de 100 boletins contemplando diversos assuntos nas áreas de agropecuária, comércio exterior, turismo, indústria, comércio varejista e serviços, entre outros, com destaque para:

- » Consolidação dos principais indicadores econômicos da Bahia, com ênfase para o estado da Bahia;
- » Boletim de Conjuntura da Bahia sobre o panorama da economia mundial, nacional e estadual, com ênfase no trimestre de referência;

- » PIB trimestral, com ênfase para o estado da Bahia;
- » PIB anual, com ênfase para o estado da Bahia;
- » Cálculo do Índice de Movimentação Econômica de Salvador (IMEC);
- » Boletim técnico dos resultados do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) do IBGE e da estimativa de safra realizada (do Conab), com ênfase para o estado da Bahia;
- » Boletim técnico dos resultados divulgados pelo Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento Indústria, Comércio e Serviços – MDIC/Secretaria de Comércio Exterior (Secex), com ênfase para o estado da Bahia.

Com relação à sistematização das estatísticas, foram publicados infográficos contemplando assuntos diversos como feminicídio, suicídios, acidentes de trânsito, cânceres de mama e próstata, entre outros, disponíveis em Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI).

No quadro a seguir estão relacionadas algumas produções da SEI relacionadas a indicadores, estudos, informações e conhecimentos sobre a realidade socioeconômica da Bahia:

Quadro 5 – Produtos da SEI/2024 – Realidade socioeconômica da Bahia

Produto	Descrição
<i>Anuário de Segurança Pública da Bahia</i>	Publicação anual, elaborado em conjunto com a Secretaria da Segurança Pública do Estado da Bahia (SSP-BA), que apresenta os resultados dos indicadores estratégicos de criminalidade monitorados pela SSP-BA.
<i>Série Estudos e Pesquisas (SEP)</i>	Edição da SEP 110: Políticas públicas, representação democrática e participação social.
<i>Perfil Financeiro dos Municípios Baianos</i>	Informações sistematizadas sobre a execução orçamentária das receitas e despesas municipais, elaboradas em parceria com o Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia (TCM-BA).
<i>Revista Conjuntura & Planejamento</i>	Publicação com artigos sobre a conjuntura econômica da Bahia, resenhas de livros, ponto de vista de especialistas e entrevistas, além de gráficos, tabelas e indicadores que traduzem o comportamento da economia.
<i>Índice da Dinâmica Econômica Municipal (IDEM)</i>	Cálculo do índice relacionado à atividade econômica dos municípios, possibilitando uma visualização do respectivo desempenho econômico.
Notas técnicas	362 notas técnicas elaboradas sob demanda de diversos órgãos estaduais, especialmente a Casa Civil e a Governadoria.
Notas técnicas municipais	Notas técnicas sobre dados socioeconômicos municipais elaborados sob demanda dos municípios.
Textos técnicos e projeções	Documentos técnicos sobre o cenário da economia mundial, nacional e estadual.
Estatísticas internacionais	Levantamento de dados sobre o intercâmbio comercial da Bahia e Brasil com diversos países, elaborado sob demanda Governadoria.

Fonte: Seplan/SEI.

Constituindo-se em um projeto que ganha destaque e se consolida pela sua singularidade, o Pensar a Bahia gera apontamentos para uma estratégia de desenvolvimento do estado a médio e longo prazos, objetivando reduzir as desigualdades, enfrentar a pobreza e fomentar o conhecimento econômico com preservação ambiental. Em 2024, considerando sua relevância, o tema Segurança Pública foi incorporado na nova etapa desse projeto.

Foi realizado em Salvador, no auditório do Banco Central, em 20 de março, o evento Pensar a Bahia, quando foram apresentados os resultados dos conhecimentos adquiridos pelo projeto, por meio de rodadas de discussão, presencial e on-line, centradas nos temas Logística de Transportes, como fator de desenvolvimento regional, Economia de Baixo Carbono e o Enfrentamento da Pobreza, visando promover diálogos e reflexões propositivas sobre esses temas. Nesse evento também foi apresentado o andamento do tema Segurança, na perspectiva da edição, em 2025, da *Série Estudos e Pesquisas* (SEP), com os resultados das rodadas de discussão referentes a esse tema. Também será publicada nova edição da revista *Bahia Análise & Dados*, intitulada Segurança Pública: Múltiplos Olhares.

Figura 14 - 3ª Edição do Pensar a Bahia



Foto: Seplan/SEI.

A continuidade da atualização da Plataforma de Estudos Colaborativos (SEIColab) consolida, cada vez mais, esse canal de comunicação criado para a elaboração de estudos multidisciplinares, recebimento de contribuições de diversos setores da sociedade, fortalecimento da rede de pesquisadores e demais colaboradores que, de forma voluntária, contribuem tecnicamente

com os estudos e projetos abrigados na plataforma. Essa participação colaborativa fomenta a geração de novas ideias e a aproximação de ilhas do conhecimento, por meio das articulações interinstitucionais incentivadas pela SEIColab, que conta com mais de 200 colaboradores.

Outro projeto de incontestável relevância são os Estudos Complementares ao Plano de Integração Logística no Entorno da Baía de Todos-os-Santos, cujo objetivo é desenvolver um conjunto de análises e estudos na área de infraestrutura logística no estado, entre eles, analisar as condições de capacidade e competitividade dos principais complexos portuários da Bahia diante do cenário nacional e internacional. Assim, foi produzido o relatório *Estudo para identificação de Aglomerações Produtivas Locais de Atividades Logísticas na Bahia*, contratado pela SEI, dando continuidade ao Plano Estratégico Ferroviário, contratado pela Companhia Baiana de Produção Mineral (CBPM). Essa análise trouxe informações que identificam a existência de áreas de centralização de atividades logísticas em diversas regiões no estado baiano (aglomerados logísticos locais), indicando potencialidades de desenvolvimento de nós logísticos dentro do território.

Ademais, outro estudo associado ao Plano Estratégico Ferroviário da Bahia trata da potencialidade de desenvolvimento de *hub* logístico na macrorregião de Salvador e da sua organização espacial – Masterplan –, que pretende produzir análises capazes de oferecer os conhecimentos necessários sobre os futuros impactos dos investimentos previstos pelo Plano Estratégico Ferroviário e a elaboração de um Plano de Integração Logística no entorno da Baía de Todos-os-Santos. Além disso, identificar os gargalos no entorno dos portos da BTS, articulando os acessos ferroviários, os rodoviários, os equipamentos logísticos e a circulação de pessoas e veículos, com o propósito de promover desenvolvimento econômico e social nessa região. A contratação de consultoria para a elaboração desse estudo já foi aprovada pela PGE-BA e o processo está em andamento.

Quanto ao projeto Economia de Baixo Carbono aliada ao Enfrentamento da Pobreza na Bahia, cujo objetivo é a elaboração de estudos e realização de capacitações dos atores envolvidos para estruturar o Plano de Descarbonização e a estratégia de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA) para os municípios da Bahia, foram adotadas as seguintes iniciativas:

- » Inserção da proposta do estudo no Prodoc do PNUD BRA/23/013;
- » Elaboração e publicação de edital para contratação de consultoria técnica, visando à estruturação do plano regional de transição para uma economia de baixo carbono, aliada ao enfrentamento da pobreza em municípios da região da Chapada Diamantina;
- » Elaboração e publicação de edital para contratação técnica visando à formulação de estudos de estruturação do plano regional de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) e do plano de descarbonização para municípios na região da Chapada Diamantina.

Já o Projeto Lentes Livres, com edital elaborado e parecer favorável da PGE, pretende formar um banco de ideias, por meio da seleção e premiação de propostas de intervenção que apresentem soluções inovadoras para o desenvolvimento socioeconômico regional e sustentável na região turística do Território da Chapada Diamantina.

Vale destacar uma iniciativa para fortalecer a área de estudos e pesquisas, ampliando sua capacidade de produção científica, que foi a instituição do programa de Bolsas de Pesquisa da SEI, objetivando atrair pesquisadores para atuar em projetos de pesquisa em várias modalidades.¹⁸

Quanto à Biblioteca Rômulo Almeida, vale salientar que representa um repositório qualificado da produção de estudos relativos ao desenvolvimento econômico da Bahia, nas formas impressa e digital. A biblioteca conta com 37.856 itens e realiza, diariamente, serviços de oferta e divulgação de informações, incluindo empréstimos, renovações, empréstimos interbibliotecários e orientação para normalização de trabalhos. Em 2024, foram distribuídas um total de 1.586 publicações.

As instalações físicas da Biblioteca Rômulo Almeida sofreram melhorias para adequação às normas vigentes de acessibilidade, otimizando os espaços existentes, com a criação de uma sala digital para proporcionar a possibilidade de reuniões de grupo e estudos dirigidos, além de criar célula de digitalização de todo o acervo.

Informações geoespaciais

Na perspectiva de produzir e manter as informações acerca dos recursos naturais e ambientais do estado, de modo a subsidiar as análises e avaliações territoriais, a SEI realizou, em 2024, as atividades aqui discriminadas.

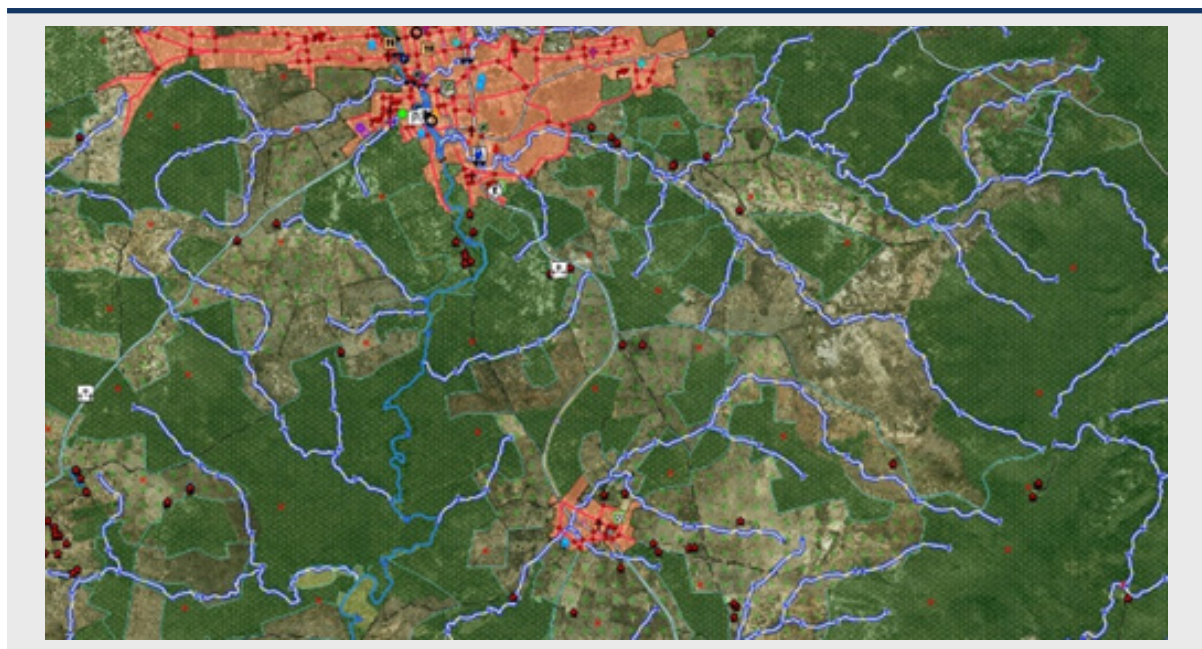
Em relação ao projeto de atualização cartográfica do estado da Bahia, que prevê a eliminação do vazio cartográfico em escalas maiores que 1:100.000, com área aproximada de 230.000 km², dividida em sete lotes de aproximadamente 32.000 km² cada, estão sendo produzidas ortofotos digitais, modelos digitais de elevação de superfície (MDS) e de terreno (MDT), além do banco de dados com o conjunto de dados geoespaciais vetoriais (CDGV), a partir de cobertura aerofotogramétrica e perfilamento a laser.

Atualmente, estão em curso dois contratos para produção de cartografia de referência em escala 1:25.000, denominado Chapada Diamantina, para a cobertura de 32.640 km², e o segundo, denominado Feira de Santana, com a cobertura de 31.280 km². Para os próximos três anos,

¹⁸ O programa de Bolsas de Pesquisa foi instituído pela Portaria SEI nº 50, publicada no DOE de 11/10/2024, e os valores estão detalhados na Portaria SEI nº 51, publicada no DOE de 12/10/2024.

está planejada a contratação de, pelo menos, mais três áreas, no âmbito do programa Bahia Mais Digital, o que permitirá concluir minimamente cinco das sete áreas necessárias para eliminar o vazio cartográfico da Bahia em escalas 1:25.000 e 1:50.000.

Figura 15



Fonte: Seplan/SEI.

No que diz respeito ao projeto Uso e Cobertura das Terras, trata-se de um estudo sistemático que compõe a *Série Estudos e Pesquisas* (SEP) e objetiva reconhecer as formas de ocupação e uso do território baiano, seja por aspectos naturais ou atividades antrópicas, fornecendo, assim, um retrato do espaço territorial com base nas dinâmicas atuais.

A primeira etapa do projeto é o mapeamento, realizado através da cartografia temática, composta por informações de uso das terras, divididas em áreas agrícolas (olericultura, silvicultura, pastagem, sojicultura, milhocultura, fruticultura, floricultura, dentre outros) e as áreas antrópicas não agrícolas e de cobertura das terras, mapeando os diversos tipos de vegetação natural (caatinga, cerrado, manguezal, mata ciliar, restinga, dentre outros) e os corpos d'água. Complementarmente, ainda são ajustados à escala de trabalho, atualmente 1:100.000, os elementos cartográficos de apoio à produção dos mapas temáticos.

Está sendo mapeada a área de uso e cobertura da bacia hidrográfica dos rios Paramirim e Santo Onofre, com previsão de conclusão em 2025, cujo termo de referência para a contratação de empresa especializada encontra-se em fase final de elaboração.

Produzir geoinformação temática das unidades operacionais e administrativas de saúde, educação e segurança pública é uma iniciativa que visa municiar o Estado com uma base de dados geoespaciais de suas unidades operacionais, priorizando as áreas de educação, saúde e segurança pública, com pretensão de se estender por outras as áreas.

Para materializar essa iniciativa, foi atualizada a base de dados geoespaciais das unidades de ensino da rede pública estadual e a continuidade do georreferenciamento das unidades de ensino das redes públicas municipais. Também foram retomadas as negociações com a Secretaria de Segurança Pública para realizar trabalhos conjuntos, visando à atualização das unidades operacionais de segurança pública.

As políticas públicas, com foco nos Territórios de Identidade, têm no Plano Cartográfico do Estado da Bahia um conjunto de ações e propostas para a sua instrumentalização. O documento foi elaborado em consonância com as diretrizes técnicas e organizacionais delineadas pela Comissão Nacional de Cartografia (Concar) e pela Diretoria do Serviço Geográfico (DSG), no que diz respeito às normas e especificações técnicas.

A sua elaboração deu-se por meio da Comissão Estadual de Cartografia e Geoinformação (Cecar), durante todo o ano de 2024, abrangendo as necessidades de cartografia de referência e temática, em apoio ao planejamento, operação, monitoramento e avaliação das ações governamentais.

A minuta do Plano Cartográfico do Estado da Bahia foi apresentada à Comissão Estadual de Cartografia e Geoinformação (Cecar) na reunião plenária ordinária de 14/03/2024 e, após diversas rodadas de discussão e contribuições recebidas dos representantes das instituições-membros, foi aprovada sem restrições em reunião plenária ordinária em 12/12/2024.

Vem sendo um propósito da SEI ampliar o número de órgãos e entidades do governo do Estado participando da IDE-Bahia, expandindo o acervo de produtos de cartografia e geoinformação para uso público, por meio da atualização da migração do *software* Geonetwork para sua versão mais atual.

Ainda nesse tema, a 13ª edição do Encontro de Produtores e Usuários de Informações Geoespaciais (Geopública 2024) foi realizada entre os dias 11 e 13 de setembro de 2024, com o tema Gestão Pública: Geoinformação e Compromissos de Governo. Participaram diariamente do evento mais de 300 pessoas presencialmente e uma média de 200 pessoas on-line, com mais de 2.000 visualizações dos conteúdos do evento no canal da SEI no YouTube.

Figura 16 – 13ª edição do Encontro de Produtores e Usuários de Informações Geoespaciais – Geopública 2024



Foto: Seplan/SEI.

Esse encontro é realizado anualmente e vem ganhando cada vez mais relevância entre os profissionais e especialistas que produzem e utilizam informações geoespaciais.

Os limites territoriais atualizados são elementos primordiais para promover a segurança jurídica, tanto para os gestores nas três esferas de governo como para os cidadãos. Nesse sentido, o Estado da Bahia tem desenvolvido ações visando à realização de estudos técnicos de limites municipais, em parceria com o IBGE, a Alba e os municípios e os limites estaduais, em parceria com o IBGE e os estados vizinhos, além de prestar assistência técnica aos municípios em relação aos limites distritais.

Com relação aos limites interestaduais, foram reabertas as negociações com o estado de Minas Gerais, decorrente de uma Ação Cível Originária (ACO) ingressada no Supremo Tribunal Federal (STF) pelo Estado da Bahia, quando, na primeira audiência ocorrida em 09/10/2024, ficou acordada a realização de novos estudos técnicos sob a coordenação do IBGE. Em reuniões realizadas em novembro e dezembro ocorreram alinhamentos sobre a questão da divisa, a disponibilidade de dados e foi definido o cronograma para a elaboração dos estudos a serem apresentados ao STF em outubro de 2025.

Com relação aos limites intermunicipais, ao longo de 2024, ocorreram quatro campanhas de campo envolvendo inspeções técnicas para identificação de acidentes geográficos, tais como

curtos de rios e divisores de água de bacias hidrográficas, para obter insumos mais precisos e atuais para a compatibilização do traçado das divisas.

A Comissão de Assuntos Territoriais e Emancipações (CATE) da Alba é uma comissão de caráter especial implantada em cada legislatura há mais de 30 anos. Na legislatura 2023/2024, esse fato não ocorreu, o que resultou na não realização de análises e estudos previstos na Lei nº 12.057, de 11 de janeiro de 2011, que dispõe sobre a atualização das divisas intermunicipais do estado da Bahia, durante o primeiro ciclo de atualizações.

O projeto de implantação de marcos físicos de limites intermunicipais, que visa à monumentalização dos vértices e trechos das divisas intermunicipais, conforme a legislação vigente, realizou, em 2024, estudos técnicos para determinar a melhor forma de implantação dos marcos físicos nos 417 municípios baianos. A atuação da SEI se concentrou na sensibilização dos gestores públicos e da sociedade sobre a importância da atualização e monumentalização dos limites territoriais, além da participação em mesa temática do Geopública 2024, junto com IBGE, Sergipe e Espírito Santo.

APRENDIZAGEM ORGANIZACIONAL

O conceito de aprendizagem organizacional na Seplan está eminentemente focado na capacidade de adquirir, compartilhar, armazenar e aplicar conhecimentos, competências e experiências, visando ao desenvolvimento e aperfeiçoamento do desempenho institucional e sistêmico no âmbito do Sistema Estadual de Planejamento e Gestão Estratégica (Sepege). Trata-se de um processo cíclico e contínuo, com impactos individual e coletivo (organização e sociedade), já que conhecimentos, aprendizados e competências adquiridos atuam em mudanças no ambiente de trabalho e na difusão de práticas assertivas, favorecendo políticas públicas e entregas qualificadas.

Educação corporativa

Nesse sentido, as atividades da Universidade Corporativa do Serviço Público (UCS) da Seplan favorecem o aperfeiçoamento das competências técnicas e estratégicas institucionais, oferecendo capacitação nas áreas de planejamento, captação de recursos, orçamento, monitoramento e avaliação dos ciclos de planejamento e da política territorial.

Insere-se nesse escopo o Plano Mestre de Capacitação (PMC), cujo objetivo é oferecer cursos, que formam uma trilha de aprendizagem voltada ao desenvolvimento de competências necessárias e indispensáveis para atuação no Sistema Estadual de Planejamento e Gestão Estratégica (Sepege).

Em cumprimento ao compromisso do programa Planeja Bahia/PPA 2024-2027, qual seja, *Promover a formação de competências em planejamento e gestão estratégica*, em 2024, foram realizadas 37 turmas distribuídas entre cursos introdutórios, básicos e processos e sistemas, conforme apresentado nos quadros a seguir:

Quadro 6 – Turmas e concluintes do Plano Mestre de Capacitação (PMC) em 2024

Cursos	Qt. de turmas	Qt. de concluintes
Introdução ao Planejamento Governamental	7	120
Básico Planejamento – Indicadores	4	53
Básico Orçamento – Programação Orçamentária	2	31
Básico Orçamento – Gestão da Dinâmica Orçamentária	2	27
Básico Política Territorial – Princípios e Fundamentos	1	11
Processo e Sistema – Elaboração do Orçamento	1	21
Processo e Sistema – Modificação Orçamentária	1	15
Processo e Sistema – Acompanhamento	8	107
Transferegov – Proposição, Execução e Prestação de Contas	4	51
Módulo de Gestão de Recursos Captados (MGRC)	1	12
Orçamento Público e Emendas Parlamentares Impositivas	6	63
Total	37	511

Fonte: UCS-Seplan.

Quadro 7 – Concluintes do Plano Mestre de Capacitação (PMC), por secretaria e órgão

(Continua)

Órgãos	2024
SJDH - SJDH/PROCON - SJDH/FUNDAC	66
ALBA	63
SEPLAN - SEPLAN/SEI	53
SEDUR - SEDUR/CONCIDADES - SEDUR/CONDER - SEDUR/CTB	42
SSP - SSP/CBMB - SSP/PCBA - SSP/PMBA - SSP/STELECOM - SSP/DPT	38
CASA CIVIL - CASA CIVIL/FUNCEP - CASA CIVIL/SUDEC - CASA CIVIL/EGBA	35
SESAB - SESAB/AUDITORIA - SESAB/Cepred - SESAB/HEMOBA	31
SDR - SDR/BAHIATER	30
SETRE - SETRE/SUDES	28
SAEB - SAEB/SAC - SAEB/DETRAN - SAEB/PRODEB	24
Outros Entes: Prefeitura e Ministério da Saúde	20
SEPROMI	14
SEADES	13
SEC - SEC/IRDEB - SEC/UNEB - SEC/IAT - SEC/UESC	12
SPM	8
SDE - SDE/CBPM - SDE/CIS - SDE/IBAMETRO - SDE/JUCEB	8

Quadro 7 – Concluintes do Plano Mestre de Capacitação (PMC), por secretaria e órgão

(Conclusão)

Órgãos	2024
SEMA - SEMA/INEMA	7
SEAP	4
SECULT - SECULT/FPC - SECULT/FUNCEB - SECULT/IPAC	4
DPBA	3
SEAGRI - SEAGRI/BAHIAPECA - SEAGRI/ADAB	2
TJBA	1
PGE	1
SECOM	1
SIHS - SIHS/CERB - SIHS/AGERSA - SIHS/EMBASA	1
SERIN	1
SETUR - SETUR/SUFOTUR	1
TCM	0
SECTI - SECTI/FAPESB	0
CASA MILITAR	0
Vice Governadoria	0
TCE	0
MPBA	0
SEINFRA - SEINFRA/BAHIAGÁS - SEINFRA/BAHIGÁS - SEINFRA/SIT	0
SEFAZ - SEFAZ/DESENBAHIA - SEFAZ/FUNDESE	0
Total	511

Fonte: UCS-Seplan.

Outra importante atuação da UCS-Seplan foi a implantação do Mestrado Profissional em Gestão e Políticas Públicas, em parceria com a Fundação Getulio Vargas (MPGPP-FGV-EAESP). A finalidade do curso é qualificar profissionais com conhecimentos e habilidades voltados para o aprimoramento profissional, de modo a lhes tornar mais efetivos e dotados da capacidade de liderar processos de inovação. A participação nesse programa de formação avançada proporcionará aos participantes uma base sólida em teorias e práticas de gestão, bem como uma compreensão aprofundada das políticas públicas, em diversos contextos, contribuindo, assim, para o fortalecimento da atuação institucional, além de permitir um diálogo integrado e uma visão ampliada, em um ambiente de formação.

Foram distribuídas 45 vagas entre o Poder Executivo, Tribunal de Justiça da Bahia (TJ/BA), Tribunal de Contas do Estado (TCE), Tribunal de Contas dos Municípios (TCM/BA) e Ministério Pú-

blico do Estado da Bahia (MP/BA). No âmbito do Poder Executivo, as vagas foram distribuídas considerando um dos seguintes requisitos: (1) ser integrante de Assessoria de Planejamento e Gestão (APG); (2) ter participado do processo de elaboração do PPA 2024-2027; e (3) atuar em processos do Sepege. Sob a coordenação da Seplan e após a etapa de chamamento e seleção pela FGV, as 45 vagas oferecidas foram ocupadas por representantes da Secretaria do Planejamento (Seplan) (7 vagas), Procuradoria Geral do Estado (PGE/BA) (5 vagas), Secretaria da Administração (Saeb), (2 vagas) e Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização (Seap), Secretaria de Relações Institucionais (Serin), Secretaria de Comunicação Social (Secom), Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (Setre) e Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social (Seades) (1 vaga cada).

Com duração de dois anos (previsão de conclusão em outubro de 2026), as tratativas para realização do mestrado profissional iniciaram-se em 2023 (conforme detalhado a seguir), com início das aulas em 23 de outubro de 2024 e a realização de duas disciplinas: Metodologia da Pesquisa Aplicada e Gestão Pública Contemporânea.

Figura 17 - Implantação do Mestrado Profissional em Gestão e Políticas Públicas - Linha do tempo



Fonte: Seplan.

Figura 18 – Aula Magna do Mestrado Profissional em Gestão e Políticas Públicas – Unicorp/Tribunal de Justiça-BA



Foto: UCS-Seplan.

Qualificação e capacitação

Destaca-se a atuação da UCS voltada à formação dos servidores da Seplan, cujas atividades estão discriminadas no quadro a seguir:

Quadro 8 – Atividades de formação dos servidores da Seplan em 2024

Atividade	Etapas/Produtos
Plano de formação da Coordenação Executiva de Planejamento Territorial e Articulação para Consórcios Públicos (CEPT)	(1) Mapeamento de processos com foco na capacitação, desenvolvimento de habilidades e competências dos servidores; (2) Identificação das necessidades e estratégias de formação e desempenho profissional; (3) Elaboração de programa de trabalho; planos de atuação e programa de aprendizagem.
Plano de formação da Superintendência de Gestão Estratégica (SGE)	(1) Levantamento de competências técnicas e comportamentais para construção da matriz ideal; (2) Levantamento do mapa de competências técnicas e comportamentais da equipe para construção da matriz real, em comparação com a matriz ideal; (3) Definição do plano de formação.
Ambientação para os Agentes de Desenvolvimento Territorial (ADT)	Os agentes de desenvolvimento territoriais contratados participaram de apresentações cujas temáticas abordaram assuntos necessários a uma melhor compreensão e execução das atividades a serem desenvolvidas, tais como, Ética e Deveres do Servidor, Direitos e Deveres do Regime Especial de Direito Administrativo (REDA), entre outras.

Fonte: UCS-Seplan.

Nesse período, teve continuidade a parceria com a Academia da Polícia Militar da Bahia (APM/BA), objetivando fortalecer a capacidade de gestão estratégica e a compreensão das dinâmicas socioeconômicas relacionadas à segurança pública. O acordo de cooperação firmado possibilitou a realização das ações de capacitação a seguir:

- ✓ **Curso de Especialização em Segurança Pública – CESP 2024**, com a construção da disciplina Gestão do Espaço Público e Segurança, cujo objetivo foi apresentar dados e informações para reflexão e proposição de políticas públicas que tornem as cidades baianas mais seguras. Esse curso contou com 45 participantes;
- ✓ **Curso de Comando e Estado Maior – CCEM 2024**, recém-transformado em mestrado, foi montada e ministrada a disciplina Política Econômica, Território e Criminalidade, com o objetivo de desenvolver um raciocínio crítico a respeito dos possíveis impactos das políticas econômicas sobre a manifestação da violência e da criminalidade no Brasil e na Bahia, considerando o seu espaço e a divisão dos Territórios de Identidade (TI). Essa disciplina teve uma carga horária de 30 horas e 37 participantes;
- ✓ **Oficinas de Planejamento Governamental com foco na Política Territorial, 3ª edição**. As oficinas são parte da grade do CCEM e oportunizaram adquirir noções teórico-metodológicas sobre o Ciclo PDCA – Planejar (Plan), Fazer (Do), Checar (Check) e Agir (Act) –, visando fortalecer a visão sistêmica do planejamento governamental. Essas oficinas reuniram 38 participantes.

Observa-se, a seguir, iniciativas que contaram com o apoio efetivo da UCS da Seplan:

Quadro 9 – Iniciativas apoiadas pela UCS-Seplan

Evento	Objetivo
Capacitação em Indicadores brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	Estruturar o planejamento baiano tendo como referencial a Agenda 2030, por meio da capacitação sobre a metodologia de correlação entre o PPA e os ODS.
Programa de Certificação em Controle Interno (CCI)	Capacitar na disciplina Instrumentos Legais de Planejamento e Controle Fiscal, parte integrante da 3ª turma do programa de Certificação em Controle Interno.
<u>27º Fórum Regional de Fortalecimento da Rede de Parcerias – Etapa Bahia</u>	Promover uma maior integração entre os membros da rede de parcerias, de diversas esferas do governo envolvidos, na temática “transferências de recursos e parcerias da União”, com vistas ao fortalecimento da governança, diálogo e gestão, além da melhoria do gasto público e maior efetividade das políticas públicas implementadas.

Fonte: UCS-Seplan.

Vale destacar a participação na Semana da Inovação 2024, da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), em Brasília. O objetivo do evento foi fomentar a cultura de inovação entre os agentes públicos, promover a participação social e apresentar tendências e possibilidades

para a transformação das organizações. A semana teve como tema Novas Formas de Cuidar, que contou com a presença de duas servidoras da Seplan.

Em 2024, a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia vinculada à Seplan, deu seguimento ao programa de capacitação continuada em geotecnologias, cujo objetivo é introduzir servidores públicos do Estado no mundo da cartografia e da geoinformação, pretendendo, também, atualizá-los em fundamentos, conceitos, tecnologias e ferramentas aplicadas ao geoprocessamento. Foram realizados dois treinamentos com a participação das secretarias de Infraestrutura (Seinfra), Administração (Saeb) e Segurança Pública (SSP), Polícia Civil do Estado da Bahia, Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema) e Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa). Nesse sentido, 16 servidores concluíram o curso em Python com Geo Básico (12 horas) e 19 deles em QGIS Básico (20 horas). Também ocorreram dois minicursos no canal da SEI no YouTube: QGIS Básico e Qualidade de Dados Geoespaciais, durante o Geopública 2024.

Várias parcerias foram construídas, ao longo do tempo, no campo da aprendizagem organizacional da Seplan, a exemplo do Tribunal de Contas (TCE), Associação da Polícia Militar da Bahia (APM/BA), Procuradoria-Geral do Estado (PGE) e Corpo de Bombeiros Militar da Bahia, facilitando e qualificando o fazer da Universidade Corporativa da Seplan. Desse modo, constitui um trabalho em rede, demonstrando o quanto essa estratégia favorece o bom desempenho das atividades formativas, viabilizando o alcance dos objetivos a que a UCS-Seplan se propõe, independentemente da disponibilidade de recursos técnicos e financeiros.

Um exemplo desse trabalho em rede é a atuação dos instrutores internos no Plano Mestre de Capacitação, valendo citar as alterações significativas introduzidas nessa área pela Lei nº 14.799, de 13 de dezembro de 2024, disciplinando a atividade de instrutoria interna nos órgãos e entidades do Poder Executivo estadual.

GESTÃO DA SEPLAN

No período de 2024, foram viabilizadas iniciativas relacionadas à gestão da secretaria nas áreas de planejamento, organização, tecnologia da informação e comunicação, gestão de recursos financeiros e administrativos, comunicação institucional, modernização das instalações e controle interno.

Planejamento setorial

No âmbito da execução do planejamento setorial, no ano I, ou inicial do PPA 2024-2027, foi realizado o acompanhamento da execução física das ações orçamentárias e da execução dos componentes do PPA, em especial do programa Planeja Bahia, consolidando as informações necessárias ao monitoramento e avaliação dos resultados bem como a prestação de contas anual da secretaria.

Quanto ao processo de gestão orçamentária, que envolve intervenções legalmente autorizadas, de forma a permitir a execução do orçamento anual da Seplan, foram executados (liquidados) cerca de R\$ 66 milhões, sendo R\$ 13,6 milhões dos recursos orçamentários relacionados à execução de iniciativas e respectivas ações orçamentárias associadas aos programas Planeja Bahia, Gestão do Patrimônio e da Logística de Suprimentos. São destaques:

- » Registro de 100 Propostas de Modificação Orçamentária (PMO), totalizando cerca de R\$ 27 milhões;
- » Execução orçamentária das descentralizações concedidas, em operações de créditos interno e externo executadas, no valor de R\$ 6.823.milhões, sendo R\$ 5.695 milhões em valores liquidados e pagos.

No que se refere ao desempenho da Seplan, levando-se em consideração a evolução dos indicadores de programa, a eficácia das metas dos indicadores de compromisso e as execuções orçamentária-financeira e física, no exercício do 2024, destacam-se alguns pontos constantes do Relatório de Avaliação de Desempenho dos Programas de Governo – PPA 2024-2027 – Ano 1 – 2024 (Volume 2 – Anexo III – Desempenho dos Órgãos).

O quantitativo de componentes do PPA 2024-2027 de responsabilidade da Seplan, em 2024, são os constantes na Tabela 7:

Tabela 7 – Componentes do PPA 2024-2027 de responsabilidade da Seplan

Eixo/Programa	Indicadores de Programa	Compromissos	Indicadores de Compromisso	Iniciativas	Ações Orçamentárias
13 - 440 - Planeja Bahia	3	11	13	46	33
7 - 425 - Escola Democrática: Participação Social e Qualidade	-	-	-	1	-
13 - 442 Gestão de Serviços Públicos	-	-	-	2	-
4 - 412 - Trabalho Decente	-	-	-	-	1
13 - 445 - Gestão de Pessoas	-	-	-	-	1
13 - 446 - Gestão do Patrimônio e da Logística de Suprimentos	-	-	-	-	1

Fonte: Relatório de Avaliação de Desempenho dos Programas de Governo – PPA 2024-2027/Ano 1 – Volume 2 – Anexo III.

Com relação ao programa Planeja Bahia, foram apontadas as seguintes realizações relevantes da sua execução, considerando o desempenho dos componentes de responsabilidade da Seplan: o Sistema Estadual de Planejamento e Gestão Estratégica (Sepege) está passando por um processo de aprimoramento para fortalecer a concepção sistêmica e a integração do planejamento e da gestão estratégica na administração pública. O foco principal é o aprimoramento do suporte tecnológico dos processos do Sepege e de outras ferramentas de gestão. Dentre as ações em andamento, destaca-se o aperfeiçoamento do site Sepege, com a redefinição dos painéis de *Business Intelligence* (BI) para fornecer informações atualizadas e relevantes. Além disso, o contrato de sustentação e evolução do Fiplan foi renovado, garantindo a continuidade do suporte tecnológico e a implementação de melhorias. Houve um investimento de R\$ 6 milhões para implementar ações que incluem o aperfeiçoamento e gestão do sistema informatizado de planejamento e melhorias na infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).

O desempenho dos componentes do programa Planeja Bahia, de responsabilidade da Seplan, são os constantes nas Tabelas 8 e 9:

Tabela 8 – Indicadores de programa de responsabilidade da Seplan

Indicador de programa	Valor de referência	Valor apurado	Motivos contributivos do desempenho
Índice Sintético de Desempenho do Programa (ISDP)	64,91	60,84	Houve mudança metodológica na forma de apuração do valor do ano de 2024 em relação à forma de apuração do valor de referência.
Número de serviços ativos nos consórcios públicos multifinalitários em parceria com o Estado	134,0%	204,0%	Ampliação do entendimento por parte das secretarias e órgãos estaduais quanto à possibilidade de celebração de parcerias com os consórcios públicos.
Percentual de cobertura do território baiano com cartografia de referência	67,0%	67,0%	Dificuldades enfrentadas pelas contratadas para a realização dos aerolevantamentos. Devido às condições climáticas na região objeto do mapeamento, houve uma entrega de produtos abaixo do planejado.

Fonte: Relatório de Avaliação de Desempenho dos Programas de Governo – PPA 2024-2027 – Ano 1 – Volume 2 – Anexo III.

Tabela 9 – Indicadores de compromisso de responsabilidade da Seplan

(Continua)

Indicador de compromisso	Valor da meta	Valor apurado	Motivos contributivos do desempenho
Número de avaliações de políticas públicas realizadas	6	0	A meta do indicador será alcançada ao final do quadriênio.
Percentual de atores territoriais formados em Política Territorial	87,99%	0,00%	Não houve programação de execução desse indicador para o exercício.
Número de gestores e técnicos de consórcios públicos e de municípios capacitados em Gestão de Política Pública	400	14	Em que pese a oferta de vagas, não houve participação efetiva nas turmas oferecidas, ainda que as inscrições tenham sido confirmadas, em virtude das demandas de trabalho nos consórcios, decorrentes da finalização dos mandatos dos gestores municipais.
Percentual de servidores das assessorias de planejamento e gestão formados em conteúdo do Plano Mestre de Capacitação da Secretaria do Planejamento	50,0%	9,00%	A UCS realizou turmas fechadas para algumas secretarias, mediante demandas específicas desses órgãos. Essa movimentação favoreceu o contato com as APG, que foram envolvidas nas discussões relativas às turmas e, consequentemente, enviou técnicos para as formações.
Taxa de conclusão dos cursos do Plano Mestre de Capacitação da Universidade Corporativa do Serviço Público (UCS) da Secretaria do Planejamento (Seplan)	90,0%	62,0%	Muitos participantes que se inscreveram nos cursos não compareceram à capacitação, e alguns iniciaram a formação, mas evadiram-se antes da conclusão da turma.

Tabela 9 – Indicadores de compromisso de responsabilidade da Seplan

(Continuação)

Indicador de compromisso	Valor da meta	Valor apurado	Motivos contributivos do desempenho
Percentual de servidores com função de liderança certificados no Plano Mestre de Capacitação da Secretaria do Planejamento (Seplan)	50,0%	2,00%	Não realizamos ainda nenhuma estratégia de mobilização para participação das lideranças nos cursos do Plano Mestre de Capacitação. Essa mobilização está prevista para 2025.
Percentual de cobertura do território baiano com cartografia temática do uso e cobertura das terras	100,0%	23,0%	O mapeamento da área de uso das bacias dos rios Paramirim e Santo Onofre não foi concluído. Já foram realizadas diversas etapas da produção da cartografia temática, visando à construção dos níveis de informação (<i>layers</i>) previstos, mas ainda faltam o refinamento das informações individualizadas e a compatibilização entre os diversos <i>layers</i> .
Número de unidades operacionais e administrativas georreferenciadas do governo do Estado	2.500	2.026	Redirecionamento das ações da equipe da cartografia para fiscalização dos contratos em curso, para a produção de cartografia de referência em escala 1:25.000 no âmbito do Projeto de Atualização Cartográfica, que visa à eliminação do vazio cartográfico no estado em escalas maiores que 1:100.000.
Razão de limites interestaduais com estudos técnicos realizados em relação ao total de estados limítrofes	100,0%	50,0%	Não havia previsão de realização de estudos técnicos para o ano de 2024.
Número de marcos físicos de limites intermunicipais e interestaduais monumentalizados	1.000	0	Não havia previsão de implantação de marcos físicos de limites intermunicipais para o ano de 2024.
Número de municípios do território baiano com estudos técnicos de limites intermunicipais revisados	83,0%	0,0%	Houve uma mudança de foco para o projeto de Compatibilização da Divisão Político-Administrativa do Estado da Bahia (DPA) para escalas mais precisas e para o diagnóstico do 2º ciclo do projeto de Atualização de Limites Intermunicipais, pela inexistência da Comissão de Assuntos Territoriais e Emancipações da Assembleia Legislativa da Bahia durante a legislatura 2023/2024.
Número de órgãos e entidades estaduais produtores de geoinformação adeptos à Infraestrutura de Dados Espaciais do Estado da Bahia (IDE-Bahia)	12	6	Diante do atraso na entrega do <i>software</i> Geonetwork em sua versão mais atual na central da IDE-Bahia, não foi possível a adesão das duas entidades que já tinham sinalizado a intenção de compor a IDE-Bahia – Agência Reguladora de Saneamento Básico do Estado da Bahia (Agersa) e da Superintendência de Desenvolvimento Agrário (SDA) – ainda em 2024.

Tabela 9 – Indicadores de compromisso de responsabilidade da Seplan

(Conclusão)

Indicador de compromisso	Valor da meta	Valor apurado	Motivos contributivos do desempenho
Número de publicações técnico-científicas elaboradas pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI)	800	499	No resultado, foram 137 livros, revistas e boletins e 374 notas técnicas. As notas técnicas são de terceiros e a quantidade é imprevisível.

Fonte: Relatório de Avaliação de Desempenho dos Programas de Governo – PPA 2024-2027 – Ano 1 – Volume 2 – Anexo III.

Quanto às execuções orçamentário-financeira e física das iniciativas de responsabilidade da Seplan, em 2024, são as constantes na tabela abaixo:

Tabela 10 – Indicadores de compromisso de responsabilidade da Seplan

(Continua)

Iniciativa/ Ano	Orçamentário-Financeira (em R\$ 1.000,00)							Execução Física	
	Orçado Inicial	Orçado ao final do exercício	Contingenciado	Liquidado	Pago	Execução (%)	Conceito	Média da Execução Física (%)	Conceito
440-C1-I0001 – Aprimorar o suporte tecnológico dos processos do Sistema Estadual de Planejamento e Gestão Estratégica (Sepege) e das demais ferramentas de gestão									
2024	7.540,00	6.584,35	0,00	5.937,35	5.937,35	90,17	Ótimo	91,67	Ótimo
440-C1-I0003 – Ampliar a capacidade de avaliação de políticas públicas									
2024	150,00	1,69	0,00	1,69	1,69	99,97	Ótimo	0,00	Muito Baixo
440-C1-I0004 – Aperfeiçoar a gestão estratégica do ciclo quadrienal de planejamento									
2024	200,00	11,66	0,00	6,16	6,16	52,84	Regular	0,00	Muito Baixo
440-C3-I0001 – Aprimorar o Plano de Desenvolvimento Integrado por meio de estudos e diagnósticos									
2024	1.200,00	931,03	0,00	931,03	931,03	100,00	Ótimo	0,00	Muito Baixo
440-C3-I0006 – Articular, institucionalmente, a viabilização de projetos especiais de desenvolvimento socioeconômico sustentável									
2024	145,00	285,23	0,00	259,94	259,94	91,14	Ótimo	100,00	Ótimo
440-C4-I0001 – Articular, junto às estruturas de governo, o desenvolvimento de portfólio anual que oriente a aplicação dos recursos provenientes de emendas parlamentares na modalidade de transferências especiais, conforme prioridades definidas pela gestão									
2024	0,00	400,00	0,00	400,00	400,00	100,00	Ótimo	100,00	Ótimo
440-C5-I0001 – Construir, em conjunto com as Secretarias e órgãos, uma matriz de políticas públicas a serem desenvolvidas em parceria com os Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Sustentável (Codeter)									
2024	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	-	-

Tabela 10 – Indicadores de compromisso de responsabilidade da Seplan

(Continuação)

Iniciativa/ Ano	Orçamentário-Financeira (em R\$ 1.000,00)							Execução Física	
	Orçado Inicial	Orçado ao final do exercício	Contingenciado	Liquidado	Pago	Execução (%)	Conceito	Média da Execução Física (%)	Conceito
440-C5-I0002 – Promover formação continuada da Política Territorial para atores territoriais									
2024	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	0,00	Muito Baixo
440-C5-I0004 – Elaborar estudos, pesquisas e planos territoriais de desenvolvimento sustentável									
2024	350,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	0,00	Muito Baixo
440-C5-I0005 – Promover o fortalecimento dos Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Sustentável (Codeter) e do Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial (Cedeter)									
2024	500,00	277,95	0,00	250,67	250,67	90,19	Ótimo	100,00	Ótimo
440-C6-I0001 – Implantar projeto de formação continuada para gestores e técnicos de Consórcios Públicos e Municípios									
2024	200,00	1,07	0,00	0,77	0,77	71,86	Bom	0,00	Muito Baixo
440-C6-I0003 – Implantar serviço de apoio aos Consórcios Públicos									
2024	30,00	30,00	0,00	21,12	21,12	70,40	Bom	100,00	Ótimo
440-C6-I0004 – Apoiar a estruturação dos Consórcios Públicos									
2024	1.500,00	428,76	0,00	428,76	428,76	100,00	Ótimo	40,00	Baixo
440-C7-I0003 – Implementar o modelo de gestão do conhecimento em planejamento e gestão estratégica									
2024	160,00	188,40	0,00	145,03	145,03	76,98	Bom	100,00	Ótimo
440-C8-I0001 – Produzir, com correspondente disseminação, informações, indicadores, estudos e conhecimentos sobre a realidade socioeconômica e geambiental da Bahia									
2024	1.944,00	1.513,15	0,00	1.299,95	1.299,95	85,91	Bom	51,73	Regular
440-C8-I0002 – Realizar pesquisas socioeconômicas e geambientais para subsídio à formulação e avaliação de políticas públicas, planos e programas governamentais									
2024	1.248,00	617,80	0,00	565,59	565,59	91,55	Ótimo	91,67	Ótimo
440-C8-I0003 – Ampliar a cooperação técnico-científica com instituições de pesquisas, nacionais e internacionais									
2024	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	0,00	Muito Baixo
440-C8-I0004 – Promover a realização e participação da SEI em eventos técnico-científicos em temas de interesse da Bahia									
2024	190,00	121,20	0,00	121,19	121,19	99,99	Ótimo	70,00	Regular
440-C9-I0001 – Produzir geoinformação de referência em escala 1:25.000									
2024	9.643,00	6.813,71	0,00	2.191,85	2.191,85	32,17	Baixo	0,00	Muito Baixo

Tabela 10 – Indicadores de compromisso de responsabilidade da Seplan

(Conclusão)

Iniciativa/ Ano	Orçamentário-Financeira (em R\$ 1.000,00)							Execução Física	
	Orçado Inicial	Orçado ao final do exercício	Contingenciado	Liquidado	Pago	Execução (%)	Conceito	Média da Execução Física (%)	Conceito
440-C9-I0002 – Produzir geoinformação temática do uso e cobertura das terras em escala 1:100.000 em todo território estadual									
2024	50,00	26,00	0,00	22,94	22,94	88,23	Bom	1,92	Muito Baixo
440-C10-I0001 – Elaborar estudos técnicos para a atualização dos limites territoriais (interestaduais, intermunicipais e interdistritais)									
2024	50,00	46,00	0,00	39,35	39,35	85,54	Bom	0,00	Muito Baixo
440-C11-I0001 – Promover a adesão de órgãos e instituições estaduais à Infraestrutura de Dados Espaciais do Estado da Bahia (IDE-Bahia)									
2024	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	-	-

Fonte: Relatório de Avaliação de Desempenho dos Programas de Governo – PPA 2024-2027 – Ano 1, 2024 – Volume II – Anexo 3 (p. 72 a 75).

Os relatos sobre a execução das iniciativas sem programação orçamentária, de responsabilidade da Seplan, em 2024, são os constantes na tabela abaixo:

Tabela 11 – Relatos das iniciativas sem programação orçamentária, de responsabilidade da Seplan

(Continua)

Iniciativa	Relato sobre a Iniciativa
440-C1 - I0002 – Fortalecer o modelo de gestão do Sistema Estadual de Planejamento e Gestão Estratégica (Sepege)	Iniciativa impulsionada por uma série de atividades orientadas pelo Gabinete e executadas também pela APG, entre elas a criação de documento/normativo intitulado "Governança do Sepege", que institui o Subcomitê de Gestão Integrada (Seplan) e que traz diretrizes sobre a Governança do Sepege sob um nível de Gestão Tático-operacional, promovendo também a Gestão do Conhecimento no âmbito do Sepege.
440-C1 - I0005 – Instituir o marco legal do Sistema Estadual de Planejamento e Gestão Estratégica (Sepege)	As atividades relacionadas a esta iniciativa estão em andamento e no momento está em revisão da minuta do Projeto de Lei e do Decreto de Regulamentação do Sepege, já formulados. Revisada já pelo Gabinete Seplan, encontra-se em fase de apreciação pelos órgãos da PGE e SAEB.
440-C2 - I0002 – Articular, junto a instituições de ensino e pesquisa, a qualificação dos processos de coleta, tratamento e gestão de dados	A SPE, em função de uma reanálise, alterou via revisão de PPA a descrição da iniciativa, que direciona a articulação para as unidades internas do governo.

Tabela 11 – Relatos das iniciativas sem programação orçamentária, de responsabilidade da Seplan

(Continuação)

Iniciativa	Relato sobre a Iniciativa
440-C2 - I0003 - Fomentar cultura de produção de informações e dados para políticas públicas nas unidades setoriais	Iniciativa ainda em andamento através de criação de banco de dados corporativo da Seplan, com informações do Fiplan, que podem ser utilizadas pelos técnicos das unidades da Secretaria. A posteriori esses dados poderão ser disponibilizados, mediante política de segurança da informação e responsabilização, para as setoriais da rede. Também estão sendo redesenhados os painéis de BI, e criados novos com aderência às informações do Fiplan, a fim de aprimorar a produção e cultura de informações e dados.
440-C2 - I0004 - Desenvolver métodos de análise de informações de bancos de dados, utilizando inteligência artificial e mineração de dados, para a geração de conhecimentos e de subsídios à formulação de políticas públicas na Bahia	Por meio de técnicas de mineração de dados e análise estatística, estão sendo gerados indicadores de risco de insegurança alimentar. Para os dados do Projeto Nota Fiscal Eletrônica, ainda estamos aguardando a carga de uma série histórica mais longa (por meio da Sefaz) para a viabilidade de cálculo de indicadores e geração de <i>insights</i> .
440-C2 - I0005 - Realizar pesquisas sistemáticas de satisfação dos usuários de serviços públicos	A iniciativa não foi iniciada, devido à falta de articulação do Conquali para o planejamento dos equipamentos/serviços públicos a serem avaliados. A SEI precisa ter acesso à listagem de equipamentos que serão avaliados, com calendário de execução, bem como o acesso aos dados dos usuários dos equipamentos/serviços, para disparo dos questionários.
440-C3 - I0002 - Implementar modelo de gestão do Plano de Desenvolvimento Integrado	Esta ação tem previsão de ser iniciada no ano de 2025. A mesma está articulada com a contratação de consultoria especializada em andamento.
440-C3 - I0003 - Aprimorar Carteira de Projetos Estratégicos do Plano de Desenvolvimento Integrado	Esta ação tem previsão de ser iniciada no ano de 2025. A mesma está articulada com a contratação de consultoria especializada em andamento.
440-C3 - I0004 - Desenvolver Rede Intermunicipal de Planejamento	Esta ação tem previsão de ser iniciada no ano de 2025. Em fase de elaboração de projeto.

Tabela 11 – Relatos das iniciativas sem programação orçamentária, de responsabilidade da Seplan

(Continuação)

Iniciativa	Relato sobre a Iniciativa
440-C4 - I0002 - Priorizar a captação de recursos em ações estruturantes, previstas no Plano Plurianual, para a promoção do desenvolvimento do estado	Operações de crédito - Contratos assinados
	1. Projeto e obras de infraestrutura para via de contorno São Cristóvão - ligação da Avenida 29 de Março à BA-526 - Finisa; agente financeiro: Caixa Econômica
	2. Projeto Ponte Salvador/Ilha de Itaparica; agente financeiro: CAF
	3. Programa de Fortalecimento do SUS no Estado da Bahia; agente financeiro: BID
	4. Programa de Segurança do Estado da Bahia; agente financeiro: Santander/ Itaú
	5. Projeto de Desenvolvimento Sustentável da Mata Atlântica da Bahia; agente financeiro: BID/FIDA
	Operações de crédito em fase de análise e contratação (assinatura)
	1. Programa Integrado de Infraestrutura Governamental - Proinfra V; agente financeiro: Banco do Brasil;
	2. Contrapartida de Financiamento e Contratos de Repasse; agente financeiro: Caixa Econômica
	3. Programa de Manutenção Proativa e Resiliência das Rodovias do Estado da Bahia; agente financeiro: BIRD
	4. Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável do Estado da Bahia - Fase II; agente financeiro: BIRD
	5. Semeando Resiliência Climática nas Comunidades Rurais do NE - PCRP - Sertão Vivo; agente financeiro: BNDES
	Operações de crédito em fase de preparação
	1. Sistema Metroviário Salvador Lauro de Freitas; agente financeiro: Caixa Econômica
	2. Programa Integrado de Saneamento, Recursos Hídricos e seus Impactos na Saúde; agente financeiro: AFD
	3. Programa de Infraestrutura Sustentável do Estado da Bahia; agente financeiro: BIRD
	Operações de crédito em fase inicial (novas demandas)
	1. Programa de Consolidação Fiscal, Eficiência Energética e Conectividade; agente financeiro: BID
	2. BNDES Pré-Frotas - Aquisição de Ônibus Elétricos; agente financeiro: BNDES
	3. Urbanização integrada Cidade Baixa - Salvador; agente financeiro: Caixa Econômica
	4. Contenção de encostas diversas localizações; agente financeiro: Caixa Econômica
	5. Macrodrenagem-Ilhéus, Ipiaú, Itororó, Abaíra; agente financeiro: Caixa Econômica
	6. Ampliação do sistema integrado de abastecimento de água - Diversos municípios; agente financeiro: Caixa Econômica
	7. Fornecimento e implantação dos sistemas Telecom e Sinalização - VLT; agente financeiro: Caixa Econômica

Tabela 11 – Relatos das iniciativas sem programação orçamentária, de responsabilidade da Seplan

(Continuação)

Iniciativa	Relato sobre a Iniciativa
440-C5 - I0003 - Desenvolver uma plataforma de informações territoriais	Não há previsão de execução dessa iniciativa para esse exercício. O desenvolvimento da plataforma (sistema informacional) está planejado no TR do projeto junto ao PNUD, cujo edital foi publicado no dia 04/12/2024. O prazo final para envio de propostas é 20/01/2025. Apenas após essa data será contratada consultoria que irá desenvolver o banco de dados com as informações territoriais. Previsão de término em novembro de 2025.
440-C5 - I0006 - Promover o processo de participação social no monitoramento da execução das demandas da escuta social	Foram realizadas reuniões do CAPPa e aplicação da metodologia de análise dos relatórios de execução do PPA pelos Colegiados Territoriais e pelo Comitê de Acompanhamento do PPA (CAPPa). O primeiro relatório do CAPPa já foi apresentado ao Cedeter.
440-C6 - I0002 - Fomentar a expansão das parcerias das Secretarias e órgãos com os Consórcios Públicos	Foram realizadas reuniões com todas as 26 secretarias, inclusive com a Ouvidoria-Geral do Estado. Dessas, dez já identificaram os projetos/ações/iniciativas que poderão ser realizadas em parceria com os Consórcios Públicos, e encaminharam para a CEPT as planilhas contendo todas as atividades, para elaboração do Caderno de Oportunidades. Duas secretarias não identificaram nenhuma ação a ser executada em parceria com os consórcios. Quatorze ainda não responderam.
440-C6 - I0005 - Promover a instituição do marco legal da Política Estadual de Consórciamento	A minuta do projeto de lei de instituição da Política Estadual de Consórciamento já foi elaborada. Entretanto, em virtude da mudança em algumas legislações, o texto que está tramitando na Casa Civil precisa ser revisto.
440-C7 - I0001 - Instituir um Centro de Formação do Sepege do Sistema Estadual de Planejamento e Gestão Estratégica (Sepege)	Para instituir o Centro de Formação do Sepege, é necessária a reestruturação da equipe da UCS Seplan. Em agosto foi apresentado o desenho ideal da coordenação ao Gasec. Após a apresentação, a Seplan articulou junto a Secretaria de Administração a possibilidade de aumento e melhor distribuição dos cargos, para possibilitar a expansão das atividades já desenvolvidas pela UCS.
440-C7 - I0002 - Desenvolver competências em planejamento e gestão estratégica	Com a realização do programa Conecta APG, haverá uma mobilização com as secretarias por meio de suas APG's para a efetiva participação dos gestores na trilha de aprendizagem inserida no Plano Mestre de Capacitação.
440-C8 - I0005 - Promover o desenvolvimento, manutenção e atualização das plataformas digitais da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI)	As plataformas digitais da SEI são permanentemente atualizadas com os boletins, infográficos, estudos, mapas, revistas periódicas e livros elaborados na SEI de temas relevante a economia e a sociedade Baiana, democratizando o acesso à informação. Tornando dados e informações sobre temas sociais, econômicos e ambientais mais acessíveis para todos.
440-C9 - I0003 - Produzir geoinformação temática das unidades operacionais e administrativas de saúde, educação e segurança pública	Em 2024 está sendo realizada a atualização da base de dados geoespaciais das unidades de ensino da rede pública estadual e a continuidade do georreferenciamento das unidades de ensino das redes públicas municipais. Também foram retomadas as negociações com a Secretaria de Segurança Pública para realização de trabalhos conjuntos com a SEI visando a atualização das unidades operacionais de segurança pública. Com a Secretaria da Saúde ainda não foram iniciadas as negociações.

Tabela 11 – Relatos das iniciativas sem programação orçamentária, de responsabilidade da Seplan

(Conclusão)

Iniciativa	Relato sobre a Iniciativa
440-C9 - I0004 - Elaborar o Plano Cartográfico do Estado da Bahia, por meio da Comissão Estadual de Cartografia e Geoinformação (Cecar), abrangendo as necessidades de cartografia de referência e temática, em apoio ao planejamento, operação, monitoramento e avaliação das ações governamentais	A minuta do Plano Cartográfico do Estado da Bahia, que foi apresentada à Comissão Estadual de Cartografia e Geoinformação (Cecar) na reunião plenária ordinária do 1º trimestre (14/03/2024), após diversas rodadas de discussão e contribuições recebidas dos representantes das instituições membro, foi submetida à reunião plenária ordinária do 4º trimestre (12/12/2024), sendo aprovada sem restrições. Ainda no 1º trimestre de 2025, após a revisão ortográfica e normalização, o texto será encaminhado para homologação pelo Secretário do Planejamento e a devida publicação através de portaria da SEPLAN.
440-C9 - I0005 - Ampliar as ações de capacitação em geotecnologias realizadas pela Comissão Estadual de Cartografia e Geoinformação (Cecar)	Em 2024, foram realizados dois treinamentos no âmbito do Plano Anual de Capacitação com a participação de servidores da SEI, Seinfra, SAEB, SSP, Polícia Civil, Inema e Embasa, sendo um de Python com Geo Básico (12 horas) com 16 concluintes e outro em QGIS Básico (20 horas) com 19 concluintes. Também foram realizados dois minicursos on-line durante o Geopública, sendo um de QGIS Básico (3 horas) e o outro de Qualidade de Dados Geoespaciais (3 horas) com ampla participação através do Canal da SEI no YouTube. Para os próximos anos estão previstos novos treinamentos a serem realizados de acordo com a demanda.
440-C10 - I0002 - Implantar marcos físicos de limites territoriais (interestaduais e intermunicipais)	Estão sendo realizados os estudos técnicos para determinar a melhor forma de implantação dos marcos físicos de limites intermunicipais dos 417 municípios baianos.
440-C10 - I0003 - Promover a realização de seminários sobre a importância da atualização e monumentalização dos limites territoriais	Durante o Geopública 2024, houve uma mesa temática sobre a situação dos limites interestaduais, com a participação do IBGE e técnicos da Bahia, Sergipe e Espírito Santo, onde a temática foi abordada.
440-C11 - I0002 - Promover encontros, seminários, <i>workshops</i> e reuniões de sensibilização demonstrando a importância da disseminação da geoinformação	Foi realizada a 13ª edição do Encontro de Produtores e Usuários de Informações Geoespaciais (Geopública 2024) entre os dias 11 e 13 de setembro de 2024, com o tema Gestão Pública: Geoinformação e Compromissos de Governo. Participaram diariamente do evento mais de 300 pessoas presencialmente e uma média de 200 pessoas online, com mais de 2.000 visualizações dos conteúdos do evento no Canal da SEI no YouTube.

Fonte: Relatório de Avaliação de Desempenho dos Programas de Governo – PPA 2024-2027/Ano 1 – 2024 – Volume II – Anexo 3 (páginas 76 a 80).

Gestão organizacional

No campo da Gestão Organizacional, em 2024, foram desenvolvidas atividades de planejamento e inovação voltadas a uma atuação institucional coordenada, transparente e eficiente.

São verificadas as seguintes entregas relacionadas ao redesenho e manualização de processos:

Quadro 10 – Manualização de processos

Atividade	Situação em 2024
Manual <i>Gerir e captar recursos para o desenvolvimento</i>	Minuta em processo de discussão e validação com a área
Manual do <u>Macroprocesso de avaliação do desempenho de programas do PPA</u>	Material publicado no Portal Sepege
Manual de <u>Programação de Atendimento da Escuta Social no PPA 2024-2027</u>	Material publicado no Portal Sepege
<u>Manuais de elaboração da LOA 2024 e LDO 2025</u>	Material publicado no Portal Sepege
Mapeamento do processo: acompanhar o atendimento de propostas da Escuta Social do PPA 2024-2027	Material concluído
Mapeamento dos processos de trabalho da Cept, com participação na elaboração do plano de capacitação da unidade, a cargo da UCS	Material concluído
Guia do Agente de Desenvolvimento Territorial (ADT)	Material concluído em processo de formatação gráfica para publicação
Guias de orientação do Projeto Emendas Parlamentares Impositivas (EPI)	Material publicado nos portais Seplan e Sepege

Fonte: Seplan/APG.

São destaques relacionados à atualização e modernização de estrutura, processos, tecnologias e práticas de gestão:

- » Atualização do regimento da Seplan, por meio do Decreto nº 23.207, de 6 de novembro de 2024, incorporando as alterações da finalidade e estrutura organizacional básica da secretaria, estabelecidas na Lei nº 14.521, de 15 de dezembro de 2022 e Decreto nº 23.206, de 6 de Novembro de 2024;
- » Introdução da prática institucional de gestão integrada, por meio da constituição de um Subcomitê de Gestão Integrada – cujos participantes representam cada unidade da estrutura da Seplan – com a finalidade de acompanhar processos e projetos executados no âmbito da Seplan, traduzindo-se como um espaço de gestão dialogada e de aprendizagem coletiva. Essa iniciativa vem contribuindo para o fortalecimento de práticas colaborativas e de uma comunicação ágil e fluida. Em 2024, foram realizadas 25 reuniões tratando de assuntos e temas objetos de projetos ou propostas de projetos;

Projeto Sou Sepege: promover um ambiente mais eficiente, integrado, inovador e orientado para resultados

» Lançamento do projeto Sou Sepege, com o propósito de fortalecer e aprimorar as habilidades requeridas para o exercício da liderança e relações interpessoais, com vistas a promover o Sistema Sepege em um ambiente de trabalho mais eficiente, integrado, inovador e orientado para resultados. Trata-se de um projeto sob liderança da UCS-Seplan e colaboração da APG, que tem como público o grupo dirigente da Rede Sepege. Foi contratada uma consultoria externa, objetivando potencializar a integração e colaboração inter e intraequipes, ampliar resultados no desenvolvimento das competências

sistêmicas da Seplan, com foco nas habilidades, atitudes e valores envolvidos nas relações interpessoais, quais sejam, praticar a empatia, respeitar as diferenças e exercitar a confiança, entre outros, e a interação sinérgica. O lançamento do projeto contou com a presença de José Celso Cardoso Júnior, secretário de Gestão de Pessoas do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI), que apresentou a experiência do MGI e as competências essenciais aos gestores públicos na contemporaneidade.

Figura 19 - Lançamento do Projeto Sou Sepege – Seplan



Foto: Seplan.

Em 2024, foram realizados encontros com a participação de 114 integrantes do grupo dirigente da Seplan, abordando os temas O Indivíduo na Gestão Pública 5.0 e Poder, Autoridade e Competências de Liderança.

- » Implantação do projeto Suporte a Emendas Parlamentares Individuais (EPI), sob coordenação da SPO, participação direta e efetiva da APG e colaboração da SGE, UCS-Seplan, SPF e CCI, já referenciado no item 1.3. Os referenciais técnicos elaborados pela APG são instrumentos fundamentais para imprimir qualidade e transparência ao projeto;
- » Elaboração do projeto Repositório Institucional Seplan, com o propósito de organizar os insumos institucionais (informacionais, metodológicos) com a perspectiva de ser um instrumento que disponibilize o conhecimento gerado, incentivando o pensamento analítico e crítico na instituição. Em 2024, foi elaborado o termo de abertura do projeto e levantamento dos conteúdos utilizados no processo de elaboração do PPA 2024-2027, por meio de uma ação colaborativa entre APG, SPE e a unidade de Arquivo da DG. Ocorreram, ainda, articulações junto à Biblioteca Virtual Consuelo Pondé, da Fundação Pedro Calmon (FPC), para obter conhecimentos sobre os recursos tecnológicos utilizados (*software Dspace*), a fim de subsidiar definições e deliberações posteriores;
- » Modernização, padronização e disponibilização de painéis eletrônicos e *dashboards* (BI - *Business Intelligence*), sistematizando informações de diversas áreas, com a atualização e melhoria contínua das ferramentas utilizadas, de modo a disponibilizar dados confiáveis e atualizados, garantindo análises e decisões rápidas e embasadas. Os painéis estão disponibilizados no portal Sepege;
- » Implantação de ferramenta tecnológica para Escritório de Projetos (EPS), objetivando facilitar a execução de projetos e iniciativas, no âmbito da Seplan, de modo a garantir eficiência e eficácia. O EPS versão 1 encontra-se implantada;
- » Elaboração do *Boletim Digital*, instrumento de divulgação das atividades desenvolvidas pelas unidades da Seplan, considerando a comunicação organizacional como tema intrínseco ao bom funcionamento da instituição. Foi elaborado o escopo geral do boletim, a ser formatado e divulgado no canal *Conexão Seplan*, na intranet.

Modernização, padronização e disponibilização de painéis eletrônicos e *dashboards* (BI - *Business Intelligence*)

Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)

No aspecto do planejamento e gerenciamento de TIC, no âmbito da secretaria, as atividades e entregas realizadas em 2024 estão referidas no quadro abaixo:

Quadro 11 – Atividades de planejamento e gerenciamento de TIC

Atividade/Entrega	Descrição
Modernização do Auditório Milton Santos	Elaboração de projeto para a instalação de painel de LED e sistemas de áudio, com processamento digital para reprodução e captação de áudio (com possibilidade de gravação e transmissão de áudio e vídeo), e de gerenciamento de imagens gráficas.
Novos equipamentos de informática	Por meio da adesão a registro de preço, foram distribuídos 80 computadores completos e configurados para diversas áreas da secretaria.
Recursos de segurança tipo Plataforma de Proteção de Endpoint (EPP)	Por meio de adesão à Ata de Registro de Preço da Prodeb, foi adquirida uma nova solução de segurança, em substituição ao antivírus atualmente utilizado, com os recursos mais modernos contra ataques e invasões de rede (aquisição em fase final).
Serviços de atendimento a usuários	Atendimentos a usuários da Seplan e Sepege relacionados à utilização de sistemas e suporte: Fiplan: 566 atendimentos Portal Sepege: 19 atendimentos Site Seplan: 25 atendimentos Suporte de informática: 1.664 atendimentos
Gestão de portais	Gestão e atualização dos portais institucionais: website da Seplan e intranet Seplan, com a adequação do website ao padrão ba.gov.br e a concepção e formulação de um novo modelo para a intranet Seplan. Para a intranet foram efetuadas a atualização tecnológica e de <i>layout</i> e um novo gerenciador de conteúdos. Isso permitirá a disponibilização de um instrumento que favorece a divulgação tempestiva de informações e a integração entre as áreas (em fase de homologação).
Gestão de contratos	Prodeb – Fiplan – R\$ Prodeb – Serviços obrigatórios – R\$ Prodeb – Cessão RH – R\$ Segurança – Firewall – R\$ Impressão corporativa – R\$ Segurança antivírus – R\$ Plataforma colaborativa Office 365 – R\$
Check in – Seplan	Plataforma criada para armazenar a base de dados dos participantes de eventos e reuniões realizadas, no âmbito da Seplan e Sepege.
BDCE Seplan	Base de dados corporativa atualizada (D-1), relacionada às informações do Sistema Fiplan, tais como, despesas executadas, acompanhamento físico, execução do PPA, entre outras, com possibilidades de armazenar dados extras ao Sistema Fiplan.
Painéis BI (<i>Business Intelligence</i>)	Padronização de Painéis BI, para uso das diversas unidades da Seplan e divulgação no portal Sepege.

Fonte: Seplan/APG.

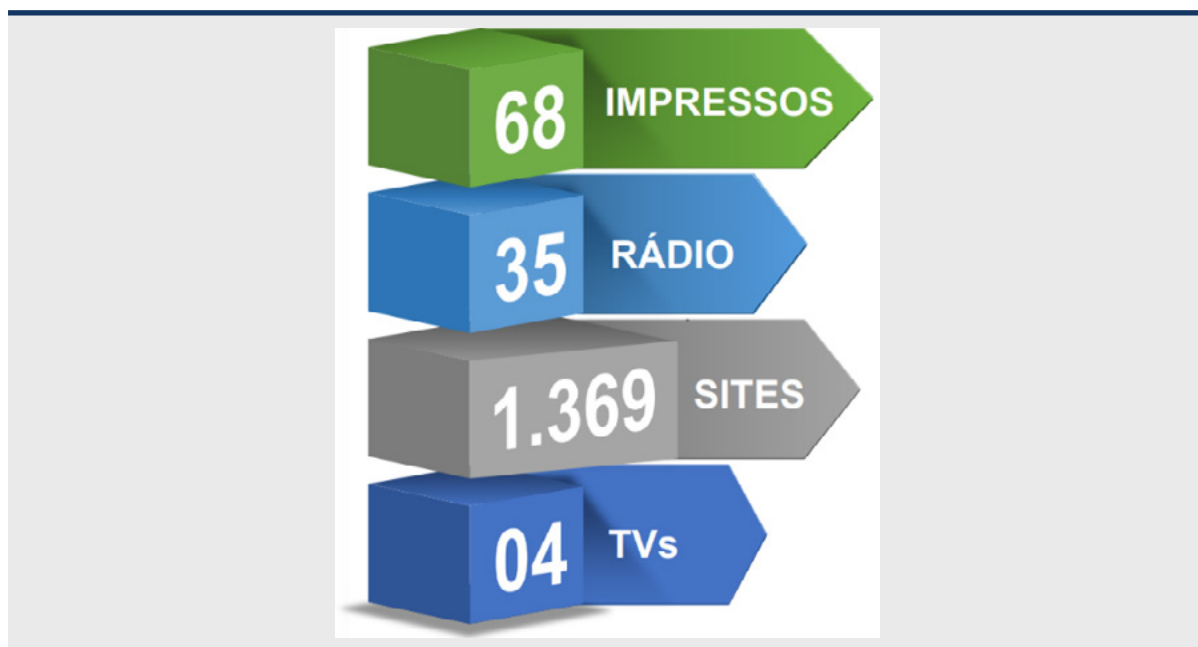
Comunicação organizacional

A comunicação organizacional da Seplan, sob a perspectiva da comunicação integrada, abrange três vertentes principais: institucional, administrativa e mercadológica.

Comunicação institucional – Fortalecendo a imagem da Seplan

Voltada para consolidar a imagem e reputação da secretaria, por meio da produção de matérias, artigos e notas para diversos veículos de comunicação. Além disso, a organização de entrevistas para sites e emissoras de TV e rádio também foram atividades realizadas, no intuito de fortalecer a credibilidade da secretaria junto à sociedade e parceiros. Foram realizadas, no período de 2024, matérias e notas divulgadas nos diversos formatos/veículos de comunicação:

Figura 20



Fonte: Seplan.

Um dos campos integrantes da comunicação institucional, a editoração multimídia, é um serviço necessário e constantemente demandado pelas diversas atividades e áreas da Seplan, cujo trabalho integra textos, imagens, áudios, vídeos e animações em um produto a ser disponibilizado em diferentes meios, sejam impressos, digitais ou mesmo em plataformas web e aplicativos.

No período de 2024, foram destaque:

- » Produção de mapas temáticos;
- » Produção de mapas em Sistema de Informações Geográficas (GIS);

- » Material em vetor para design gráfico;
- » Formatação do Mapa Estratégico 2050 e modelagem para Power BI;
- » Produção dos mapas de sinalização da secretaria;
- » Peças publicitárias diversas.

Comunicação mercadológica – Divulgando ações e projetos

Realizações direcionadas para promover projetos e ações da Seplan, em articulação com a agência publicitária contratada, gerando impactos positivos na percepção pública e o apoio às iniciativas:

Figura 21



Fonte: Seplan.

Comunicação administrativa/legal – Divulgando processos

Trata-se da comunicação formal da secretaria, e foram destaques em 2024:

Figura 22



Fonte: Seplan.

No que tange à gestão e operacionalização de redes digitais voltadas à comunicação interna e externa, foram realizadas, em 2024, as atividades descritas no quadro a seguir:

Quadro 12 – Redes digitais da Seplan

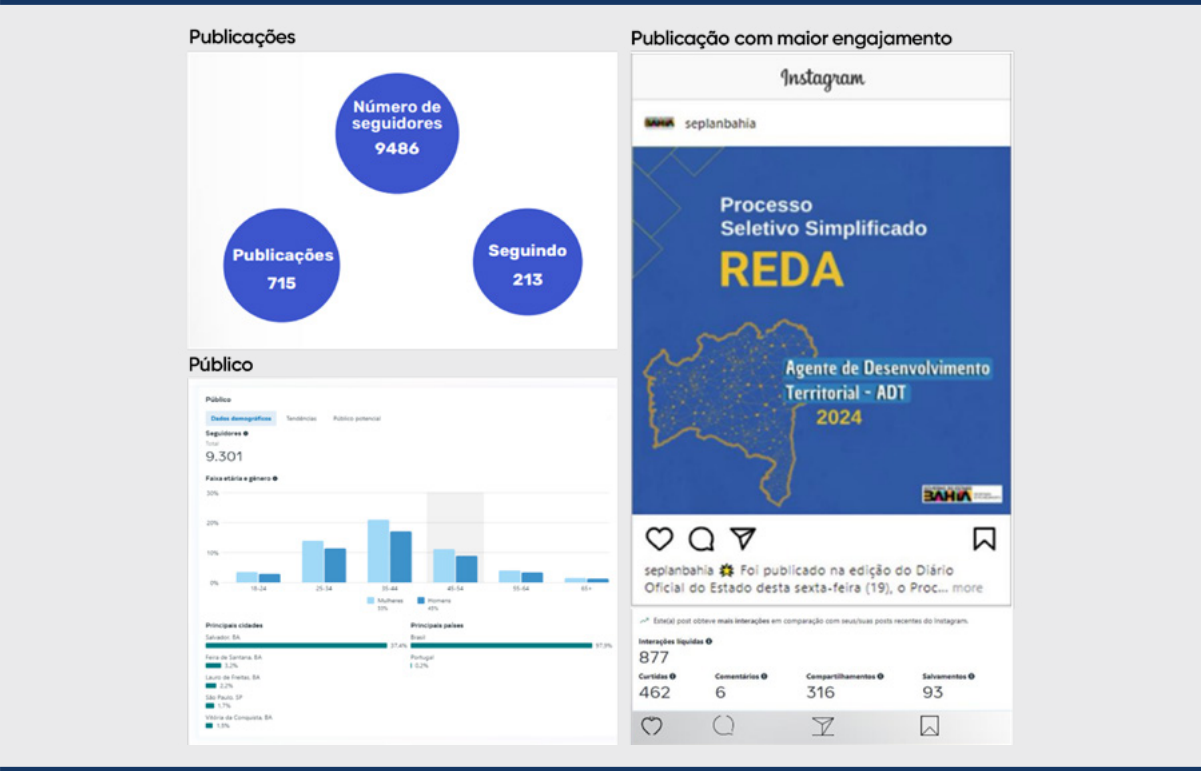
Canal	Descrição
E-mail e Whatsapp corporativos	Informes sobre assuntos da rotina da secretaria e temas essenciais para o bom funcionamento do ambiente profissional. O grupo de WhatsApp conta com 174 membros e é utilizado exclusivamente para mensagens breves e objetivas.
Portal Intranet	Publicação de matérias sobre eventos, atividades internas e reprodução de conteúdo publicado no site Seplan.
Monitores de TV	Aparelhos de TV instalados nos blocos B e C, que são utilizados para divulgação de conteúdos com as principais notícias publicadas na intranet e no site Seplan.
Mídias digitais (facebook, Instagram e site Seplan)	Publicação de postagens que buscam ampliar o alcance das informações institucionais, fortalecendo a comunicação direta e eficaz com a sociedade. Essas publicações promovem a transparência, incentiva a participação cidadã e aproxima a população das políticas públicas.

Fonte: Seplan/Gasec – Assessoria de Comunicação.

São destaques no período de 2024:

- » **Instagram** – [@seplanbahia](#) – houve um crescimento superior a 50% do número de seguidores no período de 12 meses. As publicações foram divulgadas em forma de *Cards*, *Reels*, Carrossel e Collabs:

Figura 23



Fonte: Seplan.

- » **Site** – <https://www.ba.gov.br/seplan/> – canal direto de informação sobre ações e projetos da secretaria ou de interesse da temática do planejamento do Estado, facilitando o acesso a documentos e publicações oficiais da Seplan. Nesse período, a partir da reformulação do site ba.gov.br, o portal passou por um processo de reformatação, buscando oferecer uma experiência mais eficiente e acessível para o cidadão e aprimorando a navegação.

A Ouvidoria da Seplan é responsável por receber, analisar e encaminhar demandas, reclamações, sugestões e denúncias dos cidadãos, em relação aos bens e serviços prestados ou entregues pela secretaria. Trata-se de um canal de comunicação direta entre a população e a administração pública, promovendo a transparência, a participação social e a melhoria dos serviços oferecidos. Nessa condição, os registros das categorias Informação, Solicitação e Reclamação tiveram 100% de resolubilidade e a manifestação do tipo Informação foi a mais demandada, com 56% dos registros. Todas tiveram encaminhamentos para as unidades técnicas da Seplan, conforme assunto e atribuição regimental, para atendimento à demanda requerida pelo cidadão.

Quadro 13 – Registros efetuados pela Ouvidoria Seplan

Instrumento de origem do registro	Qt.
Sistema da Ouvidoria – TAG (inclusive aplicativo: APP ba.gov.br)	13
E-mail institucional: ouvidoria.seplan@seplan.ba.gov.br	12

Fonte: Seplan/Ouvidoria.

A Ouvidoria Seplan participou do evento *Ouvidoria Day*, em 16 de março, em comemoração ao Dia Nacional do Ouvidor e Ouvidora, cujo objetivo é reconhecer o trabalho do ouvidor no aprimoramento e humanização dos serviços públicos, com a apresentação da Ouvidoria do TCE/BA e troca de experiências dos participantes. Ainda em comemoração a esse dia, houve o lançamento da nova *Cartilha da Ouvidoria*, que servirá de orientação para a Rede de Ouvidorias Especializadas da Bahia, formada por mais de 300 pontos espalhados por todo o estado.

Dada a importância da comunicação organizacional integrada, a Seplan vem buscando:

- » Potencializar a comunicação organizacional com as unidades da secretaria e demais assessorias de comunicação, buscando fortalecer suas ações nos seus diversos macroprocessos;
- » Fortalecer a gestão do conhecimento no âmbito do Sepege;
- » Ampliar a comunicação digital e novas parcerias com veículos de comunicação da capital e do interior.

Gestão de recursos administrativos e financeiros

No ano de 2024, destacam-se os seguintes projetos e atividades, que envolvem a gestão administrativa, financeira e de outros recursos da Seplan:

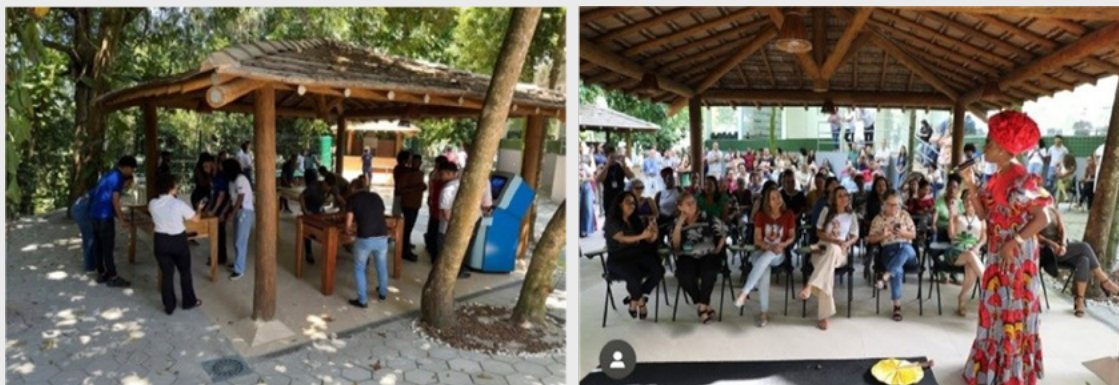
- » Oficina de capacitação sobre a nova legislação de licitações (Lei Federal nº 14.133/21 e Lei Estadual nº 14.634/2023) para servidores da secretaria que atuam na área (72 participantes);
- » Execução e acompanhamento da logística para a realização da IV Conferência Estadual dos Colegiados Territoriais (apoio, espaços, hospedagem e alimentação, entre outros);
- » Acompanhamento do processo seletivo simplificado de contratação, por tempo determinado e em Regime Especial de Direito Administrativo (REDA), para a função temporária de Agente de Desenvolvimento Territorial – (ADT);
- » Realização de análises jurídicas e processuais dos atos administrativos da secretaria, visando regular instrução processual;
- » Realização de capacitação nas áreas de material, patrimônio e recursos humanos, a exemplo de curso de previdência dos servidores públicos, aposentados e pensionistas e treinamento sobre a folha de pagamento, E-social, aposentadoria, licença prêmio, entre outros;
- » Realização de encontros com participantes do programa Primeiro Emprego e estagiários;
- » Implantação dos novos fluxos dos processos de dispensa e compras eletrônicas;
- » Organização, acompanhamento e execução de 145 eventos institucionais, prestando todo o suporte técnico, logístico e financeiro necessário a sua realização;
- » Fortalecimento da comunicação dos assuntos inerentes a recursos humanos: “RH na Rede”, através da Ascom;
- » Doação de 20 computadores para Colégio da Polícia Militar.

Figura 24 - Tarde Literária - Dialogando sobre Adélia Prado



Fonte: Seplan/DG.

Figura 25 – Semana do Servidor



Fonte: Seplan/DG.

Figura 26 – Dia do Estagiário



Fonte: Seplan/DG.

As contratações realizadas pela Seplan em 2024 estão indicadas nos quadros abaixo:

Quadro 14 – Contratações por modalidade licitatória

Especificação		Valor contratado (R\$)
Pregão eletrônico		41.160,00
Contratação direta	Dispensa Lei nº 9.433/2005	645.272,52
	Dispensa Lei nº 14.133/2021	166.883,41
	Inexigibilidade	1.164.669,05
Termo de reconhecimento de débito, indenização e quitação de créditos		87.768,20
Total		2.105.753,18

Fonte: Seplan/DG.

Quadro 15 – Quantitativo de instrumentos celebrados

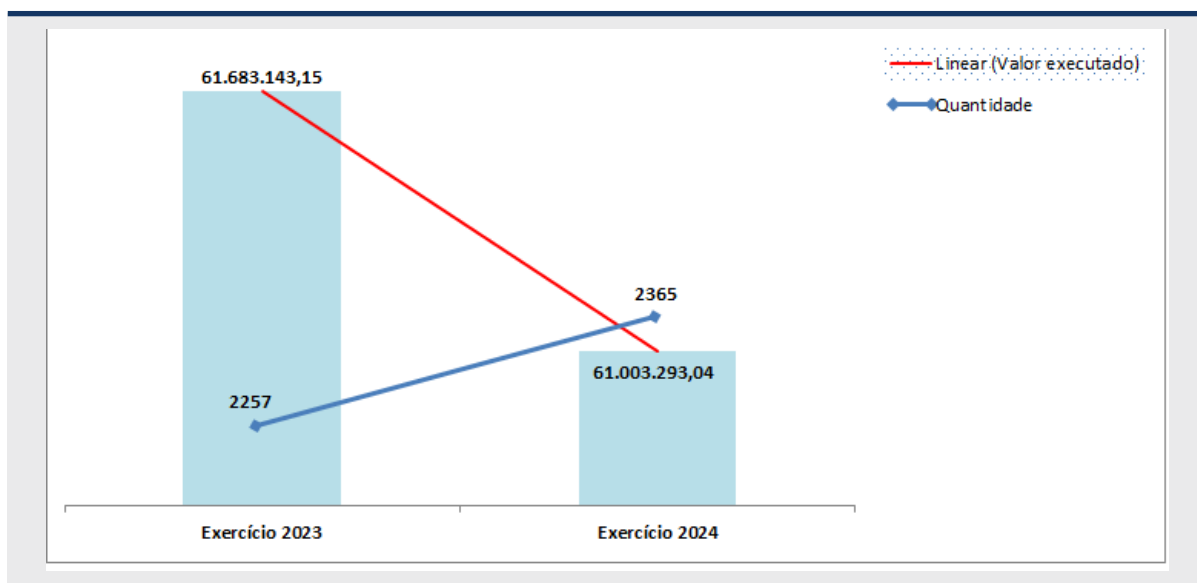
Descrição	Qtd.
Contratos	20
Termos aditivos	41
Apostilas	44
Distratos	01
Convênios	02
Termos aditivos de convênios	05
Prestação de contas dos convênios	08

Fonte: Seplan/DG.

No intuito de melhorar a gestão documental e otimizar o espaço disponível, em 2024, foi realizado o procedimento para o descarte de documentos administrativos que ultrapassaram o prazo de guarda, em conformidade com as normas e leis vigentes. Nessa atividade, foram realizadas análises e descartes de 16.693 processos, além de 107 atendimentos e empréstimos de processos arquivados.

No que diz respeito à gestão de recursos financeiros, foram realizados pagamentos correspondentes ao montante de cerca de R\$ 61 milhões e um total de 2.365 NOB – Notas de Ordens Bancárias – no exercício de 2024. Ocorreu uma redução da despesa paga da ordem de R\$ 679.850,11, mantendo o orçamento da Seplan dentro da margem, em relação ao exercício 2023, conforme demonstra o gráfico abaixo.

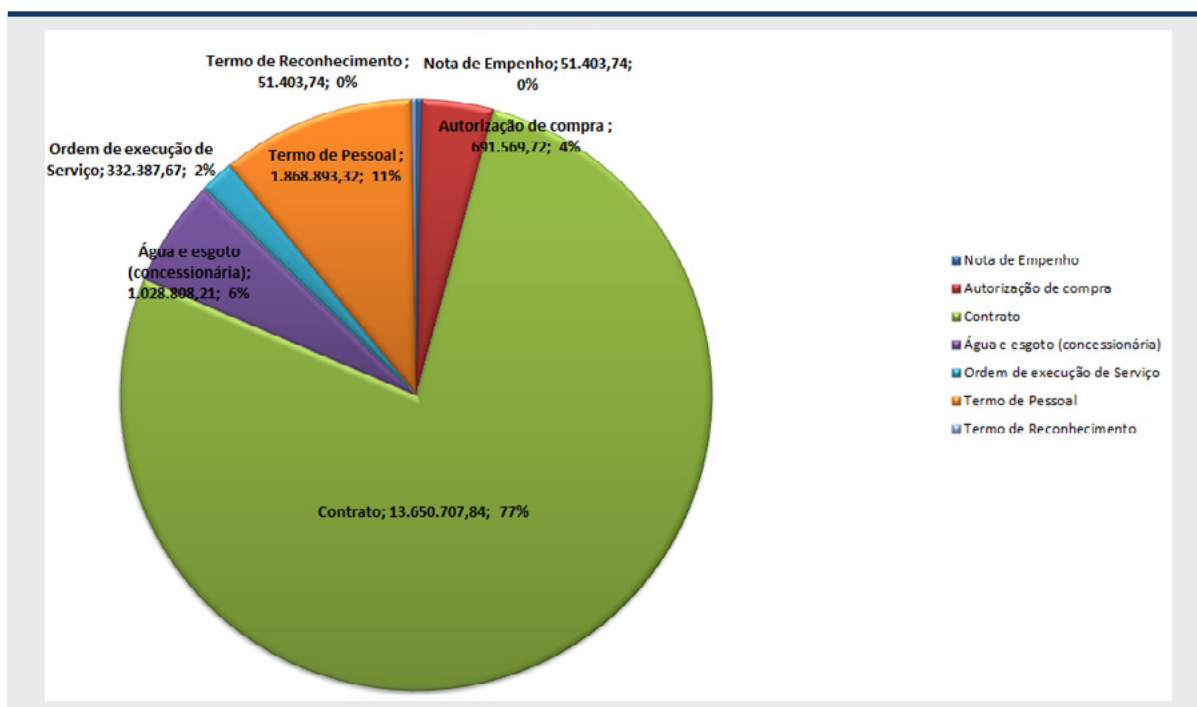
Gráfico 7 - Pagamentos realizados – 2024



Fonte: Fiplan.

O gráfico a seguir demonstra a execução das despesas, por tipo de instrumento (não inclui folha de pagamento):

Gráfico 8 - Execução por tipo de instrumento



Fonte: Fiplan.

Modernização das instalações

Em 2024, foi dada continuidade à modernização das instalações da Seplan, a saber:

- » Execução do projeto de impermeabilização e instalação da usina fotovoltaica em todo o complexo Seplan;

Figura 27 - Sede da Seplan - instalação da usina fotovoltaica

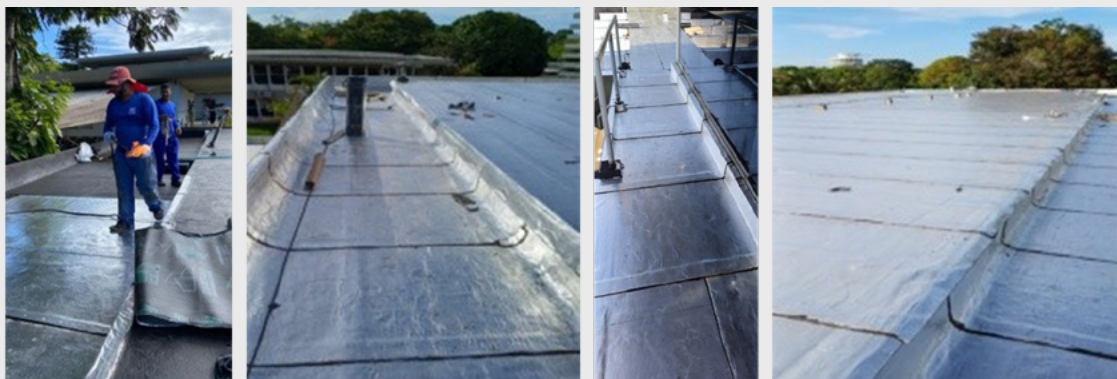


Foto: Seplan/DG.

- » Modernização do auditório, que passou a se chamar Auditório Milton Santos;
- » Espaço Zezeu;

Figura 28 - Inauguração do Espaço Zezéu



Foto: Seplan/DG.

- » Espaços para a realização eventos corporativos.

Possibilitando atender com maior qualidade as demandas da Seplan, foram criados e requalificados espaços para a realização de eventos de treinamento e reuniões institucionais. A construção da Sala Celso Furtado e Sala Darcy Ribeiro, com capacidade para 30 pessoas cada, ampliou a capacidade de atendimento da demanda por espaços de formação. Nesse sentido, a Sala Paulo Freire e Laboratório Carlos Matus tiveram cadeiras e computadores trocados.

Eventos promovidos pela Seplan (especialmente pela UCS) ou apoiando parceiros representaram uma ocupação de 77% desses espaços, com a realização de 138 eventos na Sala Paulo Freire; 101 na Sala Celso Furtado; e 106 no laboratório, totalizando cerca de 7.880 servidores participantes.

Ganhou destaque, em 2024, o projeto Tarde Literária, capitaneado pela DA/DG e voltado ao incentivo à leitura e integração de pessoas, gerando uma maior comunicação entre as equipes da Seplan. Ocorreram três encontros, com temas distintos, em que a literatura foi o disparador do diálogo entre os participantes.

Figura 29



Fonte: Seplan.

Controle interno

No desempenho das funções de acompanhamento, controle e fiscalização da execução orçamentária, financeira e patrimonial e em conformidade com o balanço apresentado no Relatório Anual de Atividades (RAA) de que trata o Manual Operacional do Controle Interno, a Coordenação de Controle Interno (CCI) da Seplan executou, no período de 2024, inspeções programadas, acompanhamento de procedimentos correicionais (processos administrativos disciplinares/PADs e sindicâncias), monitoramento dos relatórios dos órgãos de controle (AGE, TCE), além do acompanhamento e controle da implementação das providências recomendadas pela CCI, sistematizadas no quadro abaixo:

Quadro 16 – Ações executadas pela CCI

Ações executadas	Objetivo	Qt.
Inspeções	Verificar a aplicação, o cumprimento, operacionalização ou regularidade de atividades, processos ou normas, no âmbito da Seplan.	9
Acompanhamento de procedimentos correicionais	Acompanhar os processos correicionais instaurados e em curso na Seplan (sindicâncias, processos administrativos disciplinares (PAD), entre outros).	1
Acompanhamento e adoção das determinações/recomendações dos órgãos de controle	Acompanhar e controlar a implementação de providências recomendadas nos relatórios de auditoria do Tribunal de Contas do Estado (TCE) e Auditoria Geral do Estado (AGE).	2
Monitoramento do relatório de inspeção	Acompanhar e controlar as providências recomendadas nos relatórios de inspeção para a correção das fragilidades detectadas.	7
Projeto de Desenvolvimento de Pesquisa/DVL	Levantar processos, instruções normativas e procedimentos, recursos envolvidos, quadro de lotação e outras informações a serem objeto de verificação pelo Programa de Controle da CCI/Seplan, para proceder os ajustes necessários a sua consolidação e posterior inclusão no plano de inspeção da CCI/Seplan.	3

Fonte: Seplan/CCI.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dando continuidade ao processo de construção de políticas públicas e de formulação dos seus instrumentos de planejamento, a Secretaria do Planejamento viabilizou progressos e avanços, e também desafios, nos diversos contextos de atuação institucional.

O planejamento estratégico, e de médio e longo prazos, aliado à tecnologia e participação social, é a chave para políticas públicas transformadoras. Com avanços na governança, transparência e inovação, a Seplan tem demonstrado que a Bahia está construindo um caminho para o desenvolvimento sustentável e inclusivo.

Com papel central na construção e aprimoramento das políticas públicas e dos instrumentos de planejamento do Estado, a Seplan tem buscado o alinhamento estratégico, a eficiência na governança e resultados concretos para a sociedade baiana.

As perspectivas para os próximos anos são promissoras, a partir da atualização do Plano de Desenvolvimento Integrado – Bahia 2050, iniciada com diagnósticos e análises de dados, indicadores e cenários, e com a identificação de tendências, incertezas e os ativos estratégicos que se tornam oportunidades para atração de investimentos e novos empreendimentos que venham promover o desenvolvimento com inclusão social e a redução das desigualdades.

Temas emergentes, que representam desafios para o Brasil e o mundo, serão debatidos durante a estruturação de uma carteira de projetos estratégicos e da construção da visão de futuro da Bahia para os próximos 25 anos, com a participação de gestores, especialistas, representantes da sociedade civil e das universidades. Dentre esses temas, merecem destaque: Mudanças climáticas e Sustentabilidade; Ciência, Tecnologia e Inovação; o Processo de Envelhecimento da População e seus Impactos na Saúde e na Educação; Segurança e Infraestrutura Logística; Macroeconomia e Geopolítica.

Assim, no que tange ao processo de viabilizar e consolidar uma governança mais integrada e orientada por dados, participação social e políticas públicas mais eficientes e transparentes, são relevantes os avanços e as perspectivas em diversos contextos institucionais aqui relatados:

Avanços

Na articulação externa:

- ✓ Intensa participação do secretário do Planejamento em reuniões e encontros do Conselho Nacional de Secretários do Planejamento (Conseplan), entidade constituída pelos membros titulares das Secretarias de Planejamento dos estados, Distrito Federal e dos órgãos correlatos. Essas articulações possibilitam a integração e o fortalecimento da gestão pública, além de desenvolver políticas públicas mais eficientes, com foco na colaboração entre os estados;

- ✓ Realização do 27º Fórum Regional de Fortalecimento da Rede de Parcerias – Etapa Bahia –, promovido pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, eventos que promovem maior integração dos atores de diversas esferas do governo envolvidos na temática da transferência de recursos e parcerias da União. Na Bahia, a realização do 27º Fórum foi organizada pela Seplan, com o apoio da União dos Municípios da Bahia (UPB).

No planejamento:

- ✓ O processo de participação social na governança territorial refletiu a maior sensibilização dos gestores e executores sobre a importância do processo do controle social, demonstrado na qualificação das Propostas de Escuta Social (PES) dos territórios e sua prioridade para o Estado. Tal situação decorreu, fundamentalmente, do aprimoramento efetuado no processo de incorporação das PES ao Plano Plurianual 2024-2027 e na melhor articulação, junto às Assessorias de Planejamento e Gestão (APG) ou equivalente, visando qualificar as informações registradas e produzidas (entradas e saídas) no Sistema Fiplan;
- ✓ Apoio prestado aos consórcios intermunicipais multifinalitários e significativo avanço com a iniciativa de elaboração do planejamento estratégico, além da definição do plano de ação dessas entidades. A parceria com a Coordenação de Consórcios do Gabinete do Governador é de fundamental relevância, inclusive em promover capacitação em planejamento e gestão para os técnicos dos consórcios;
- ✓ Coordenação e condução da construção do Programa de Desenvolvimento Socioeconômico de Santo Antônio de Jesus (SAJ), constituindo-se num programa especial a ser incorporado no PPA 2024-2027. Esse programa especial reunirá um conjunto articulado de ações governamentais relacionadas às medidas de reparação e prevenção determinadas pela Corte IDH, a serem executadas no quadriênio;
- ✓ Nova metodologia adotada para o estabelecimento das prioridades de governo no processo de elaboração das diretrizes orçamentárias e do orçamento para o exercício de 2025. Nessa perspectiva, a visão de prioridade assume características de médio prazo e menos suscetíveis a contextos de cenários de curto prazo;
- ✓ Maior utilização de recursos oriundos das operações de crédito e de convênios na composição das cotas orçamentárias para o exercício de 2025. Desse modo, as demandas de crédito, em especial na área de projetos e obras, tendem a se reduzir, passando a concentrar-se nas atividades de custeio;
- ✓ Identificação dos principais riscos visando à elaboração do Plano de Gestão de Riscos da SEI;
- ✓ Deliberação para realização da Pesquisa Baiana por Amostra de Domicílios (PBAD) a partir de 2025, tendo sido elaborado o termo de referência, visando à contratação de consultoria para planejamento da amostra, desenho de questionários e sistema;
- ✓ As ações relacionadas à implementação do Sistema de Avaliação de Políticas Públicas

traçam perspectivas para a realização do diagnóstico das experiências e capacidades em avaliação de políticas públicas dos órgãos e entidades do Poder Executivo, assim como da institucionalização desse sistema a partir de 2025. O Sistema de Avaliação de Políticas Públicas complementa a concepção sistêmica do Sepege e contribui para o aprendizado e o aprimoramento das políticas públicas.

Na gestão e inovação:

- ✓ Incorporação da gestão de riscos ao modelo de governança do PPA, oportunizando aos gestores e executores da ação governamental a adoção de medidas preventivas ou corretivas que possam comprometer as atividades e iniciativas planejadas com potencial de impactar entregas e resultados pretendidos;
- ✓ Incorporação das unidades de controle interno, sob orientação técnica da Auditoria-Geral do Estado (AGE) ao Modelo de Governança do PPA 2024-2027, de modo a constituir-se como ponto de controle da qualidade da informação, por meio da verificação sistemática da tempestividade, rastreabilidade e fidedignidade das informações do monitoramento e avaliação do PPA;
- ✓ Projeto Suporte a Emendas Parlamentares Individuais, com o objetivo de estruturar meios de suporte à elaboração, análise técnica, incorporação e gestão das Emendas Parlamentares Individuais de natureza impositiva (EPI) no orçamento estadual;
- ✓ Iniciativas voltadas à implementação da SEI como instituição de inovação e pesquisa, consolidada com o estabelecimento da política de inovação da entidade;
- ✓ Constituição do Subcomitê de Gestão Integrada, objetivando introduzir práticas de gestão integrada, colaborativa e dialogada como um diferencial no gerenciamento das atividades da Seplan e do Sepege;
- ✓ Atividade de desenvolvimento organizacional com lideranças da secretaria, buscando superar questões da cultura organizacional que tornam lentas as decisões e não favorecem a integração e coesão entre as equipes Seplan;
- ✓ Contratação, por Regime Especial de Direito Administrativo (REDA), de 19 Agentes de Desenvolvimento Territorial (ADT) para atuar nos Territórios de Identidade, prestando o necessário e adequado suporte técnico e administrativo de qualidade;
- ✓ Realização de projetos para o ambiente físico e instalações da secretaria, uma atividade relevante para garantir a funcionalidade, harmonia e eficiência dos espaços institucionais. Dessa forma, viabiliza-se o atendimento das necessidades práticas e operacionais que melhoram o ambiente de trabalho, levando-se em conta fatores como sustentabilidade e inovação tecnológica.

Na comunicação:

- ✓ Ênfase no uso sistemático e intensivo das redes de comunicação digital, ampliando a comunicação direta e eficaz com a sociedade, promovendo a transparência, além de incentivar a participação cidadã, aproximando a população das políticas públicas. A plataforma

Instagram da Seplan se destacou como de grande relevância, em 2024, com crescimento de seguidores superior a 50% e segue sendo a principal rede.

Na gestão da informação:

- ✓ Disponibilização e acesso às informações produzidas nos ciclos de planejamento, seja por meio de painéis BI (*Business Intelligence*) (com uso da ferramenta Power BI), seja por meio da publicação de Relatórios Síntese da Avaliação de Desempenho dos Programas do PPA. Nessa perspectiva, informações e análises sintéticas, com base em indicadores e evidências produzidas e uso de recursos e linguagens simples e objetivas, permitem a ampliação do conhecimento e o fortalecimento da governança da política pública contemplada no PPA.

Perspectivas

As ações desenvolvidas em 2024, por sua vez, consolidaram uma sólida base para o enfrentamento dos desafios estruturais e a construção coletiva da visão de futuro 2050. Em um contexto de rápidas transformações, a secretaria continuará a liderar com integridade técnica e espírito colaborativo, os processos de planejamento, monitoramento e avaliação de políticas públicas, de forma transparente, participativa e orientada para resultados.

Com avanços na governança, transparência e inovação, a Seplan vem demonstrando o desenvolvimento de um estado sustentável e inclusivo, com tendências que apontam para o crescimento da produção e exportação mineral, expansão da produção e exportação de grãos, crescimento das energias renováveis e hidrogênio verde e melhoria da infraestrutura logística (ferrovias, rodovias e portos), considerando, também, os desafios que se apresentam, como o agravamento da infraestrutura hídrica em alguns territórios, a rápida transição demográfica e o adensamento de Camaçari, entre outros (Macroplan, Plano de Desenvolvimento Integrado (PDI) 2050. Bahia, 2024).

A trajetória desenvolvida pela Seplan percorrerá caminhos com foco na centralidade da inovação e transformação digital, voltada para a inteligência territorial, digitalização dos processos de planejamento e ampliação do uso de dados para a formulação das políticas públicas. A partir disso, a valorização da participação cidadã e transparência permanecerão como pilares de referência refletidos nos processos de Escuta Social e Governança Territorial. O planejamento público, por sua vez, continuará sendo visto como tendo a sua legitimidade assegurada pelo compromisso contínuo com a participação social qualificada.

A instituição reafirma, assim, o seu compromisso, com a construção de uma Bahia mais inclusiva, sustentável e inovadora, mobilizando conhecimento, escuta qualificada e articulação institucional.

APÊNDICES

I – Participação de servidores da Seplan em eventos de capacitação

(Continua)

Descrição	Instituição promotora /Local	Qt. de participantes
Curso de especialização: Gestão Pública e Desenvolvimento Territorial	Escola de Administração da UFBA/ Salvador BA	2
Curso: Alinhamento do PPA 2024-2027 aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU	UCS-Seplan – Salvador BA	6
Curso: Análise e Melhoria de Processos – Metodologia MASP	UCS-Saeb – curso on-line	3
Curso: As Novas Leis de Licitação e Contratos Administrativos – Lei Federal nº 14.133/2021 e Lei Estadual nº 14.634/2023	Seplan – Diretoria-Geral – Salvador BA	72
Curso: Avaliação de Impacto	Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) – curso on-line	1
Curso: Cinco – Ciências Comportamentais em Governo	Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – Salvador BA	1
Curso: Compras Sustentáveis e a Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021)	Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) – curso on-line	1
Curso: Diplomacia do Conhecimento, a Relação Bahia e China	SEI/Salvador	1
Curso: Diversidade de Gênero Raça e Etnia	UCS-Saeb – curso on-line	1
Curso: Economia das Mudanças Climáticas e Desastres Naturais na Bahia	XII Fórum Baiano de Economia Aplicada / Salvador BA	1
Curso: Elaboração de Notas Políticas Relacionadas à Política Urbana	Ministério das Cidades / Conselho Estadual das Cidades Bahia (ConCidades/Ba) – curso on-line (plataforma Teams)	1
Curso: Excel Básico 2024 – G1	UCS-Saeb – curso on-line	2
Curso: Formação em Orçamento Sensível a Gênero e Raça	Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados – Salvador BA	1
Curso: Inferência Causal com Séries Temporais e Aprendizado de Estrutura	IX Encontro Baiano de Estatística (EBEST) – Salvador BA	5
Curso: Instrutor Interno – Básico	UCS-Saeb – Salvador BA	1
Curso: Instrutoria	UCS-Saeb – Salvador BA	1
Curso: Introdução à Gestão de Riscos	Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) – curso on-line (plataforma Teams)	1

Descrição	Instituição promotora /Local	Qt. de participantes
Curso: Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas	Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EESP) / Centro de Aprendizagem em Avaliação e Resultados para a África Lusófona e Brasil (CLEAR) – curso on-line	2
Curso: Mudanças Climáticas e Insegurança Alimentar	Consea/Salvador BA	3
Curso: Planejamento Financeiro Pessoal	UCS-Saeb – curso on-line	3
Curso: Plataforma Transferegov	Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI – Salvador BA	1
Curso: Política Territorial		2
Curso: Políticas Públicas – Métodos de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas	Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) – curso on-line	1
Curso: Políticas Públicas na Era Digital: Dominando os Dados do IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – curso on-line	12
Curso: Prevenção ao Assédio Moral e Sexual	UCS-Saeb – curso on-line	1
Curso: Propriedade Intelectual	Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura (Seagri) / 33ª Feira Nacional da Agropecuária (Fenagro) – Salvador BA	5
Curso: Redação Oficial	UCS-Saeb – curso on-line	2
Curso: Responsabilidade Socioambiental	UCS-Saeb – curso on-line	4
Curso: Responsabilidade Socioambiental	Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) – curso on-line (plataforma Teams)	3
Curso: Saúde em Foco / Transtorno do Espectro Autista-Diagnóstico, Tratamento e seus impactos na Judicialização	Centro de Estudos e Aperfeiçoamento / PGE-BA) – Salvador BA	1
Curso: Teoria da Mudança em Políticas Públicas	Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) – curso on-line	1
Curso: Uso de Evidências e Avaliação de Políticas Públicas	UFRGS – on-line	4
Curso: Uso de inteligência artificial na produção de evidências e avaliação de políticas públicas	IX Encontro Baiano de Estatística (Ebest) – curso on-line	1
II Workshop: Conhecendo o nível de maturidade do ecossistema de Inovação de Camaçari/BA.	Sebrae / Secti – Camaçari BA	1

Descrição	Instituição promotora /Local	Qt. de participantes
Laboratório de Boas Práticas em Governo Local – Agenda 2030	Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) – curso on-line	1
Mestrado Profissional: Gestão e Políticas Públicas	Parceria com a Fundação Getulio Vargas (FGV-Eaes) / Unicorp TJBa – Salvador BA	7
Minicurso: O Brasil no Capitalismo do Século 21	Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) – curso on-line (YouTube)	1
Oficina: Estratégias de Avaliação e Gestão do Conhecimento	XV Semana Pedagógica de Instrutoria Interna – curso on-line (plataforma Teams)	2
Oficina: Índice de Normas Sociais de Gênero em Salvador	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) – Salvador BA	4
Oficina: Orçamento Sensível a Gênero e Raça	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Consórcio Nordeste, SPM e Sepromi) – Salvador BA	2
Plano Mestre de Capacitação / Módulo B1.5 – Básico Planejamento – Indicadores	UCS Seplan – Salvador BA	2
Plano Mestre de Capacitação / Módulo Introdução ao Planejamento Governamental	UCS/Seplan – Salvador BA	4
Plano Mestre de Capacitação / Módulo P5 – Processo e Sistema Acompanhamento	UCS-Seplan – Salvador BA	2
Roda de Conversa: Acessibilidade (Centro de Estudos e Aperfeiçoamento da PGE-BA)	Centro de Estudos e Aperfeiçoamento / PGE-BA) – Salvador BA	1
Semana da Avaliação	Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) – curso on-line	2
Seminário: Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas	Secretaria de Economia e Planejamento do Espírito Santo / Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) – seminário nacional on-line	2
Treinamento: plataforma Target GEDWeb	Salvador/curso on-line	3
Treinamento: Projetos de Execução Nacional	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) – evento on-line	2
Treinamento: Sistema SEI Bahia	UCS-Saeb	4
Workshop 3: Estruturação do Plano de Ações e Governança	Sebrae / Secti – Camaçari BA	1

(Conclusão)

Descrição	Instituição promotora /Local	Qt. de participantes
Workshop 3: Estruturação do Plano de Ações e Governança	Sebrae / Secti – Alagoinhas BA	1
Workshop 3: Planejamento do Ecossistema de Inovação em Barreiras – BA	Sebrae / Secti – Universidade Federal do Oeste da Bahia – <i>Campus</i> Reitor Edgard Santos – Barreiras BA	1
Workshop 3: Planejamento do Ecossistema de Inovação em Luiz Eduardo Magalhães – BA	Sebrae / Secti – Luís Eduardo Magalhães BA	1
Workshop II: Ecossistema de Negócios e Inovação em Entre Rios e Estruturação do Plano de Ações e Governança	Sebrae / Secti – Entre Rios BA	1
Workshop III: Ecossistema em Entre Rios	Sebrae / Secti – Entre Rios BA	1
Workshop IV: Ecossistema de Inovação em Alagoinhas	Sebrae / Secti – Alagoinhas BA	1
Workshop IV: Ecossistema de Inovação em Barreiras	Sebrae / Secti – ABAPA – Barreiras BA	1
Workshop IV: Ecossistema de Inovação em Camaçari	Sebrae / Secti – Camaçari BA	1
Workshop IV: Ecossistema de Inovação em Ilhéus	Sebrae / Secti – Ilhéus BA	1
Workshop IV: Ecossistema de Inovação em Luís Eduardo Magalhães	Sebrae / Secti – Centro de Treinamento da ABAPA – Luís Eduardo Magalhães BA	1
Workshop: Planejamento Ecossistema de Inovação em Ilhéus – BA	Sebrae / Secti – Ilhéus BA	1

Fonte: Seplan/APG

II – Representação da Seplan em órgãos colegiados

(Continua)

Órgão colegiado	Unidade da Seplan representante (titular e suplente)
Área temática: assistência social e garantia de direitos	
Conselho de Políticas de Inclusão Social (CPIS)	Gasec / SPE
Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Coede/BA)	SPE
Comitê Estadual de Atenção Integral à Mulher Presa e Egressa do Sistema Penitenciário	SGE
Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado da Bahia (Consea-BA)	Gasec / SPE
Grupo Governamental de Segurança Alimentar e Nutricional (GGSAN)	Gasec

Órgão colegiado	Unidade da Seplan representante (titular e suplente)
Comitê Técnico do GGSAN (Grupo Governamental de Segurança Alimentar e Nutricional)	SPE
Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS)	SPE
Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CECA)	SPE
Comissão Estadual Intersetorial de Implementação e Acompanhamento do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE)	SGE / SPE
Comitê Gestor Estadual do Pacto Nacional Um Mundo para a Criança e o Adolescente do Semiárido	SPE/SGE
Comitê Gestor Estadual do Plano Social Registro Civil de Nascimento e Documentação Básica	Cept / SPE
Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa (CEPI/BA)	SPE
Comitê Institucional de Políticas Públicas de Juventude (Cojuve)	SPE / SGE
Área temática: igualdade de raça e de gênero e povos e comunidades tradicionais	
Observatório da Igualdade Racial	SEI / Cept
Grupo Intersetorial para Quilombos (GIQ)	SPE
Comissão Gestora da Política Estadual de Fomento ao Empreendedorismo de Negros e Mulheres (PENM)	SPE
Câmara Técnica do Pacto Estadual pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher	SGE / SPE
Grupo de Gestão Integrada da Política Estadual para as Mulheres (GGIPM)	SPE / SGE
Área temática: meio ambiente e segurança hídrica	
Colegiado Institucional de Coordenação do Programa Água para Todos	Gasec / SPE
Conselho Estadual de Meio Ambiente (Cepam)	Gasec / SPE
Câmara Técnica de Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável (CTPPDS)	SPE
Câmara Técnica de Gestão Ambiental Compartilhada (CTGAC)	SEI
Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica na Bahia (CERBMA-BA)	SPE / Cept
Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Caatinga no Estado da Bahia (CERBCAAT)	SPE / Cept
Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Estado da Bahia (CIEA-BA)	SPE
Fórum Baiano de Mudanças Climáticas Globais e de Biodiversidade (FBMC)	SPE
Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paraguaçu (CBHP)	Cept
Comissão Especial para a Definição de Estratégias e Implementação do ZEE	Gasec
Fórum Baiano de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos, Transgênicos e pela Agroecologia (FBCA)	SPE
Fórum Baiano de Indicações Geográficas (IGs) e Marcas Coletivas (MCs)	SPE

Órgão colegiado	Unidade da Seplan representante (titular e suplente)
Área temática: desenvolvimento rural	
Comitê Governamental de Convivência com o Semiárido	SPE
Fórum Estadual de Convivência com o Semiárido	SPE
Colegiado Institucional de Coordenação do Programa Terra de Valor	Gasec
Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS)	Gasec / Cept
Câmara Técnica Estadual de Comercialização e Abastecimento da Agricultura Familiar (CTCAAF)	SPE
Conselho de Desenvolvimento Agrícola	Gasec / Cept
Comissão Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica (Ceapo)	SGE / SPE
Comissão Interinstitucional de Agroecologia e Produção Orgânica (Ciapo)	SPE / SGE
Área temática: desenvolvimento urbano e rede de cidades	
Conselho Estadual das Cidades da Bahia (ConCidades/BA)	SPE
Câmara Técnica de Planejamento e Gestão Territorial Urbana	SPE
Conselho Gestor do Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social (FEHIS)	SPE
Comitê Setorial de Acompanhamento Físico e Financeiro do Programa Qualiobra	DG
Conselho Gestor do Programa Estadual de Habitação "Minha Casa Minha Vida – Bahia"	Gasec
Comitê Diretor para Elaboração do Plano Estadual de Resíduos Sólidos (PERS/BA)	Gasec / Cept
Área temática: desenvolvimento produtivo	
Conselho Deliberativo do Desenvolve	Gasec / SPE
Conselho Deliberativo do ProBahia	Gasec / SPE
Conselho Deliberativo do Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico (Fundese)	Gasec / SPE
Conselho de Desenvolvimento da Indústria e do Comércio (CDIC)	Gasec
Fórum Regional Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Estado da Bahia	SPE
Conselho Deliberativo do Fundo Estadual de Desenvolvimento das Áreas Industriais, Comerciais e de Serviços (Funedic)	SPO
Comitê Consultivo do Escritório Bahia Criativa	SPE / SGE
Conselho Estadual Tripartite e Paritário de Trabalho e Renda da Bahia (Ceter/BA)	SPE
Comitê Gestor para o Programa Bahia do Trabalho Decente	SPE
Conselho Deliberativo do Fundo de Promoção do Trabalho Decente (Funtrad)	Gasec / SPE
Conselho Estadual de Turismo (Contur)	SPE
Comitê Gestor de Turismo Comunitário	SPE / Cept

Órgão colegiado	Unidade da Seplan representante (titular e suplente)
Área temática: ciência, tecnologia e inovação	
Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia (Concitec)	Gassec / SPE
Comitê Gestor para Implantação do Parque Tecnológico de Salvador	Gassec
Grupo Técnico Operacional do Comitê Gestor para Implantação do Parque Tecnológico de Salvador	SPE
Comitê Gestor do Governo Digital (CGGD)	Gassec
Área temática: infraestrutura e logística	
Comitê Estadual de Logística de Transportes (CELT)	Gassec
Comitê Multissetorial de Centros Logísticos de Transporte do Estado da Bahia	Gassec
Comitê Executivo para a elaboração do Programa de Desenvolvimento Regional referente à construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste	Gassec
Comitê Gestor do Sistema Rodoviário Ponte Salvador-Ilha de Itaparica (SRPSI)	Gassec
Comitê Executivo do Sistema Rodoviário Ponte Salvador-Ilha de Itaparica (SRPSI)	Gassec
Área temática: segurança pública e defesa social	
Conselho Deliberativo do Fundo Especial de Aperfeiçoamento dos Serviços Policiais (Feaspol)	Gassec / SPO
Conselho Deliberativo do Fundo Estadual do Corpo de Bombeiros Militar da Bahia (Funebom)	SPO
Conselho Gestor do Fundo Estadual de Segurança Pública (FESP)	SPO
Comitê Gestor de Segurança Viária	Gassec
Comitê Executivo de Segurança Viária	Cept
Área temática: gestão governamental	
Câmara Técnica (SIOPS)	SPO
Conselho de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos Estaduais (Conserv)	SPO
Comitê de Educação Corporativa (CEC) da Universidade Corporativa do Serviço Público do Estado da Bahia (UCS)	UCS-Seplan
Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas do Estado da Bahia (PPP)	Gassec
Conselho Consultivo do Fundo Garantidor Baiano de Parcerias (FGBP)	Gassec
Comitê Deliberativo dos Comitês Intersectoriais de Trabalho sobre a implementação de políticas de incentivos fiscais e financeiros	Gassec
Comitê Deliberativo do Comitê de Gestão do Gasto Público	Gassec
Fórum de Discussão do Comitê Deliberativo do Comitê de Gestão do Gasto Público	SPO / SGE / DG

Órgão colegiado	Unidade da Seplan representante (titular e suplente)
Conselho Nacional de Secretários de Estado de Planejamento (Conseplan) – Grupo de Trabalho de Governança e Gestão Orçamentária	SPO
Conselho de Política de Recursos Humanos (Cope)	Gasec
Conselho Previdenciário do Estado (Conprev)	DG (DA E CRH)
Conselho de Qualidade do Serviço Público (Conquali)	SGE / APG
Comitê Executivo da Plataforma SAC Digital	APG
Comissão Estadual de Ações Corretivas e Preventivas de Ressalvas Relativas às Contas Governamentais	Gasec / CCI
Conselho Estadual de Fomento e Colaboração (Confoco/BA)	Cept
Comissão Técnica de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas de Parceria (Confoco/BA)	Cept
Comissão Técnica de Formação e Capacitação (Confoco/BA)	Cept
Comissão Estadual de Cartografia e Geoinformação (Cecar)	SPE
Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial (Cedeter)	Gasec / Cept
Comissão Interinstitucional de Defesa Civil (Cidec)	Gasec
Grupo de Trabalho de Capacitação sobre o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC)	Cept
Conselhos institucionais (administração, curador)	
Conselho de Administração da SEI	SPE / Gasec
Conselho de Administração da Juceb	Gasec
Conselho de Administração do IPAC	Gasec / SPE
Conselho de Administração da Sudesb	SPE
Conselho Curador da Fundac	SPE
Conselho Curador do Irdeb	Gasec
Conselho Curador da Fapesb	SPE
Conselho Curador da Funceb	SPE
Conselho Curador da Fundação Pedro Calmon (FPC)	SPE
Conselho Curador da Hemoba	SGE / SPE
Conselho Curador da Bahiafarma	Gasec
Conselho Fiscal da Bahiafarma	DG
Conselho Curador da Fundação Estatal Saúde da família (FESF-SUS/BA)	Gasec / SPO

Fonte: Seplan/Gasec.

III – Publicações da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) – 2024

(Disponíveis em: https://sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=64&Itemid=1072&lang=pt)

(Continua)

Descrição	Periodicidade	Quantidade
<i>Caderno Executivo de Projetos</i> (versões português, inglês e mandarim)	Anual	3
<i>Plano Estratégico da SEI 2024-2027</i>	Quadrienal	1
<i>Bahia Análise & Dados</i> v. 24 n. 1 – Tema: Educação	Semestral	1
<i>Conjuntura & Planejamento</i> 206	Semestral	1
<i>Anuário da SSP-BA 2024</i>	Anual	1
<i>Série Estudos e Pesquisas</i> – SEP 108 – Balanço hídrico climatológico do estado da Bahia	Sem periodicidade	1
<i>Série Estudos e Pesquisas</i> – SEP 110 – Políticas públicas, representação democrática e participação social	Sem periodicidade	1
<i>Texto para discussão</i> nº 35	Sem periodicidade	1
<i>Relatório de Limites Territoriais</i>	Sem periodicidade	1
<i>Relatório Anual da Codin</i>	Semestral	2
<i>Agenda Executiva</i>	Sem periodicidade	1
<i>Boletim de Análise Conjuntural do Turismo da Bahia</i> (BACTBA)	Trimestral	5
<i>Boletim de Conjuntura da Bahia</i> (BCB)	Trimestral	4
<i>Boletim de Comércio Exterior do Bahia</i> (BCE)	Mensal	12
<i>Boletim de Conjuntura – Mercado de Trabalho</i> (BCMT)	Trimestral	5
<i>Boletim Acompanhamento da Safra Baiana</i>	Mensal	12
<i>Indicador de Confiança do Empresariado Baiano</i> (ICEB)	Mensal	11
<i>Indicadores Econômicos da Bahia</i> (IEB)	Mensal	18
<i>PIB Informativo – PIB Trimestral</i>	Trimestral	5
<i>Índice de Movimentação Econômica de Salvador</i> (IMEC) (boletim técnico sobre os resultados do cálculo da movimentação econômica de Salvador)	Mensal	14
<i>Pesquisa Industrial Mensal</i> (PIM)	Mensal	13
<i>Pesquisa Mensal de Comércio</i> (PMC)	Mensal	12
<i>Pesquisa Mensal de Serviços</i> (PMS)	Mensal	12
<i>Perfil das Mães na Bahia</i> (Infográfico)	Anual	1
<i>Acidente de Trânsito</i> (Infográfico)	Anual	1

(Conclusão)

Descrição	Periodicidade	Quantidade
<i>Suicídios na Bahia</i> (Infográfico)	Anual	1
<i>Câncer de Mama</i> (Infográfico)	Anual	1
<i>Câncer de Próstata</i> (Infográfico)	Anual	1
<i>Infográfico Insegurança Alimentar</i>	Anual	1
<i>Relatório de Gestão – Desempenho e Perspectivas 2023 – Seplan</i>	Anual	1
<i>Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda da 2030 – Metas e Indicadores</i>	Sem periodicidade	1
Total		145

Fonte: Seplan/SEI.

GOVERNO DO ESTADO



SECRETARIA
DO PLANEJAMENTO